

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 – Série VII – N.º 700
28 de Maio de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

RTP
transformada
em gabinete
de propaganda
do PSD
e de Cavaco

1. A cerca de um mês do início da campanha eleitoral, a CDU considera imprescindível chamar vivamente a atenção da opinião pública e das instituições democráticas para a descarada instrumentalização dos serviços de informação da RTP em favor do Governo, do PSD e das suas orientações político-ideológicas.

2. A este respeito, basta assinalar que uma análise dos principais serviços da RTP (Telejornal, Jornal das Nove, Jornal de Sábado e Jornal de Domingo), abrangendo o período compreendido entre 12 e 24 de Maio, revela que:

- O Governo, o PSD e Cavaco Silva dispuseram praticamente de tanto tempo (cerca de 35 minutos) quanto todos os outros partidos com representação parlamentar (PCP, PS, PRD, MDP e CDS) e cinco vezes mais tempo que o atribuído à CDU;
- As «actividades» governamentais, ou melhor dizendo, as encenações propositadamente concebidas pelo Governo demitido para efeitos de cobertura televisiva foram objecto, no curto espaço de 13 dias, de 21 reportagens (metade das quais com declarações de ministros e secretários de Estado);
- As organizações patronais, quase sempre insistindo em propostas e concepções sintonizadas com as orientações governamentais, dispuseram de cerca de 14 minutos, para apenas 1 minuto atribuído à CGTP-IN.

3. Torna-se evidente que, desta forma, a RTP tem vindo a desrespeitar pontos fundamentais da recente directiva vinculativa emitida pelo Conselho de Comunicação Social, designadamente os que respeitam à observância de «uma rigorosa independência relativamente ao Governo, administração, demais poderes públicos e quaisquer forças partidárias ou outras» e à necessidade de os órgãos de informação do sector público «considerarem a possibilidade de a cobertura jornalística de actos oficiais, designadamente ligados ao Governo e às autarquias, poder constituir objectivamente uma acção de incidência eleitoral o que, a verificar-se, comprometeria a igualdade de oportunidades».

Quanto a este último aspecto, os serviços noticiosos da RTP não só manifestam uma completa subserviência em relação às inaugurações e à presença de ministros em múltiplas iniciativas como chegam a atribuir a tais reportagens tempos incomparavelmente mais dilatados dos que são normalmente atribuídos às actividades de outros partidos (exemplo da reportagem e mini-entrevista com Cavaco Silva no «Jornal» do passado domingo, com quase 3 minutos).

4. Acresce que as reportagens e notícias sobre actividades do Governo e do PSD são, em muitos casos, visivelmente decididas e concebidas com manifesta falta de isenção, ostensivo proselitismo e ao arripio de elementares critérios jornalísticos ou regras deontológicas. Assim por exemplo, em 24 de Maio, o «Jornal de Domingo» transmitiu uma reportagem sobre a participação do «ministro das Obras Públicas», Oliveira Martins, num colóquio na Póvoa de Varzim, ficando depois a saber-se que se tratava de uma iniciativa do Gabinete de Estudos do PSD! Em 15 de Maio, numa reportagem sobre listas de candidatos do PSD, o repórter não hesitou em veicular a ideia de uma «previsível subida do PSD nas próximas eleições» (sic). Também em 15 de Maio, a RTP conseguiu transformar um artigo publicado no «Wall Street Journal» num relevante tema de noticiário televisivo e, a pretexto de citação do «WSJ», aproveitou para proclamar que a situação económica permitia a Cavaco Silva «encarar as eleições com optimismo.» (sic)

5. De acentuar igualmente que a RTP está praticando critérios manifestamente desiguais na cobertura das iniciativas das diversas forças políticas, ponderando deficientemente o seu número e importância relativa. Só isso pode explicar que, sendo incontestável que a CDU tem vindo a desenvolver uma intensa actividade com dezenas de iniciativas de inegável interesse jornalístico, se verifique, entretanto, que no referido período de 12 a 24 de Maio, a CDU tenha tido cerca de 1/3 do tempo atribuído a iniciativas do PS. Como exemplo desta situação, basta referir que, no último sábado, apesar de o PCP ter promovido um «Seminário sobre a CEE e os direitos dos trabalhadores» e o Secretário-Geral do PCP ter participado em numerosas actividades nos distritos de Santarém e Évora, nem uma única reportagem sobre o PCP e a CDU foi transmitida no «Jornal de Sábado».

6. A demagogia eleitoralista do Governo e sua persistente instrumentalização de órgãos de comunicação social, designadamente a RTP, atestam, sem margem para dúvidas, que a manutenção do Governo demitido em funções de gestão — que aliás excede deliberadamente — representa um grave risco para a seriedade do processo eleitoral.

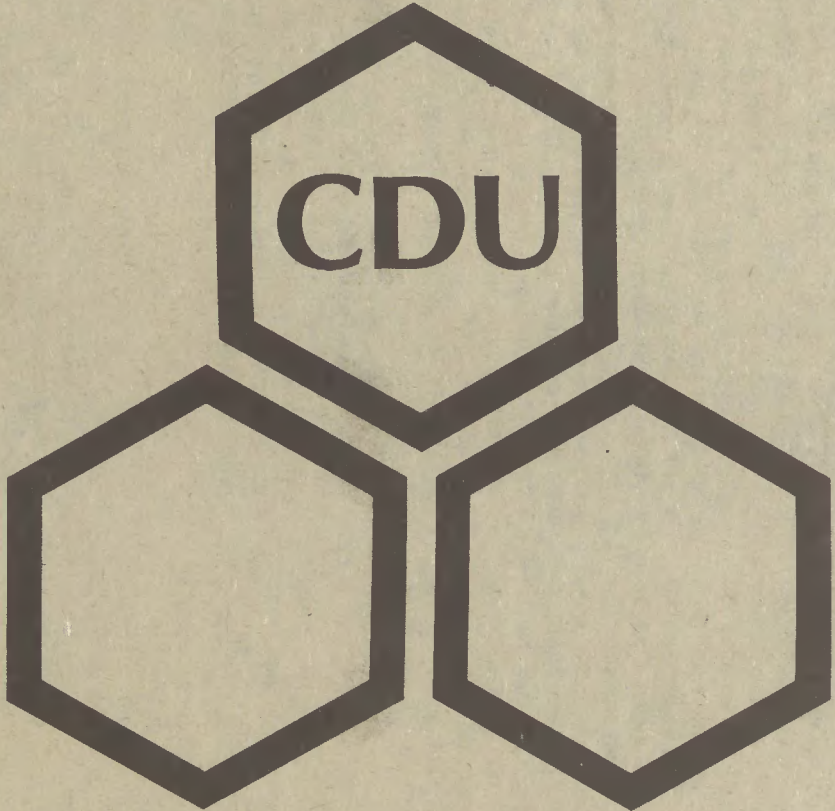
Por isso, ao mesmo tempo que apela à vigilância crítica da opinião democrática contra o eleitoralismo e a manipulação governamental, a CDU reclama uma pronta intervenção das instituições com vista ao urgente restabelecimento da legalidade democrática.

27 de Maio de 1987

O Gabinete de Imprensa da CDU



CANDIDATOS



Suplemento Especial

INTENSA
ACTIVIDADE

- No último fim-de-semana realizaram-se numerosas iniciativas de divulgação e propaganda em todo o país
- Apresentadas as listas de candidatos
- Encontros distritais prosseguem com ampla participação
- Grandes jornadas em Setúbal e no Porto no próximo fim-de-semana
- Sucedem-se as manifestações de apoio à CDU

- Debates, colóquios, sessões e iniciativas culturais também fazem parte da vasta actividade
- As assembleias das organizações do PCP (como sucedeu, por exemplo, com a de Loures) dedicam especial atenção à batalha eleitoral
- Entusiasmo e vivacidade entre a juventude

Págs. 1, 2, 3 e 4/Semana

TRABALHADORES PORTUGUESES E A CEE

Com a presença de dirigentes do Partido e deputados comunistas à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, o PCP realizou no passado fim-de-semana um elucidativo debate sobre os trabalhadores e o Mercado Comum

Págs. 4 e 5/Em Foco

Atenção às férias!

O mês de Julho é tradicionalmente em Portugal um mês de férias. Numerosos trabalhadores marcaram já o seu descanso anual para o mês em que se realizarão as eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu, o que pode envolver deslocações para locais diferentes dos de habitação e recenseamento eleitoral. É um aspecto a que é necessário desde já estar atento! É necessário desde já programar as coisas no sentido de evitar que as justas e merecidas férias signifiquem perdas de votos necessários à democracia, ao futuro, à defesa dos direitos dos trabalhadores — tais como exactamente as férias!

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 700

28 de Maio de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

A convergência necessária

A fulgurante resposta política dada pelas forças democráticas mais consequentes através da criação e imediata dinamização de massas da CDU à deplorável solução presidencial da crise governativa e à perigosa designação do Governo derrotado Cavaco Silva/PSD como governo de gestão até às eleições é reveladora das reais potencialidades do nosso movimento democrático e popular.

O projecto de unidade corporizado durante os últimos anos pela Aliança Povo Unido não somente não sucumbiu à acção divisionista do MDP/CDE, que conduziu à ruptura da APU, como dela recolhendo a herança unitária se robusteceu em termos de expressão democrática e popular de capacidade de iniciativa e de intervenção política com a criação e a pujante força da CDU.

Com o aparecimento da Coligação Democrática Unitária foi preenchida uma das condições basilares para a derrota da direita nas eleições de 19 de Julho e criado um espaço útil de voto dos portugueses interessados na viabilização de uma alternativa de governo e de política assente na necessária convergência das forças democráticas.

Com a criação da CDU tornou-se agora mais viável uma solução democrática da crise no plano nacional e a eleição de um núcleo de deputados para o Parlamento Europeu mais apto, combativo e firmemente determinado a defender os interesses e a independência do povo português no plano internacional.

A partir do prazo legal para a entrega das candidaturas das diversas forças concorrentes os portugueses estão agora em condições de fazerem um primeiro balanço comparativo de processos e de qualificação dos candidatos de cada uma das listas.

A escolha e a designação dos candidatos da CDU foi um processo amplamente democrático obedecendo a critérios de capacitação e de larga representatividade social e política, um processo pacífico sem paralelo entre os partidos que vão disputar as eleições.

Dos 350 candidatos e suplentes da CDU 59% são membros do PCP, 8% são do Partido Ecológico «Os Verdes», 10% da Associação Intervenção Democrática, 18,5% são independentes e 4,5% são membros da JCP.

Em número de 66 as mulheres têm na CDU a mais larga representação entre as listas concorrentes e à juventude, com 42 candidatos de menos de 30 anos, foi reservado um lugar sem termos de comparação com as listas dos outros partidos.

Operários industriais e agrícolas e empregados,

conhecidos no mundo do trabalho; agricultores, industriais e comerciantes; quadros técnicos, intelectuais e artistas destacados; dirigentes sindicais, associativos e autarcas com um activo notável no seu sector de trabalho; prestigiosos profissionais de provada competência enchem as listas da CDU num processo de designação e escolha que contrasta com as intrigas, as rivalidades pessoais e as áspers lutas de interesses na formação das listas dos outros grandes partidos concorrentes.

A comparação é instrutiva.

Passada que está a fase de arranque, de organização e apresentação das listas para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu é agora essencialmente para as massas populares que é imperioso virar a acção esclarecedora, propagandística e mobilizadora da CDU.

Aos comunistas cabe um papel de grande responsabilidade nesta acção.

Os três objectivos essenciais assinalados pelo Comité Central em 4 de Maio norteam o PCP nesta batalha eleitoral, que pode ser decisiva para os destinos imediatos e a médio prazo do regime democrático em Portugal.

O primeiro é derrotar a direita, derrotar eleitoralmente o PSD e o CDS mantendo-os em minoria na futura AR. É um objectivo primordial que não pode ser recusado pelos partidos democráticos e em última análise pelos democratas verdadeiramente empenhados na defesa da democracia e na continuação de Portugal de Abril.

É necessário sublinhar que manter em minoria o PSD e o CDS significa que a direita não terá legitimidade para constituir governo, mesmo que o PSD venha a ser o partido mais votado.

É um objectivo incómodo para as forças reaccionárias. Um ou outro malabarista da política que faz o jogo da direita sob uma máscara de esquerda buscam confundir na mente dos portugueses um objectivo estratégico com um programa eleitoral.

Um deles, que propositadamente silencia as reiteradas propostas políticas e iniciativas concretas do PCP para a solução dos problemas nacionais e a defesa dos interesses do País no seio da CEE, diz mesmo que «o PCP não tem outra coisa para oferecer ao eleitorado senão a derrota de Cavaco Silva e do PSD».

De facto, o primeiro objectivo sem o qual nenhum dos outros pode ser atingido é derrotar e manter em minoria os partidos da direita nas eleições de 19 de Julho, é derrotar Cavaco, o PSD e o CDS e contestar que, mesmo eventualmente

mais votado, o PSD possa constituir governo. Trabalhar desde já para a derrota eleitoral e política da direita é abrir o caminho para a realização da plataforma inscrita na 1.ª Declaração da CDU, susceptível de mobilizar largamente os portugueses interessados no progresso económico e social do seu país:

- A defesa da Constituição e a consolidação do regime democrático;
- O desenvolvimento económico do País;
- O melhoramento das condições de vida material e cultural do nosso povo;
- A defesa da independência nacional, a cooperação e amizade com todos os países e povos e acção a favor da causa da Paz mundial, constituem uma linha de fundo da acção das forças democráticas que implica necessariamente como prévia condição a derrota eleitoral da direita em 19 de Julho.

O segundo objectivo essencial é confirmar e aprofundar a possibilidade da formação de um novo governo na base da única perspectiva real: a maioria dos partidos democráticos considerados no conjunto.

Neste sentido impõe-se pôr resolutamente de lado linhas de acção, objectivos e preconceitos ridículos susceptíveis de dificultar e mesmo impedir com todas as suas consequências a derrota eleitoral da direita.

É em absoluto irrealista ou de manifesta inconsciência a crença da conquista da maioria absoluta por qualquer dos partidos democráticos isoladamente nas eleições de 19 de Julho.

Centrar numa tal fantasia as perspectivas eleitorais de qualquer partido da área democrática é, neste momento, escolher um caminho suicida, além de mais susceptível de prejudicar gravemente a causa da democracia e de comprometer sem apelação as reais possibilidades existentes de uma grande vitória das forças democráticas.

Não é de recta intenção, por exemplo, que o PS e o seu secretário-geral, Vítor Constâncio, ponham como objectivo de alargamento da sua base eleitoral o esvaziamento ou a deslocação de votos a seu favor dos outros partidos da área democrática e se proponha «liderar» os restantes partidos democráticos na sua errónea concepção bipolarizante. É um sonho de que o PS pode ter um mau acordar.

Dizer, como Vítor Constâncio, que o PCP «é um partido do passado» que «tem caído de derrota em derrota» é enganar o povo português, enganar-se a si próprio e cair no ridículo. O primeiro dirigente de um partido que nas últimas eleições calu de cerca de 37% dos votos para menos de 21% deveria tirar outras lições mais realistas da experiência

e referir-se doutra forma a um partido que, como o PCP, tem subido ou mantido sem grandes oscilações a sua força eleitoral e tem, além disso, e vai continuar a ter, um papel insubstituível na sociedade portuguesa.

É também útil para a democracia que o PRD se liberte das suas hesitações e vacilações e de concepções hegemónicas fora das realidades.

Há um largo espaço político e social de portugueses iludidos pela política e pela demagogia da direita e de outros situados numa oscilante posição abstencionista que é vital atrair ao campo e à influência dos partidos democráticos.

O desabar cada vez mais evidente e sensível dos mitos da «estabilidade» e da «melhoria económica e social» sob o Governo cavaquista, a sua verdadeira transacção dos interesses nacionais aos dos monopólios da CEE, alarga as possibilidades eleitorais dos partidos democráticos.

É, porém, necessário que os partidos democráticos ganhem a consciência da necessidade da sua convergência e entendimento para que uma alternativa seja possível.

A possibilidade da formação de um governo democrático depende da convergência dos partidos democráticos e de uma plataforma que conduza e viabilize uma alternativa.

O terceiro objectivo apontado pelo CC do PCP emerge por isso cada vez mais como condição indispensável e determinante para derrotar a reacção e para efectivar a necessária convergência dos partidos democráticos: alcançar uma grande votação no PCP e nos democratas que com o PCP se integram e se reconhecem na CDU.

A obtenção deste objectivo exige de todos os comunistas e dos seus aliados na CDU um trabalho intenso de organização, de esclarecimento político, de mobilização de massas, de propaganda. Pôr de pé uma campanha eleitoral de massas exige de todos os democratas um necessário dispêndio de energias, uma participação criativa, uma acção infatigável para tornar conhecidos os objectivos e as características da CDU.

A convicção de que o voto útil para derrotar a direita e para viabilizar uma alternativa democrática é o voto na CDU para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu, a firme convicção de que uma grande votação na CDU é a forma mais directa e válida de derrotar e isolar a direita deve animar todos os trabalhadores, todos os democratas, todos os portugueses que desejam o progresso social e económico do País, o reforço e a consolidação do regime democrático, a defesa intransigente dos interesses nacionais e da independência nacional.

Resumo

20 Quarta-feira

Trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas denunciavam a degradação da situação económica e laboral nestas empresas. Em Janeiro de 1987 estavam registados 380 331 desempregados, mais 4,9% que no ano passado; receberam subsídio 121 123 desempregados, houve 5326 ofertas de emprego, revela o IEFP. «Fazer do PS o partido da esquerda» e das eleições uma disputa entre «as duas únicas forças políticas que têm credibilidade e força» para ser governo são as ideias-base da estratégia eleitoral daquele partido apresentada aos jornalistas por António Guterres. O Tribunal Criminal de Lisboa condena Otelo Saraiva de Carvalho a 15 anos de prisão; dos 64 réus do processo «FP-25» acusados de crime de «associação terrorista», 48 foram condenados a penas entre 17 anos e 7 meses. Em entrevista ao «L'Unité» Mikhail Gorbachov denuncia o facto de haver quem procure criar uma «cadeia infinita de novos relacionamentos» para dificultar as negociações sobre desarmamento. A CIA esteve implicada no golpe militar de dia 14 nas Ilhas Fiji, segundo a imprensa japonesa.

21 Quinta-feira

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul denuncia a concessão da gestão



do Hospital do Restelo a uma empresa privada como «um escândalo». A CDU e o PRD apresentam as suas listas de candidatos a deputados às AR. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa promove um encontro sobre gestão democrática em que o MEC é acusado de criar «todos os obstáculos» no processo eleitoral para os conselhos directivos. O governador-geral das Fiji aceita reconhecer a legitimidade da tomada de poder por Sitiveni Rabuka. Chega a Pequim para uma visita oficial o presidente da RPD da Coreia, Kim Il Sung.

22 Sexta-feira

A Federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU) acusa os ministérios do Trabalho e dos Transportes de actuarem em concertação com o patronato e os conselhos de gerência para «acautelar a conflitualidade» no sector. É entregue ao Tribunal Constitucional a lista de candidatos da CDU ao Parlamento Europeu. Abre a 67.ª Feira do Livro de Lisboa, que se prolonga até 10 de Junho. É anunciado o adiamento da «Festa da Alegria» (Braga). Termina

em Maputo a 7.ª cimeira dos chefes dos Estados africanos de língua oficial portuguesa. Mais de 1250 milhões de pessoas não têm habitação em condições e 100 milhões não possuem qualquer espécie de abrigo — conclui o congresso «Metropolis 87» no México. A França não tenciona pôr condições prévias para apoiar um acordo URSS-EUA sobre a retirada de mísseis nucleares da Europa — afirma François Mitterrand após dois dias de conversações com Helmut Kohl. O Pentágono informa que os EUA realizaram um ensaio de interceptação de um míssil no espaço, no quadro da «guerra das estrelas».

23 Sábado

Os pescadores de sardinha do porto de Olhão decidem paralisar dois



dias em Junho pela negociação da convenção colectiva de trabalho. A banca (concretamente, as irregularidades na concessão de créditos) motivou a maior parte dos 1217 processos abertos pela Alta Autoridade Contra a Corrupção em 1984/86, revela um balanço publicado por «o diário». Realiza-se em Évora a festa «Terra de Abril». O Conselho da Comunicação Social afirma, numa recomendação vinculativa, que «O Comércio do Porto» tem «uma actuação desfasada dos princípios do pluralismo», após uma queixa da CDU. O investimento espanhol em Portugal igualou no primeiro trimestre de 1987 o valor atingido durante todo o ano de 1986, revela em Portalegre um dirigente da AIP. A Assembleia Regional da Madeira inicia o debate na generalidade da proposta de Regimento (do PSD), criticada pela oposição como antidemocrática e restritiva dos direitos dos deputados. A polícia da RFA detém 50 advogados que protestavam contra a presença de mísseis Pershing-2 na base de Muntlagen.

24 Domingo

Realiza-se em Peniche o 5.º Encontro das Regiões de Turismo de Portugal. Os trabalhadores portugueses do destacamento militar norte-americano nas Lajes exigem a aplicação de um sistema de reformas por inteiro. Em várias regiões da Índia voltam a registar-se cenas de violência; em Meerut os confrontos entre muçulmanos e hindus prolongam-se desde dia 18. A NATO aconselha os EUA a retirarem da Grã-Bretanha elementos-chave das Forças Armadas norte-americanas caso os trabalhistas ganhem as eleições de 11 de Junho — revela o «Sunday Times». Numa reunião do CC do POUP, Wojciech Jaruzelski apela à participação nas reformas necessárias à Polónia e critica deficiências no funcionamento do partido. O MNE da URSS, Eduard Chevardnadze, propõe ao secretário-geral da ONU que a década de noventa

seja dedicada a um mundo «livre de armas nucleares e não violento». O Benfica assegura o título de campeão nacional de futebol, derrotando o Sporting por 2-1.

25 Segunda-feira

Termina o prazo para entrega das listas de candidatos às eleições de 19 de Junho para a AR e o Parlamento Europeu. O pessoal não-docente da Escola Superior Agrária de Coimbra paralisa durante a tarde; para exigir o fim do regime de instalação estão marcadas outras acções. Fidel Castro declara ao «L'Humanité» que a dívida externa de 400 mil milhões de dólares dos países latino-americanos já foi paga com «uma escravatura que dura há séculos». Mikhail Gorbachov inicia uma visita de três dias à Roménia. Os polícias espanhóis entram em greve de zelo ilimitada por reivindicações salariais. Manifestam-se em Roma milhares de professores exigindo a renegociação do contrato colectivo e melhores condições de trabalho. Enquanto prossegue o incêndio no Norte da RP da China, fortes cheias destroem cerca de 20 mil casas no Sul. Uma sessão solene assinala em Lisboa o 24.º aniversário da fundação da OUA.

26 Terça-feira



Por despacho do CEME, o tenente-coronel Vasco Lourenço é detido por cinco dias na Chelva do Serviço de Reconhecimento de Transmissões (Trafaria), onde presta serviço. Os trabalhadores não docentes da Escola Superior de Belas-Artes do Porto fazem uma greve de 24 horas pela aplicação do decreto que permite a reclassificação do quadro de pessoal. A Selenave e a Lisnave utilizaram em 1986, em média por mês, mais de mil trabalhadores alugados à hora, revela um estudo sindical. A Comissão de Defesa do Alqueva anuncia que vai propor às autarquias e outras estruturas alentejanas a criação de um Gabinete para a defesa daquele projecto de irrigação. Mário Soares regressa a Lisboa depois de uma visita privada de dez dias aos EUA. Os ministros da agricultura dos doze terminam uma maratona de reuniões em Bruxelas sem haver acordo quanto aos preços agrícolas para 1987/88. Realiza-se na Irlanda um referendo sobre uma alteração à Constituição para tornar possível a assinatura do «Acto Único Europeu». O Sri Lanka lança uma ofensiva militar para ocupar a península de Jaffna, controlada por separatistas tamíles. Uma centena de presos políticos sul-africanos entram em greve de fome contra a sua transferência, após cumpridas as penas em Modder-Bee, para um «campo de reeducação».

Avante!
Proletários de todos os países — UNIVOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEx Tel. 76 83 46

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEx Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDU, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 — 2.º —
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 28394

Centro Distribuidor de Évora:
Alcáçova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 —
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Centro Distribuidor, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

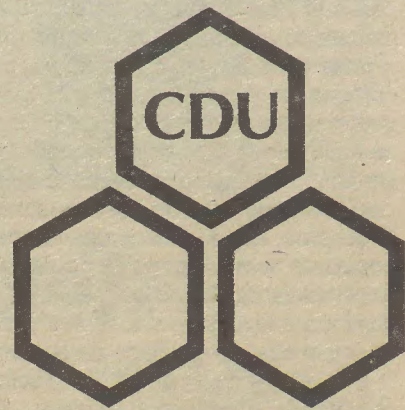
PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-8 — 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50

Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º —
4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka
Portuguesa, R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

CDU apresentou os seus candidatos

«Coligação aberta unitária e plural»



Continuidade e novidade. Empenhamento e alegria. Competência e juventude. Trabalho e criação. Luta e festa. Sem alaridos espavonianos, questões, amuos ou oportunismos saloios, foram as listas da CDU às próximas eleições legislativas antecipadas, apresentadas na passada quinta-feira à opinião pública. Na sala «Costa da Caparica» de um hotel da capital, como que anunciando o sol que já se espalha por esse país adiante nas iniciativas da pré-campanha da CDU. «Coligação aberta, unitária e plural», disse-o o camarada Carlos Costa na conferência de imprensa e com toda a propriedade. O simples passar de olhos pelo caderno que nesta edição publicamos com os nomes dos candidatos, ou uma olhadela pelo quadro ao lado, demonstram que a CDU, no projecto que corporiza, nos homens e mulheres, jovens e menos jovens que aglutina(rá) é um retrato fiel do Portugal livre e democrático, do Portugal nascido em Abril e crescido na luta árdua e exaltante pela construção do país de todos.

O PCP e «Os Verdes» mais a Associação Intervenção Democrática e muitos e

muitos independentes compõem as listas da CDU. Poucas palavras estas para es-

crever a enorme diversidade de discursos, trajectos e práticas reunidas na CDU pela mesma (convergente) vontade de contribuir para uma alternativa democrática de política em Portugal.

Continuidade, porque, desta forma, a CDU mais não faz que aprofundar o caminho de competência e trabalho que a APU, de forma inovadora e unitária, vinha traçando no espaço político português. Porque «se mantém um número significativo de candidatos que participaram nas listas da APU em anteriores actos eleitorais», disse Carlos Costa, da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Inovação, porque, a vários níveis e sob diversos ângulos, a CDU é o espaço da iniciativa e da criatividade,

porque o seu aparecimento desencadeou, de imediato, um grande movimento de adesão e apoio expresso de múltiplas formas e que se saldou por um alargamento significativo dos sectores políticos e sociais abrangidos. Porque, de facto, «a CDU é o grande acontecimento político em comparação com anteriores actos eleitorais», como afirmou o camarada Carlos Costa na sua intervenção de apresentação da lista de candidatos.

Competência e juventude, porque, como disse Maria Santos, do Partido Ecologista «Os Verdes», «a competência não tem que ser tecnocrática», porque nas listas da CDU estão «homens e mulheres que já deram provas em defesa dos interesses nacionais, na própria

Assembleia da República ou que as deram igualmente em movimentos unitários do mais diverso tipo como sindicatos, movimentos juvenis, de mulheres, nos órgãos autárquicos e em todos os lugares em que se combate pelos interesses do nosso povo, a liberdade e a democracia». Porque a participação dos jovens na CDU é expressão geral e particular do que há de jovem neste projecto, na vontade do encontro, na excitação da descoberta, na determinação de vencer este tempo que a todos desafia.

E, pois claro, a luta. Porque ainda que «a prática democrática não se esgota nos partidos ou nas eleições», como afirmou Salgado Sampaio da Intervenção Democrática, ele passa, em grande medida, pelo que o dia 19 de Julho ditar. O mesmo Salgado Sampaio diria, aliás mais adiante, que perante as afirmações e as intenções não confessadas da direita,

«o regime democrático jogase nestas eleições». A luta porque, como as abelhas com os seus favos, vivemos construindo e defendendo o regime e os valores do 25 de Abril, o mais moderno desafio que se coloca moderno da sociedade portuguesa. 19 de Julho é um dia mais.

E, naturalmente, a festa, o riso, «a competência da alegria e a eficácia da paixão» (Maria Santos). Porque é com confiança que a CDU se empenha nesta batalha, confiança em que os objectivos serão alcançados, confiança, antes de mais nas pessoas, no povo.

Disse Maria Santos sobre os candidatos do Partido Ecologista que «serão vinte sete à solta que querem assumir o seu direito à diferença». Diremos nós que serão, em todas as terras de Portugal muito mais de vinte sete, os que à solta, com a liberdade que decisivamente ajudaram a conquistar, dirão CDU! CDU! CDU! CDU!



Conferência de Imprensa de apresentação da lista de candidatos da CDU às próximas eleições de 19 de Julho. Paula Coelho do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, André Martins do Partido Ecologista «Os Verdes», Domingos Abrantes e Carlos Costa da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, Anselmo Aníbal, independente, Maria Santos do Partido Ecologista «Os Verdes», Carlos Brito da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP e Salgado Sampaio e Corregedor da Fonseca, da Associação Intervenção Democrática

Sem prejuízo de um olhar atento sobre as listas completas dos candidatos da CDU às próximas eleições de 19 de Julho (em caderno anexo nesta edição), aqui ficam alguns dados, significativos, sobre a composição das listas.

Assim, são candidatos pelo PCP — 207; são candidatos pelos «Verdes» — 27 (nas últimas eleições eram 8); são membros da Intervenção Democrática — 35; independentes — 65 dos quais quatro eram do PS (eram 53); militantes JCP — 16.

Do ponto de vista social, mulheres — 66 (eram 59); com menos de trinta anos — 42 (eram 28).

A larguíssima composição das listas da CDU torna impossível a sua análise quanto à composição profissional. Pode, contudo adiantar-se que participam nas listas operários e empregados, dirigentes sindicais, membros de comissões de trabalhadores, operários agrícolas, agricultores, dirigentes de associações de agricultores, comerciantes e industriais, médicos, professores, quadros técnicos e intelectuais, dirigentes de associações juvenis, dirigentes de colectividades, personalidades do mundo do desporto e da cultura física, eleitos em autarquias locais.



Curso Básico do Comunismo Científico

em 4 volumes — 200\$00 cada Coleção Elementos Fundamentais do Comunismo Científico

edições
Avante!

**Álvaro
Cunhal**

Um fim-de-semana

Desdramatizando

Durante a vigência do demitido governo de Cavaco Silva os portugueses habituaram-se a tropeçar a par e passo com uma informação que os humoristas impenitentes bem poderiam classificar de extraterrestre, não por qualquer má-vontade para com os eventuais habitantes doutros mundos mas pela sua pura e simples irrealdade nesta pequena parcela de mundo que nos coube em parte. A fazer fé nas doses cavalares de pseudo-informação servida ao domicílio, os portugueses teriam todas as razões e mais uma para se sentirem os mais felizes mortais. O segredo, revelou-se esta semana, está numa ideia-chave que pode traduzir-se numa simples palavra: desdramatizar. O governo, que a maioria dos representantes populares teve a ingratidão de derrubar na Assembleia da República, pautou a sua actuação (e continua a fazê-lo contra ventos e marés) baseado na imperiosa necessidade de escamotear qualquer drama, que é como quem diz aligeirando, dourando, encobrendo, escondendo a azeda pílula da realidade. A pensar no bem público, é evidente. Veja-se, por exemplo, o caso do cemitério de detritos nucleares que o governo dos nuestros hermanos começou já a construir bem junto da fronteira com Portugal, à beira do Douro que vem por aí abaixo banhando as lusas terras. Chamam os habitantes da zona dos dois lados da fronteira que o projecto é um perigo para a saúde pública, que nada garante possa ser evitada a contaminação de terras e águas, elos duma corrente que acaba sempre na espécie humana. Fazem-se manifestações de protesto em que participam, por parte dos dois países, representantes das mais distintas forças políticas, numa rara expressão de unidade. Pronunciam-se os especialistas, as comissões específicas, até da CEE chegam os ecos de que o projecto espanhol, dito experimental, é muito definitivo e cheio de riscos em especial para a parte portuguesa.

Estão as coisas neste pé quando um representante do governo Cavaco Silva, assessor de secretário para mostrar que o assunto mais não merece, vai à televisão dizer que o que é preciso é desdramatizar. Com a naturalidade de quem compreende bem os problemas alheios, revela que o governo espanhol, coitado, tem de depositar os seus detritos radioactivos em qualquer lado, são pelo menos cinco as centrais nucleares em produção e ainda não se inventou maneira de eliminar os restos, que o ideal seria fazê-lo no coração da Meseta Ibérica, lá onde a estrutura geológica é mais densa, mas é preciso ter em conta que tal não é viável, no coração da Meseta estão as grandes cidades espanholas, é evidente que ninguém se lembraria de fazer tal disparate.

Era preciso descobrir uma região afastada, pouco habitada para dar menos nas vistas e nos protestos. Qual é? Qual é? A fronteira com Portugal, está bom de ver, habitantes — que os há — são do outro lado e se as consequências se fizerem sentir a muitos quilómetros de distância é um descanso, essa é a vantagem dos rios, levam tudo rio abaixo. Uma maldade, claro, dos vizinhos. Mas é preciso desdramatizar. Os protestos oficiais são mais ou menos serôdios, tudo se há-de resolver com calma, de preferência na CEE, havemos de debater isso em local próprio, enquanto as obras progridem e os detritos se acumulam. Depois de ouvir o assessor ficamos a saber que não há garantias de não sermos todos contaminados, mas estamos garantidos de que não vale a pena dramatizar.

É o caso, de resto, de tudo o mais que por cá se passa. Os preços aumentam nas lojas mas baixam nas estatísticas, não há motivo para dramatismos; o desemprego, o trabalho precário, a exploração infantil, os salários em atraso aumentam, mas meus senhores, será caso para dramatismos? A CEE invade-nos, a dependência externa aumenta, os americanos passeiam-se por cá com os seus submarinos nucleares, mas não vale a pena a gente preocupar-se, lá está o governo para o afirmar. A gente morre, mas não dramatiza.

«Estamos na batalha. Vamos a ela. Para ganhar e não para perder!» As palavras são do secretário-geral do PCP e foram proferidas no sábado em Vendas Novas, uma das etapas da grande maratona de acção política e esclarecimento iniciada na véspera, na Marinha Grande e só concluída no dia seguinte, domingo, no Pavilhão do Sacavenense, no comício de encerramento da Organização Concelhia de Loures do Partido.

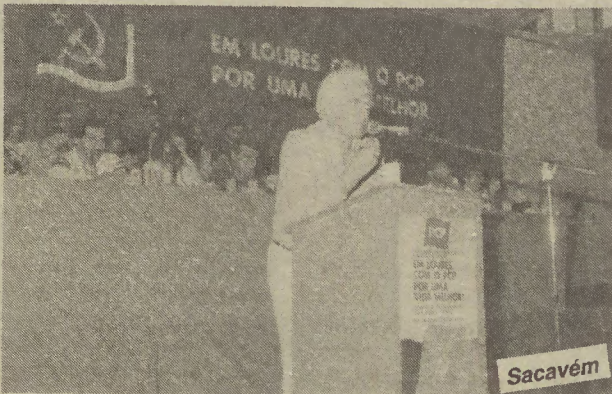
Presentes de alguma forma em praticamente todas as intervenções de improviso em mais de uma dezena de sessões ou comícios em diferentes lugares de quatro distritos (Leiria, Santarém, Évora e Lisboa), estas palavras sintetizam a nosso ver com muita fidelidade o espírito que hoje anima e percorre as organizações, militantes comunistas e outros democratas seus aliados na CDU, em vésperas de mais uma importante batalha eleitoral.

Neste período de pré-campanha, tal como há quinze dias, retivemos das iniciativas realizadas uma impressão fortemente positiva — confirmada de resto por outras opiniões de quem já participou em dezenas de outras iniciativas e percorreu milhares de quilómetros por esse País fora —, impressão que indicia claramente uma acção e uma dinâmica em torno da campanha da CDU, cujos contornos e envergadura

longo da jornada do fim-de-semana, facto simultaneamente acompanhado por uma enorme confiança na obtenção de bons resultados eleitorais e no afastamento de Cavaco e da direita do Poder.

Mau governo

Estruturando as suas intervenções em questões que considerou chave para uma correcta leitura do momento



Durante a sessão de encerramento da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures do PCP, realizada no último domingo no pavilhão do Sacavenense. A importância da Assembleia seria salientada nas palavras de Álvaro Cunhal

dura são, por ora, ainda difíceis de avaliar.

Entusiasmo, alegria, um forte sentimento de unidade e acima de tudo muita confiança — a par das habituais e calorosas manifestações dispensadas ao dirigente comunista — foram de novo notas dominantes em qualquer das realizações efectuadas, fosse o simples encontro com a população de uma pequena aldeia, fosse num comício de uma grande cidade.

O interesse manifestado por quantos acorreram em elevado número às iniciativas para conhecer de perto as posições e objectivos do PCP neste decisivo momento da nossa vida democrática, constituiu por sua vez outro aspecto a merecer realce ao



Marianos

presente, Álvaro Cunhal analisou detalhadamente em qualquer dos locais visitados no sábado (Mariano, Paços Negros, Fazendas de Almeirim, Vendas Novas, Évora e Benavente) a acção do Governo de Cavaco, as consequências da adesão do nosso país à CEE, o papel e actuação dos outros partidos democráticos (PS, PRD e MDP), os objectivos eleitorais do PCP, a questão da alternativa aos governos de direita, a constituição da CDU e o seu símbolo e, por último, as eleições para o Parlamento Europeu.

«Estão contentes com o Cavaco? Aham que ele governou bem?» Lançada em jeito de desafio a resposta não se fez esperar. Um rotundo «não» percorreu os presentes. Depois, foi o enumerar de uma acção negativa para o povo e o País caracterizada pelo não aproveitamento da favorável conjuntura internacional, pelo agra-

vamento da situação social, pela rebeldia institucional, pela submissão aos interesses e aos ditames do estrangeiro.

«Razões de sobra para que o Governo tenha ido para a rua», concluiu Álvaro Cunhal que lamentou ainda o facto de o Presidente da República ter acedido às quatro exigências formuladas por Cavaco, mantendo inclusive o Governo em funções de gestão.

O logro do PS

Recordando o papel dos partidos ao longo do último ano e meio, o dirigente comunista responsabilizou o PRD por ter deixado passar o Governo aquando da discussão do seu programa na Assembleia da República e criticou o PS pelas suas hesitações.

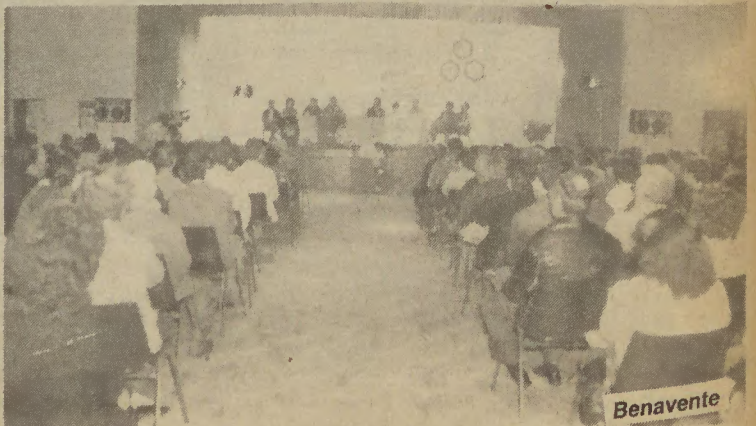
Abordando a campanha eleitoral, Álvaro Cunhal mani-



Fazendas de Almeirim



Vendas Novas



Benavente

PCP

de esclarecimento

festou também as suas apreensões pela forma como o PS delineou a sua estratégia, orientada para o apelo ao voto útil. «Não há nenhum partido que sozinho tenha condições para ter maioria. É um logro. Por isso vê-se com inquietação que o PS diga que é alternativa. A campanha do voto útil é perigosa, pois se o PS apansasse os votos da esquerda voltava-lhe as costas e virava-se para o PSD. Com esta campanha, o PS não está a abrir terreno para uma alternativa democrática mas para um acordo de cavalheiros com o PSD.»

O processo que conduziu à ruptura da APU foi também alvo das palavras do líder comunista que lembrou que foi o MDP que tomou outro rumo — «um rumo de desastre», assim lhe chamou — criticando ainda no contexto

presente o seu papel divisionista no campo democrático.

A presença de ex-destacados dirigentes daquele partido nas listas da CDU, como é o caso de Raul de Castro, Luís Catarino, Corregedor da Fonseca ou Seíça Neves, foi entretanto saudada pelo orador que considerou a nova Coligação como a fiel continuadora das melhores tradições de unidade dos democratas portugueses.

Objectivos eleitorais

No que diz respeito à CEE (ver caixa) Álvaro Cunhal alertou com veemência para a «grande ilusão» que se criou em seu torno, chamando a atenção para os efeitos desastrosos que já se fazem sentir em certos sectores e para os perigos reais que espreitam outras áreas vitais da nossa economia.

Definindo os objectivos

eleitorais do PCP, o secretário-geral do PCP apontou três grandes metas que podemos sintetizar da seguinte forma: derrotar a direita; aprofundar a consciência entre os partidos democráticos quanto à necessidade da convergência democrática para uma alternativa; reforçar a votação no PCP.

Palavras de simpatia, onde não faltaram notas de humor, deram entretanto o tom sempre que se falou da mascote da nova coligação dos comunistas, de «Os Verdes» e outros democratas. Explicando que «não é para adoçar a boca a ninguém», Álvaro Cunhal referiu-se à abelha — a mascote da CDU — como um animal trabalhador e não individualista. «Ela própria faz a casa, salientou, e produz uma coisa boa que é o mel». «Tem todas estas qualidades, é pacífica, dócil, mas aos que lhe fazem mal, ela também sabe actuar», disse.

«Quem é que é capaz de defender os interesses nacionais na CEE? São os partidos que defendem a integração? Os que estão de acordo com um Tratado altamente lesivo para o País?» Certamente que não! — sublinhou Álvaro Cunhal numa alusão às próximas eleições para o Parlamento Europeu. E concluiu: «Só o PCP alertou em devido tempo para os perigos. São os deputados comunistas quem está em melhores condições de defender os interesses nacionais».



Évora

«Terra de Abril»

Fazer da sua festa uma espaço aberto de diálogo e convívio e simultaneamente um lugar de intervenção política e cultural foi no decorrer das últimas semanas um propósito central que animou a actividade dos comunistas de Évora. Dar corpo ao seu projecto entrara na ordem do dia. Planos, ideias, muita criatividade e sobretudo trabalho e dedicação confluíram para um objectivo comum: erguer a Festa. «Terra de Abril», assim lhe chamaram. Vontade antiga, quase um sonho, no último sábado viu finalmente transformar-se em realidade.

E quem por lá passou certamente que não deu por mal empregar o seu tempo e dinheiro. Um amplo naipe de manifestações artísticas e culturais animou durante todo o dia os diferentes espaços da Festa, oferecendo aos visitantes que acorreram em grande número muitos e variados motivos de interesse.

A poesia, a música popular, o canto, o bailado bem como as exposições (um destaque para a de artistas plásticos) e os debates, a par das bancas de artesanato ou de venda de produtos da Reforma Agrária, foram

alguns dos aspectos que mais concitaram a atenção dos forasteiros, constituindo alguns deles ao mesmo tempo uma excelente oportunidade para melhor compreender e dar a conhecer a luta dos comunistas alentejanos, seus pontos de vista e propostas.

Mas seria em torno das exposições dedicadas ao Poder Local democrático e à Reforma Agrária, poderosas realidades que transformaram por completo em todos os domínios a vida da região, que fomos encontrar dois dos espaços de maior interesse que era dado ob-

servar, em nossa opinião, a quantos passaram pelas piscinas da cidade de Évora.

Num dos painéis, em letras garrafais, uma legenda resumia com precisão, apesar da ofensiva, os resultados e potencialidades das UCPs/Cooperativas, explorações com um papel insubstituível no desenvolvimento dos campos do Sul: «em seis por cento da superfície agrícola útil, nas piores terras, sem apoios e ataca-da, a Reforma Agrária contribui com dez por cento da produção agrícola nacional».

Acarinhada pelo povo alentejano, corajosamente defendida pelo seu proletariado rural, a Reforma Agrária ocuparia naturalmente um lugar de relevo nas palavras de Álvaro Cunhal, último orador do grande comício que assinalou um dos momentos altos da primeira edição da «Terra de Abril». A partir de agora, uma festa com lugar garantido no calendário das grandes realizações político-culturais do Alentejo.



Paços Negros



Amadora

No refeitório da Câmara Municipal da Amadora, um almoço de confraternização da Coligação Democrática Unitária contou também com a participação do secretário-geral do PCP



Brandoa

Um aspecto parcial da assistência ao comício da CDU com Álvaro Cunhal no Largo 1.º de Maio, na Brandoa, no último domingo

CEE: um mau negócio

O «mau negócio» que constituiu o ponto de vista dos interesses nacionais a adesão do nosso País à CEE a par das ilusões que a campanha em torno de tal operação criou em largos sectores da nossa população foram dos temas mais em foco nas sucessivas intervenções que o secretário-geral do PCP proferiu em diferentes localidades no decorrer da jornada de esclarecimento levada a cabo no último fim-de-semana.

As consequências de tal adesão, cuja extensão e gravidade apontam para o descalabro de sectores vitais da nossa economia — já visível de resto nalguns casos, enquanto que sobre outros espreita a iminência de perigos reais — mereceram assim uma aturada explicação do dirigente comunista que para o efeito se socorreu de exemplos concretos, alguns deles relativos a cada uma das regiões visitadas.

Utilizando uma linguagem simples, didáctica, Álvaro Cunhal chamou sempre a atenção dos presentes para as ameaças que impendem sobre variados sectores, dando simultaneamente a conhecer alguns dos efeitos desastrosos já sobejamente sentidos nalgumas áreas da nossa agricultura, indústria e pescas.

«A agricultura está ameaçada de às tantas estar a produzir e depois não saber o que lhe fazer», diria a propósito, citando os casos dos produtores em risco de ficarem com o vinho por escoar nas suas

tulhas ou com as laranjas e maçãs a apodrecerem nas árvores.

Estávamos em Paços Negros, aldeia da freguesia de Fazendas de Almeirim, região com forte produção de vinho e pêssegos. Ali, as palavras do líder comunista eram facilmente compreendidas. Ilusões, porventura outrora existentes, foram-se desvanecendo com o tempo. Poucos acreditavam já nas tão apregoadas e miraculosas vantagens. Dos tais milhões provenientes da CEE, nem um tostão chegara à sua região.

Pela voz de um agricultor com uma vida inteira dedicada à terra ficámos a saber as razões de tal posição e a conhecer a sua experiência, igual à de tantos outros produtores dos férteis campos ribatejanos. Pedindo para usar da palavra, após escutar Álvaro Cunhal, explicou que este ano em Coruche, só lhe queriam pagar os pêssegos a 40 escudos, valor manifestamente inferior ao praticado o ano passado, situado nos 50 escudos. Como se isto não bastasse, disse, o calibre exigido para o fruto foi também alterado, passando de 50 milímetros (o ano passado) para 55 milímetros.

Por enquanto, ao que parece, a concorrência neste produto provém apenas de Espanha. Mas o que é que acontecerá, por exemplo quando começarem a chegar ao nosso País pêssegos provenientes de França, a preços inferiores e de melhor qualidade?

Nacional

Debate em Aveiro

A ineficácia da política regional da CEE

A duplicação dos fundos estruturais da CEE como única forma de conseguir o objectivo da coesão económica e social das comunidades — esta foi a exigência apresentada por Brito Apolónia, deputado do PCP no Parlamento Europeu, no decorrer de um debate promovido pela Coligação Democrática Unitária (CDU) na cidade de Aveiro. A iniciativa foi subordinada ao tema «FEDER — a demagogia, a desilusão; perspectivas para o distrito».

Brito Apolónia referia-se à ineficácia da política regional da CEE que visando, em teoria, a correcção das desigualdades regionais, apenas lhes dedica 7% do orçamento comunitário. A perspectiva da reforma dos fundos estruturais das comunidades (FE-OGA-orientação; FEDER e FSE) aponta para a duplicação até 1992 o que, em seu entender, é manifestamente insuficiente já que essa duplicação é necessária mas de imediato.

As questões de política regional encerraram este debate da CDU, que registou interessada participação e que contou com a presença na Mesa — além de Brito Apolónia — do eng. Carlos Pimpão, candidato a deputado ao Parlamento Europeu como independente integrado na lista da CDU, Ferreira Mendes e Bernardino Ribeiro, candidatos a deputado à Assembleia da República, e

de Bidarra da Fonseca e António Salavessa, da Comissão Distrital do PCP.

Bidarra da Fonseca abriu o debate introduzindo o documento previamente distribuído, que serviu de base de discussão.

Falou de seguida o eng. Carlos Pimpão, tendo referido que são hoje mais numerosas as vozes da região que se levantam contra os termos em que foi feita a adesão à CEE, citando alguns exemplos.

Brito Apolónia teve oportunidade de esclarecer em pormenor algumas das muitas questões levantadas tendo colocado também algumas interrogações em relação a problemas do distrito. Tal é o caso, por exemplo, das participações do FEDER em investimentos em infra-estruturas de água e saneamento no concelho da Feira e que foram de 35% para um projecto de 1986 e 25% para

um de 1987, já que o regulamento do FEDER prevê comparticipações de 50%, e de 70% no caso, dito especial, de Portugal. Brito Apolónia indicou ser necessário apurar a responsabilidade de comparticipações tão reduzidas (Câmara da Feira? Comissão Coordenadora da região Norte? Governo?).

Relativamente à questão da participação de deputados comunistas no Parlamento Europeu, e em resposta a uma questão colocada, Brito Apolónia afirmou que, apesar da posição do PCP sobre as comunidades, os deputados comunistas estão no Parlamento Europeu para ali afirmar o que entendem ser os interesses nacionais, e para procurar influenciar as deci-

sões no sentido mais favorável para os portugueses.

Colocando esta questão no plano das próximas eleições para o Parlamento Europeu, Brito Apolónia afirmou que o PCP, e agora a CDU, fazem-se representar naquela instituição por direito próprio, de acordo com a sua expressão eleitoral e que, não estando comprometidos com o processo de adesão e porque na base do estudo dos problemas sempre qualificaram e quantificaram as consequências da adesão à CEE, encontram-se na melhor posição para ali defenderem os interesses nacionais. O reforço da expressão da CDU no Parlamento Europeu é, assim, condição essencial para tal objectivo.



«Unidade e confiança para a vitória democrática» — o lema que presidiu aos trabalhos do recente encontro distrital da CDU (Santarém), que decorreu no Entroncamento

Santarém

Além de apresentar a lista CDU pelo distrito, o encontro realizado no último sábado na Escola Preparatória do Entroncamento discutiu e analisou as «grandes linhas da campanha da Coligação Democrática Unitária» na região de Santarém.

A CDU defende o desenvolvimento económico do distrito assente numa verdadeira mobilização dos recur-

sos, forças e energias da região, particularmente a regularização dos vales do Tejo e do Sorraia, factor fundamental para o relançamento da economia e o aumento da produção regional.

A lista CDU por Santarém é constituída por 5 operários, 4 empregados, um comerciante, 4 professores, 2 médicos e um advogado

«Esquerda Revolucionária» na campanha e listas da CDU

Em conferência de imprensa, a organização Esquerda Revolucionária afirmou a sua disposição de participar na campanha eleitoral e nas listas da CDU, por considerar que esta é «a única coligação através da qual os trabalhadores irão expressar de forma significativa o seu repúdio pela política ferozmente antipopular» dos últimos governos e nomeadamente do Governo de Cavaco Silva.

Os comunistas da Região Autónoma dos Açores apontam «como objectivo democrático central para as próximas eleições tudo fazer para que o PSD/A tenha uma expressão eleitoral menor e reduza o número de 3 deputados, que aliás primam pelo silêncio na Assembleia da República».

Esta posição foi assumida perante os órgãos de Comunicação Social numa recente conferência de Imprensa promovida pela DORAA do PCP, para divulgação das principais conclusões da sua sessão plenária ampliada, que decorreu nos dias 16 e 17 deste mês em Ponta Delgada e onde foram abordadas em profundidade as questões relativas ao acto eleitoral de 19 de Julho.

Na declaração lida aos jornalistas pelo camarada Artur Afonso, membro do executivo da DORAA, salienta-se:

«As condições institucionais e políticas específicas da Região em vez de eventualmente diminuírem a importância destas eleições, imprimem aos actos eleitorais uma importância própria profundamente ligada à natureza de verdadeiro projecto nacional que o sistema autónómico tem que ter. Nesta óptica, a DORAA considera as próximas eleições como um momento político em que, simultaneamente, terão que ser analisadas, criticadas e perspectivadas alterações positivas para as relações entre o Estado e a Região e que terão que ser denunciados e combatidos todos os procedimentos do poder regional que, directa ou indirectamente, visam retirar a dimensão de projecto nacional ao sistema institucional da Autonomia».

«Assim sendo — acrescentou Artur Afonso — a DORAA considera urgente que a generalidade dos açorianos ganhe clara consciência do autoritarismo e do centralismo absurdo que marcou as actuações do Governo Cavaco Silva para com os Açores; considera imprescindível que não sejam esquecidas as actuações de cariz separatista praticadas por Mota Amaral e pelos seus próximos; considera imperioso que se compreenda que ambas essas actuações, aparentemente tão distantes, constituem caminhos diferentes, mas convergentes, para modificar o sistema autónómico constitucionalmente consagrado e que é marcado por uma natureza democrática alheia ao projecto político passadista e autoritário da direita».

Noutra passagem, diz a declaração da DORAA:

«Diminuir o peso eleitoral e a representação do PSD/A e aumentar o peso eleitoral e a diversificação da representação das forças democráticas, é, necessária e exclusivamente, o que se tem que exigir como comportamento de todas as forças progressistas nos próximos actos eleitorais».

«Assume assim a natureza de atitude política inexplicável e objectivamente colaboracionista para com o PSD/A, as declarações recentes do dirigente e primeiro candidato socialista Carlos César, segundo as quais os votos dos eleitores do PCP deveriam ser encaminhados para o PS».

«Tal atitude, que tem tanto de imprópria como de descabida, demonstra que esse dirigente do PS não está preocupado em captar os votos dos milhares de descontentes que até ao momento votaram PSD, nem está preocupado em diminuir o número de deputados do PSD, preocupando-se antes em captar votos de partidos democráticos e inviabilizar que as outras forças democráticas possam ter deputados na Assembleia da República».

«O dever democrático mais importante e inaleável é o de transformar o descontentamento em força política. A única forma de conseguir tal objectivo é dar um forte combate ao PSD/A procurando que tal partido deixe de ter na Região os mais de 50% de votos que tem e deixe de ter na Assembleia da República os mais de 50% de deputados açorianos que lá têm assento».

«Por tudo isto, o PCP, concorrendo no quadro unitário amplo da CDU, tem como objectivo para as próximas eleições o de expandir a sua crescente expressão eleitoral e o de eleger um deputado açoriano à Assembleia da República».

Coimbra
Presidentes apoiam

«Conscientes da importância das eleições de 19 de Julho», oito presidentes de Juntas de Freguesia do distrito de Coimbra manifestam publicamente o seu apoio à Coligação Democrática Unitária (CDU), «como projecto de unidade dos democratas amantes da justiça e do progresso social, e como força consequente na defesa do Poder Local Democrático».

Apoiam a candidatura CDU: Adelino Vilão — Presidente da JF de Arzila; António Henriques — Presidente da JF de Verride; Artur Brás — Presidente da JF de Almedina; Cunha Torres — Presidente da JF de Antuzede; Firmino Vítor — Presidente da JF de Torres do Mondego; Henrique Santos — Presidente da JF de Ameal; João Bizarro — Presidente da JF de São João do Campo; José Fernandes — Presidente da JF de Vila Verde.

Artes plásticas
Exposição em Évora

Foi ontem inaugurada na cidade de Évora uma interessante exposição de artes plásticas. A iniciativa é da Coligação Democrática Unitária (CDU) e reúne trabalhos de reputados artistas nacionais.

«Unidade» é o tema do certame patente ao público

no Palácio D. Manuel de Melo até ao próximo dia 31, entre as 10 e as 20 horas.

O visitante poderá apreciar obras de João Hogan, Rogério Ribeiro, Rogério Amaral, Álvaro Perdigão, Guíma, José Bizarro, Américo Moura, Manuel Dias, Isabel Cabral, José Rodri-

gues, Aníbal Falcato, J. Paiva, António Fernando, Virgílio Domingues, Helena Cabral, António Andrade, Henrique Silva e Carlos Reis.

Sem dúvida uma importante acção para o enriquecimento dos espaços culturais da cidade do Templo de Diana.

didaturas da extrema-esquerda em processos eleitorais anteriores» para que participem na campanha da CDU.

Desta forma, participarão nas listas da CDU, Carlos Pena, dirigente da Federação Nacional das Cooperativas de Consumo e membro da Assembleia Municipal de Loures eleito nas listas da então APU e o próprio António Louçã.

Nacional

Encontro distrital em Lisboa

Octávio Pato: «Reforçar a voz da juventude»

Há quem muito fale na juventude, mas para a ludibriar e aumentar a sua exploração e dificuldades. Quanto a nós, quanto à CDU, procuramos reforçar não só a voz da juventude na AR, mas também aumentar a sua força para melhor poder lutar com sucesso pelos seus direitos e aspirações — afirmou Octávio Pato, candidato por Lisboa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, na intervenção de encerramento do encontro distrital da CDU realizado no último sábado na Casa do Alentejo em Lisboa.

Aberto à Comunicação Social, este encontro, presidido pela candidata independente **Inês Fontinha**, reuniu centenas de activistas da CDU que já estão a participar na campanha pré-eleitoral, como sublinha uma nota do gabinete de Imprensa da CDU/Lisboa.

O contexto político em que decorre a campanha e os objectivos da CDU, e os planos da campanha no distrito de Lisboa foram os temas que estiveram no centro do debate.

Registaram-se intervenções de dezenas de participantes, incluindo **António Abreu** (mandatário distrital da lista), **João Lázaro** (candidato, membro do partido «Os Verdes»), **Anselmo Aníbal** (candidato, independente), **Dulce Rebelo** (candidata, da Associação «Intervenção Democrática»), **António Filipe** (candidato, da JCP) e **António Louçã** (candidato, da «Esquerda Revolucionária»).

«Derrotar as forças de direita, mantendo-as em minoria na AR, e arredá-las do poder e do governo, assegurar o reforço da CDU como condição para a formação de um governo democrático de alternativa, são objectivos centrais da campanha eleitoral», salientou **Octávio Pato**,

no encerramento deste encontro distrital.

Mais adiante, o candidato da CDU afirmaria:

«A situação de crescente degradação social, em que os desempregados, ou trabalhadores com salários em atraso e com trabalho precário somam um milhão e meio, a degradação dos sectores da saúde e do ensino, as crescentes dificuldades da juventude, das mulheres, dos idosos e reformados, tudo isso é o resultado da política de direita de sucessivos governos.»

Moção

Para ser enviada aos órgãos da comunicação social, ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa e de todas as Câmaras do distrito de Lisboa, ao governador civil de Lisboa, à Comissão Nacional de Eleições e ao Presidente da República, foi aprovada no encontro uma moção em que se condenam as violações à liberdade de propaganda da CDU, praticadas por determinação do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, eng.º **Krus Abecasis**, na noite de 22 para 23 do corrente.

O Encontro decidiu condenar esta atitude e apelar publicamente a todas as insti-

tuições — a começar pela própria Câmara Municipal de Lisboa — para que intervenham no sentido de ser assegurado o respeito pelas liberdades constitucionais e legais.

O documento dirige ainda um apelo a todas as instituições para que não seja permitida a instrumentalização de instituições do Estado e da administração pública para beneficiar uns partidos que as podem instrumentalizar, contra outros partidos e para que, desta forma, possa ser posta em causa a democraticidade das eleições a partir dos actos da própria administração.



A batalha eleitoral em debate no encontro distrital realizado na Casa do Alentejo em Lisboa

Porto: alargam-se os apoios à CDU

Carlos Costa: «A candidatura mais aberta e plural»

A Coligação Democrática Unitária apresentou à comunicação social os seus candidatos pelo círculo do Porto na passada sexta-feira. Entretanto, está marcada para depois de amanhã uma festa no Palácio de Cristal para apresentação pública da lista CDU em que participarão Samuel e Fernando Tordo, entre outros artistas, e que contará com intervenções políticas de Carlos Costa, Raul de Castro e outras personalidades da CDU (ver **Agenda**).

O candidato mais jovem da CDU pelo Porto tem 22 anos. Na lista figuram oito mulheres. Catorze candidatos desempenham funções em órgãos autárquicos. A CDU apresenta um conjunto de professores, médicos, escritores e outros intelectuais de reconhecido mérito. A lista da Coligação Democrática Unitária integra ainda onze dos mais destacados dirigentes sindicais e de comissões de trabalhadores do distrito.

Uma das características salientadas por Carlos Costa (membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e cabeça de lista da CDU no Porto) na conferência de imprensa foi o facto de a candidatura da CDU ser «mais aberta e plural» no plano político e ideológico.

Carlos Costa referiu o reforço da presença de «Os Verdes», que têm dois candidatos, a presença de seis destacadas figuras da «Intervenção Democrática» (cinco faziam parte do Conselho Nacional do MDP/CDE) e de dois destacados candidatos independentes da área socialista, além de três outros conhecidos democratas sem partido.

«Mas — salientou o cabeça de lista da CDU e dirigente do PCP — o quadro daqueles que no distrito do Porto se sentem profundamente preocupados com a grave situação a que a po-

lítica de direita conduziu o povo e o país e que, como nós, defendem a necessidade e a urgência de ser encontrada uma saída democrática para a crise nacional, não se esgota, como é evidente, nas forças políticas participantes e nos candidatos independentes que integram as listas da CDU.

Desde a apresentação do projecto de intervenção eleitoral da Coligação Democrática Unitária muitos democratas de sensibilidades diver-

sas lhe têm manifestado o seu apoio. Numa nota divulgada no sábado, o gabinete de imprensa da CDU/Porto destacava **Álvaro Siza Vieira** e **Domingos Tavares** (arquitectos), **José Morgado**, **Carlos Madureira**, **Alípio Rodrigues**, **Mário Rui Machado Leite**, **José Manuel Soeiro de Carvalho**, **Abílio Carvalho** e **Daniel Bessa** (professores universitários), **Mário David Soares** (coordenador do Sindicato dos Professores do Norte), **Daniel Espaim** (professor e presidente do Teatro Experimental do Porto), os escritores **Luis Velga Leitão**, **José Marmelo** e **Silva**, **José Emílio Nelson** e **Egito Gonçalves**, o cirurgião **Mena Matos** e os psiquiatras **José Barrias** e **Eduardo Teixeira de Sousa**, os actores **Alexandre Falcão** e **Estrela Novais**, o presidente da Asso-

ciação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto, **Manuel Loff**, **José Cruz Santos** (editor), **Moreira da Silva** (engenheiro silvicultor) e **Helder Pacheco** (inspector de ensino e investigador de património).

A Coligação Democrática Unitária — salientou ainda Carlos Costa — assumindo-se como continuadora e herdeira do que a APU teve de melhor, «apresenta-se também como uma novidade no quadro eleitoral, vocacionada para ser um espaço aberto a novas participações e adesões e para uma abordagem criativa dos problemas nacionais».

A convergência não é só o melhor caminho

No encontro com a imprensa — em que intervieram, além de Carlos Costa e Raul de Castro, **Paulo de Sousa** (Os Verdes) e **Alberto Andrade** (independente) — foram recordados os objectivos essenciais que levaram a Coligação Democrática Unitária a apresentar-se às eleições de 19 de Julho: contribuir para a derrota da direita, mantendo o PSD e o CDS em minoria na AR, e para a concretização da convergência democrática após as eleições.

Mas, como afirmou o cabeça de lista da CDU, «a convergência democrática não é só o melhor caminho. É o caminho obrigatório e insubstituível para os democratas portugueses baterem a direita e apresentarem ao país uma alternativa democrática de governo e de política».

Trás-os-Montes

Debate em Moncorvo

Brito Apolónia, deputado ao Parlamento Europeu, participou domingo à tarde, no cine-teatro de Moncorvo, num debate sobre a adesão de Portugal à CEE e as consequências que daí advieram para a agricultura, a indústria, o poder local e o desenvolvimento regional de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Mereceu especial atenção o problema dos minérios de Moncorvo. O deputado do PCP e candidato da CDU denunciou o facto de sucessivos governos de direita se terem submetido às imposições da CEE, optando por importar a totalidade dos minérios de ferro em vez de desenvolverem o plano siderúrgico nacional e fomentarem o aproveitamento integrado das hematites de Moncorvo. **Modesto Navarro**, cabeça de lista da CDU pelo círculo de Bragança, referiu-se às carências e às potencialidades da região. Chamou a atenção para os problemas da agricultura, nomeadamente no tocante à produção de vinho do Porto. Quanto ao projecto mineiro de Moncorvo, sublinhou a relação entre as dificuldades e boicotes na sua implementação e a integração de Portugal na CEE.

No debate foram ainda tratadas outras questões que preocupam a população de Trás-os-Montes, como o projecto para a instalação de um depósito de lixo nuclear em Aldeadávila ou os subsídios do FEDER e do FSE.

Madeira

Alcançar uma grande votação na CDU por forma a garantir em melhores condições o prosseguimento da luta contra o centralismo do governo de João Jardim e aprofundar a Autonomia na defesa dos reais interesses da população madeirense, eis dois dos objectivos centrais dos comunistas madeirenses e seus aliados para as eleições de 19 de Julho próximo.

Afirmando-se como «herdeiros e continuadores dos ideais de Abril e dos valores da unidade, trabalho e competência da APU» os partidos e forças que integram a CDU — PCP, «Os Verdes», «Intervenção Democrática» e independentes — deram a conhecer em recente conferência de imprensa os seus objectivos eleitorais, circunstância aproveitada para também divulgar a composição da lista onde pontificam destacadas figuras da vida política, sindical e cultural.

Entre os propósitos anunciados aos jornalistas presentes contam-se a derrota da direita, mantendo-a em minoria no Parlamento; aprofundar a possibilidade de «formação de um governo progressista» e, por último, alcançar uma grande votação na CDU.

Manifestando desde já grande confiança nos resultados eleitorais, as forças que integram a CDU propõem-se ainda alargar a sua influência e, simultaneamente, reduzir o espaço do PSD.

Trabalhadores

Professores desfilam hoje em Lisboa

DETERMINAÇÃO
E VONTADE DE MUDANÇA

Solidariedade, determinação e vontade de mudança, numa grande manifestação marcada para hoje, com desfile entre a Praça do Marquês de Pombal e a Avenida 5 de Outubro: assim anunciam a iniciativa as associações sindicais dos professores e nomeadamente a sua Federação, a FENPROF, que organiza o desfile. António Teodoro, presidente da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (onde estão marcadas eleições para o próximo dia 4) e secretário-geral da FENPROF, realinha que «a hora não é de expectativa, é de acção» e que é «sobretudo necessário que o desfile seja um enorme espaço de solidariedade».

O início do desfile está marcado para as 18 e 30 de hoje, dia 28, e, como todas as iniciativas unitárias sindicais, é aberto a todos e não dispensa o apelo à participação em massa de modo a apresentar-se, como diz expressamente António Teodoro, num «enorme espaço de solidariedade».

Por outro lado, o Conselho Nacional da FENPROF sublinha a «extrema importância» das eleições de 19 de Julho, para que «exista na Assembleia da República e, consequentemente, no futuro governo, uma situação propícia à implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo».

Organizada sob o lema «Para uma escola e um futuro melhores», a manifestação incluirá a subscrição de um abaixo-assinado, que será entregue ao ministro, João de Deus Pinheiro, após o desfile.



A partir da greve de Março, tem-se intensificado a mobilização dos professores

Com objectivos eleitoralistas

Governo e patronato fomentam
tensão laboral nos transportes

O clima de intimidação e chantagem que atinge os trabalhadores e as suas organizações, o aumento da repressão e a violação de direitos e da lei, o não cumprimento e a subversão dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho são situações que levaram o conselho nacional da FESTRU a denunciar a progressiva degradação do sector dos transportes rodoviários e urbanos.

Reunido na passada quinta-feira, o organismo dirigente da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos analisou a situação laboral no sector e o momento político nacional.

Passado mais de um ano desde a greve dos TIR, há dois trabalhadores que estão agora a ser «incomodados, sendo-lhes exigida pelo tribunal uma caução de 100 contos para se manterem em liberdade» — protesta o conselho nacional da FESTRU no comunicado que divulgou no final da reunião.

Assiste-se — alerta a FESTRU — a uma atitude concertada do patronato e conselhos de gerência do sector, em que são notórios o estímulo e a orientação da parte dos Ministérios do Trabalho e dos Transportes, no sentido de agravar a tensão e os conflitos nas empresas. Pre-

gentes e avançar com a criação de empregos, a modernização e o progresso do país e melhorar as condições de vida das populações».

Prossegue
a luta
dos ferroviários

Os ferroviários têm marcada para hoje, às 15 horas, uma concentração de delegados, dirigentes e activistas sindicais junto à residência oficial do Primeiro-Ministro. A luta dos trabalhadores da CP contra a intransigência e a arrogância do governo e dos gestores da companhia, pelo diálogo e pelo direito à negociação, prossegue com várias acções.

Uma delegação mantém-se diariamente à porta da residência oficial de Cavaco Silva, enquanto outros representantes dos ferroviários se deslocam todos os dias ao Ministério do Trabalho e ao conselho de gerência da CP exigindo ser recebidos para exporem as razões da sua luta.

Entretanto, está marcado para amanhã à tarde um ple-

nário dos sindicatos e do conselho nacional da Federação dos Ferrovários (FNSTFP).

CM de Loures

Na sequência de uma audiência que concedeu à Federação dos Sindicatos Ferroviários e ao Sindicato dos Ferrovários do Centro, o presidente da Câmara Municipal de Loures enviou um telegrama ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, à comissão permanente da Assembleia da República, ao ministro do Trabalho e da Segurança Social e ao conselho de gerência da CP.

Severiano Falcão manifestou-se apreensivo com o arastamento do conflito entre a gerência e os trabalhadores da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, situação que implica «graves perturbações» e «preocupações» na vida do colectivo. O presidente do município de Loures solicita a intervenção daquelas entidades para que vença o diálogo e sejam satisfeitas as justas reivindicações dos trabalhadores da CP.

Livro Negro
da Saúde

Hoje às 18 e 30, na sequência de outras iniciativas, a comissão para o Livro Negro da Saúde em Portugal dá uma conferência de imprensa, na sede do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, em Lisboa.

A comissão, que já promoveu uma conferência de imprensa no mesmo local, há meses atrás, e que entretanto tem prosseguido com os seus trabalhos, apresentará hoje «índices de saúde em Portugal» e analisará a «situação nos hospitais regionais e distritais da zona Sul».

Médicos
com 3 períodos de banco por semana

A direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul emitia entretanto um comunicado de apoio à «luta dos clínicos gerais do distrito de Portalegre pela melhoria das condições de trabalho». Há médicos com três serviços de banco por semana.

Nessa tomada de posição da passada segunda-feira, aquela associação sindical afirma que situações desse tipo no distrito derivam da «aplicação ilegal do decreto-lei 310/82», que conduz à «sobreposição das actividades de consulta com urgências», bem como «à transformação do horário dedicado à investigação e estudo de casos clínicos e medicina preventiva em horários de banco de urgência».

Delegados sindicais dos médicos do distrito de Portalegre reuniram-se no passado dia 15 com a comissão instaladora da ARS (Associação Regional de Saúde) naquela cidade. Tendo este organismo transmitido à delegação sindical dos clínicos gerais «a intenção de manter a sua intransigência sobre a aplicação ilegal do decreto-lei 310/82», informa ainda a direcção do Sindicato dos Médicos do Sul que os clínicos gerais de Portalegre reúnem-se no próximo dia 16 de Junho no Hospital Distrital, para «em conjunto manifestarem o seu desagrado pela situação degradante em que são obrigados a trabalhar, e decidirem novas formas de luta».

Banca nacionalizada

Contra a prática ilícita
Pela reestruturação

Entre as acusações que a célula do PCP no Banco Fonsecas & Burnay (BFB) dirige ao Governo actualmente em gestão sobressai a «ausência de coordenação interbancária e de fiscalização por parte do Ministério das Finanças, Secretaria de Estado do Tesouro e Banco de Portugal à actividade dos conselhos de gestão». Vinha a público, entretanto, o facto de as irregularidades na concessão de crédito e, na generalidade, a prática ilícita da banca terem ocupado a maior parte da actividade da Alta Autoridade contra a Corrupção no triénio de 1984/1986.

Num comunicado distribuído há dias, a célula do BFB desenvolve substancialmente a análise à situação do banco e, sublinhando que «existe alternativa» à má gestão e à atitude dos governos para com a banca nacionalizada, acrescenta que a reestruturação da banca é essencial ao aumento da eficiência do sector, à garantia da irreversibilidade das nacionalizações e à segurança do emprego, sempre enquadrada no conceito de banca nacionalizada, funcionando como motor do

desenvolvimento económico do País.

Depois de assinalar que «são numerosos os planos de reestruturação já elaborados por técnicos bancários», os trabalhadores comunistas do BFB sintetizam em treze pontos as «formas de coordenação interbancária», como segue:

- Centralização de riscos de crédito (central de riscos);
- Central de informações comerciais;
- Recuperação de dívidas contenciosas;
- Análise de gestão de empresas;
- Formação profissional dos trabalhadores;
- Abertura de agências na óptica da cobertura integral do País;
- Instalações;
- Aproveitamento e utilização de novas tecnologias;

- Organização e informática;
- Métodos de segurança;
- Central de informações sobre grandes devedores da banca nacionalizada;
- Coordenação comercial;
- Incentivo à formação de novos serviços e novos produtos financeiros.

Contra o objectivo
governamental
de encerrar o banco

A célula do PCP no Fonsecas & Burnay afirma que a já anunciada «reestruturação orgânica», escolhida pelo Governo e pelo conselho de gestão, tem «como primeiro e único objectivo criar condições para o desmembramento e extinção do banco». Do ponto de vista da célula do BFB, «só a contra-positivação das alternativas dos trabalhadores poderá pôr cobro» a esse objectivo.

A concretização da alternativa para o BFB passa, segundo a célula que especifica as suas propostas, pela «existência de governos e conselhos de gestão honestos e identificados com o espírito da nacionalização».

Esse espírito nada tem etéreo. Ele passa, segundo a célula, por medidas tão con-



cretas como acabar com o encerramento de balcões e de postos de câmbios, pela dinamização das agências no estrangeiro, pela «suspensão imediata da venda de património afecto à exploração», pela reestruturação dos serviços e, nomeadamente, pela «maior agressividade comercial» e por «um corpo de prospectores capazes de captar mais e melhores negócios para o BFB».

Liberdade
responsável para os
trabalhadores

No que respeita à política de pessoal, a célula do BFB preconiza várias medidas objectivas e salienta ser necessário que «aos trabalhadores do BFB seja reconhecida a liberdade e responsabilidade de participação que a Constituição atribui aos portugueses».

Panasqueira e CEE

Invocada preferência comunitária

Segundo os deputados do PCP ao Parlamento Europeu, é necessária e urgente a garantia de «preferência comunitária» relativamente às minas da Panasqueira. A CEE pode e deve consumir, frisam os deputados, toda a produção daquelas minas que, como se sabe, se preparam para encerrar a exploração e proceder ao despedimento da quase totalidade dos cerca de 978 trabalhadores que ainda empregava, em Março deste ano, a multinacional Beralt Tin & Wolfram.

Numa nota de quinta-feira passada, os deputados, Joaquim Miranda, Barros Moura e Brito Apolónia, afirmam que a CEE «importa 78 por cento do tungsténio que consome», e recordam que o consumo anual das Comunidades ultrapassa em duas vezes e meia a produção anual das Minas da Panasqueira.

Os deputados comunistas no Parlamento Europeu apresentaram neste órgão comunitário uma proposta de resolução no sentido de assegurar os postos de trabalho e evitar o encerramento definitivo daquelas minas.

A «preferência comunitária», que invocaram naquela proposta, baseia-se no facto de Portugal ser «o principal produtor de volfrâmio, de onde é extraído o tungsténio, ao nível da Comunidade Europeia».

Auxílios especiais

Segundo Barros Moura, Joaquim Miranda e Brito Apolónia, a proposta apresentada no Parlamento Europeu destina-se a permitir o apoio, «através de auxílios especiais» aos países, neste

caso Portugal, e aos trabalhadores «afectados pela crise mundial do volfrâmio».

Ainda de acordo com a proposta comunista apresentada ao órgão legislativo da CEE, deve-se averiguar da existência ou não de «dumping», termo que designa os subsídios governamentais para reduzir preços nas importações de volfrâmio pela CEE.

Aqueles deputados comunistas, candidatos às próximas eleições para o mesmo Parlamento, sublinham que no caso de «dumping» a sua proposta prevê medidas que o contrariem.

Recorde-se que nas Minas da Panasqueira são extraídas anualmente mais de 2500 toneladas de volfrâmio.

Pertencente à multinacional Beralt Tin & Wolfram, a exploração mineira, que abrange vários concelhos da região beirã, já empregou dois mil trabalhadores. Esse total tem sido sucessivamente reduzido. No último trimestre do ano passado, os tra-

balhadores da Panasqueira eram 1300 e, em Março de 1987, passavam para 978. Deles, 925 estão ameaçados de desemprego até ao fim deste ano.

Os deputados comunistas acentuam que a empresa se prepara para fechar.

Os mineiros e as suas associações sindicais, designadamente a FSMMP (Federação) têm protestado publicamente e reclamado medidas para manter a empresa em laboração com os seus postos de trabalho.

Numa nota distribuída na passada quinta-feira pelo grupo de apoio aos deputados do PCP no Parlamento Europeu, reafirma-se que «apesar da baixa do preço do volfrâmio no mercado mundial», se a sua proposta fosse considerada, «seria perfeitamente viável manter em laboração as Minas da Panasqueira, com a consequente manutenção dos postos de trabalho», defendendo ao mesmo tempo os interesses do nosso país.

Nacional

Nota do Secretariado
do CC do PCP
sobre a detenção
do tenente-coronel
Vasco Lourenço

Foi ontem divulgada a seguinte nota do Secretariado do Comité Central do PCP:

O PCP acaba de tomar conhecimento da aplicação da pena de cinco dias de detenção ao tenente-coronel Vasco Lourenço devido a afirmações por si feitas em defesa do regime democrático numa iniciativa comemorativa do 13.º aniversário do 25 de Abril.

Um tal facto é tanto mais estranho quanto é certo e sabido que em diversas ocasiões alguns militares no activo têm impunemente proferido declarações políticas e de aberta hostilidade ao regime democrático.

A punição aplicada ao tenente-coronel Vasco Lourenço não pode assim deixar de suscitar na opinião pública democrática uma atitude de protesto e de legítima preocupação.

Sem pretender interferir na vida interna das Forças Armadas, o PCP manifesta plena solidariedade com o tenente-coronel Vasco Lourenço e com todos os militares de Abril.

Sequestro e agressão no «Pão de Ló»

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Sul, o sócio-gerente do supermercado «Pão de Ló», de Almada, foi posto em tribunal por «sequestro e agressão» contra o «trabalhador operário-ajudante, Rui Manuel G. Silva». Ainda de acordo com aquele sindicato, segundo comunicado à imprensa da passada sexta-feira, o «sócio-gerente do supermercado «Pão de Ló» em Almada tem, no desempenho das suas funções no referido estabelecimento uma actuação incompetente e a todos os títulos condenável», tendo enveredado «decididamente por uma actuação repressiva e fascizante junto dos trabalhadores».

A RAR não aumenta desde 83

Os salários, que não dependem da «boa vontade» do patronato, não são revistos desde 1983 na maior empresa do País no ramo da refinação do açúcar, a RAR, do Porto. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Norte, numa nota do dia 20, informa que aquela empresa «não negocia o ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical) para os seus trabalhadores, não por dificuldades económicas ou outras, mas sim para impor a sua «democracia» do queiro, posso e mando». Como a RAR exige cada vez mais produção e sacrifício dos seus trabalhadores, frisa o Sindicato, «como a paciência tem limites e os trabalhadores da RAR já a esgotaram, não lhes resta mais nada senão lutarem pelos seus direitos, exigindo dos órgãos do poder a publicação de uma portaria de extensão do ACTV para o sector, que reponha a legalidade na empresa».

Pescadores pelo descanso semanal

O Governo de gestão, com a ajuda da UGT, pretende «flexibilizar» o descanso semanal dos pescadores do arrasto costeiro. Ao recordar que estes trabalhadores conseguiram o descanso semanal aos sábados e domingos, «depois de cinco anos de luta» a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca convocou plenários de todos os trabalhadores atingidos por essa tentativa governamental para os dias 22 a 31 de Maio. A Federação corresponde assim — afirma — «à determinação ao longo dos anos expressa pelos trabalhadores», no sentido de impedir que se instale no subsector do arrasto costeiro qualquer «flexibilização» do descanso semanal. A Federação recorda que esse direito se manteve durante as negociações directas para a revisão do CCT (contrato colectivo de trabalho); e que nem as pressões exercidas pelo Ministério do Trabalho, nem a «utilização dos laçaios do armamento instalados nos «sindicatos» da UGT» conseguiu retirá-lo. A Federação reafirma que «os trabalhadores manifestarão a sua disposição de luta pela defesa dos seus direitos».

PCP

Loures

4.ª Assembleia do PCP aprovou Proclamação ao Povo do concelho

Confiança na batalha eleitoral!

«O período da campanha eleitoral que se avizinha não constituirá uma batalha fácil, tanto mais que a manutenção em funções do governo demitido do PSD/Cavaco Silva compromete à partida a democraticidade do processo eleitoral. Mas, nós comunistas em aliança com outros democratas, temos razões para ter confiança» — sublinha a «Proclamação ao Povo do Concelho» aprovada no último domingo em Sacavém, no decorrer dos trabalhos da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Loures. Álvaro Cunhal falou na sessão de encerramento da iniciativa.

Participada por 350 delegados, oriundos de todas as organizações do concelho, a Assembleia aprovou também por unanimidade a constituição da nova Comissão Concelhia do Partido, integrada por 60 elementos (14 mulheres).

Subordinada ao lema «em Loures, com o PCP, por uma vida melhor», a Assembleia registou um painel muito diversificado de intervenções, de onde sobressaíram alguns aspectos fundamentais: a profunda ligação às massas, a vontade de continuar a trabalhar com dinamismo nas difíceis tarefas de que foram incumbidos os comunistas na área do Poder Local democrático, a atenção ao reforço orgânico do Partido, a sensibilidade face à situação criada com a batalha eleitoral.

«A 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures, realizada neste tão importante momento político, não poderia deixar de afirmar o total empenhamento da Organização do nosso Partido para que em 19 de Julho se alcancem estes objectivos e

reconhecendo o peso eleitoral do Concelho de Loures para o sucesso dos resultados no distrito e no País, aponta como objectivo alcançarmos a maior votação de sempre» — refere o documento, com os **Objectivos Eleitorais**, apresentado na tribuna da Assembleia, que decorreu entre as 10 e as 18 horas e à qual chegaram várias saudações.

Outras intervenções atentemente seguidas pelos participantes (além dos delegados estiveram presentes largas centenas de convidados) foram as alusivas ao trabalho de informação e propaganda, juventude, o movimento operário como força organizada dos trabalhadores, os sete anos de gestão do PCP e outros democratas na CM de Loures (intervenção lida por **Severiano Falcão**, presidente do Município), comissões e associações de moradores, o papel dos eleitos comunistas nas autarquias, as colectividades e o movimento associativo no concelho.

A campanha eleitoral da CDU esteve em foco na Assembleia dos comunistas de



As responsabilidades dos comunistas no concelho de Loures estiveram em foco na Assembleia da Organização Concelhia do PCP

Loures. Vejamos dois exemplos: a abordagem à importância das comissões de apoio e as linhas de intervenção na batalha eleitoral, referidas em duas intervenções desta maneira:

As comissões de apoio constituídas por jovens, mulheres, reformados, intelectuais, quadros técnicos e sindicais que, nos «porta-a-porta», na distribuição dos documentos da CDU, na explicação simples e directa dos nossos objectivos, no autocolante que nos vai unindo e identificando vão rapidamente dizer que a CDU está aqui, a trabalhar, por uma vida melhor, por um futuro para Portugal.

Estas comissões de apoio, criadas com base nas freguesias, nas empresas, nas colectividades e nos núcleos de amigos, devem englobar nomes que nos prestigiam, de amigos que se identificam connosco e que confirmam

os princípios da CDU: a ampla participação popular e a identificação do nosso projecto com a realidade portuguesa.

Linhas de intervenção

Os contactos directos com as populações devem continuar a ocupar uma fatia importante do nosso estilo de campanha. Cada freguesia deve organizá-los consoante a forma que a ela melhor se adequa. Existem muitas maneiras de o fazer, os camaradas conhecem-nas.

O que é preciso é pô-las em prática e que alcancem o objectivo de explicar, por vezes pacientemente, onde tem conduzido a política de direita. É preciso explicar que existe uma alternativa para melhor.

Que o voto na CDU é o mais eficaz.

Que quanto mais forte for a CDU mais forte é a possibilidade de construir a alternativa.

O esclarecimento e o convencimento é a trave mestra da nossa campanha. Sem eles nada conseguimos. Com eles tudo é possível.

Mas esta campanha deve ser marcada, mais do que em qualquer outra, pela alegria, pela vivacidade, pela imaginação. A ocupação de espaços fixos, principalmente nas maiores localidades, com passagem de vídeos e realizando espectáculos, a possibilidade que nos dá o período de Verão de promover iniciativas ao ar livre, grandes ou pequenas, como pólos de atracção, em particular da juventude, deve de merecer uma especial atenção.

A festa, a animação, o colorido da CDU nas ruas, a que muito ajudam as nossas bandeiras, deve de ser bem visível e transformar-se numa característica da nossa campanha.

**

O documento-base aprovado pelos delegados foi enriquecido na Assembleia com diversas propostas de alteração.

Almada

Festa da Amizade Festa do Desporto

Para além dos espectáculos musicais, das exposições e da animação que envolverá as dezenas de stands, a Festa da Amizade/87, que decorrerá no Laranjeiro nos dias 5, 6 e 7 de Junho, contará com um vasto e diversificado programa desportivo, que incluirá futebol de salão, atletismo, andebol, ginástica, tiro ao alvo, damas, xadrez e chinquillo. Serão oferecidos certificados de participação a todos os desportistas, medalhas para os melhores classificados em cada prova e taças para as equipas. À excepção do futebol de salão, encontram-se ainda abertas inscrições para as modalidades desportivas da Festa, no CT Concelhio do PCP (Pombal).

Enquanto o apuramento do torneio de futebol de salão prossegue até ao próximo dia 31, no último domingo houve uma prova de ciclismo denominada «Passelo da Amizade», com partida e chegada ao recinto da Festa. A juventude marcou presença vibrante e a iniciativa contou com o apoio técnico das Sociedades Recreativas de Vale de Figueira e de Vila Nova.

Setúbal

2.ª Assembleia em S. Sebastião

Cerca de sessenta delegados e algumas dezenas de convidados participaram, no passado domingo, na 2.ª Assembleia da Organização da Freguesia de S. Sebastião, em Setúbal, cujos trabalhos decorreram na bela sala da colectividade «O Independente», que os seus dirigentes cederam para o efeito.

A parte da manhã foi dedicada à apresentação e debate do Relatório da Comissão de Freguesia cessante e a diversas intervenções dos delegados. Para além de relatórios sobre cada uma das quatro zonas em que a freguesia se divide, foram feitas intervenções sobre fundos, quadros e trabalho ideológico, autarquias e informação e propaganda.

O debate sobre o Relatório levou a várias propostas de alterações ao texto inicialmente apresentado, tendo sido contempladas cerca de uma dezena.

Da parte da tarde teve lugar a votação. Os 57 delega-

dos presentes, cujos mandatos haviam sido verificados pela respectiva comissão, votaram por unanimidade o documento. Também por unanimidade votaram as propostas das comissões locais e, finalmente, a da nova Comissão de Freguesia.

Findos os trabalhos, durante os quais foram lidas várias saudações, o camarada Cabrela, responsável da Comissão Concelhia pela Organização da Freguesia, interveio salientando a importância da Assembleia e do trabalho democrático do Partido, da ligação da organização às massas, aos seus problemas e aspirações.

Encerrando os trabalhos, o camarada Carlos Humberto, da DORS, falou da situação política actual e do empenhamento dos comunistas no trabalho eleitoral que já começou, no sentido de a CDU vir a concretizar os objectivos que, tanto na freguesia, como no concelho, no distrito e no país se colocou.

Apoio à proposta de novos concelhos

A 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures do PCP, reflectindo e interpretando os justos anseios das populações, proclama o seu regozijo à proposta, a apresentar à nova Assembleia da República, para a constituição dos concelhos de Sacavém e Odivelas e de novas freguesias, decorrentes do grande crescimento populacional que o concelho de Loures so-

freu nos últimos anos. Como todo o trabalho dos comunistas esta proposta visa aproximar as autarquias e os eleitos das populações e melhor resolver os problemas locais.

(Da Proclamação ao Povo do Concelho, aprovada na Assembleia)

Convívio em Neuchatel (Suíça)

Realizou-se no passado dia 17 de Maio em Neuchatel, na Suíça, um almoço-convívio, iniciativa da organização local da emigração do PCP que reuniu cerca de oitenta camaradas. Esta iniciativa que assinalou o aniversário do Partido, relacionado com a data em que saiu o primeiro número legal do «Avante» (16 de Maio), foi considerada pelos camaradas da organização local como a mais importante das realizadas naquela região.

Para além do convívio, fa-

lou-se, naturalmente, da situação em Portugal e o camarada Manuel Alho, da organização do PCP de Neuchatel, em curta intervenção, falou dos principais problemas com que se debatem os emigrantes portugueses, os efeitos nefastos da política do demitido governo e a necessidade do apoio à Coligação Democrática Unitária. As afirmações insultuosas de Cavaco Silva sobre a desnecessidade na actual situação do país das remessas dos

emigrantes, a questão dos consulados mandados encerrar pelo governo, bem como os cortes de verbas com o objectivo de fazer cessar o apoio jurídico aos emigrantes são bem exemplo das consequências de uma eventual continuação da política de direita. O voto na CDU, afirmou o camarada Manuel Alho é, por isso, condição essencial para uma alternativa democrática que vá de encontro aos interesses e direitos dos emigrantes portugueses.

Atenção, camaradas sem contacto regular

Embora durante os meses de Fevereiro, Março e Abril, a Campanha Organizativa tenha conseguido estabelecer um contacto regular com muitos camaradas que têm estado desligados, continua a haver situações semelhantes que é necessário resolver.

Numa altura em que a mobilização dos membros do Partido tem de ser uma preocupação das diversas organizações, chamamos a atenção de todos os camaradas que perderam o seu contacto regular que, através de qualquer dos Centros de Trabalho ou do conhecimento de outros camaradas organizados, procurem conseguir a sua ligação com o Partido.

Entretanto, qualquer camarada nessas condições pode também dirigir-se à Comissão Central de Organização, Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa Codex expondo o seu caso. Procurar-se-á dar seguimento rápido à sua ligação orgânica.

Nacional

Encontro Nacional de Municípios sem armas nucleares

Culminando um processo iniciado em 1982 — altura em que o primeiro município português assumiu a declaração de Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN) — vai realizar-se no próximo dia 1 de Junho na Figueira da Foz, o 1.º

Encontro Nacional dos municípios declarados Zona Livre de Armas Nucleares.

Para Eufrásio Filipe, presidente da Câmara Municipal do Seixal e que pertence à Comissão Promotora do Encontro, «ele assume uma

importância acrescida pelo facto de coincidir com o diálogo entre as grandes potências sobre a retirada dos mísseis nucleares de médio e curto alcance». Segundo a Comissão Promotora, o debate irá incidir sobre a «importância das Zonas Livres de Armas Nucleares» e «Desenvolvimento Local e Paz».

Este movimento de municípios declarados ZLAN iniciou-se na Grã-Bretanha quando, em 1980, Manchester se declarou ZLAN. Realizaram-se já, entretanto, três conferências internacionais de municípios, sendo que a última, realizada em Itália o ano passado, consagrou o dia 1 de Junho como Dia Mundial das ZLAN. Em Portugal existem neste momento 86 municípios declarados ZLAN.



Programa OTJ Nova forma de contrato a prazo

Reunidas no passado dia 18 em Aljustrel, a coordenadora de jovens desempregados e as comissões de jovens OTJ/desempregados de Moura, Aljustrel e Beja concluíram que os programas OTJ, na forma como são concebidos constituem «uma nova modalidade de contratos a prazo com a agravante de abrangerem somente uma escassa minoria de jovens». Trata-se, afirmam aqueles jovens em comunicado, de «uma ocupação a muito curto prazo com vencimento muito reduzido e na qual os jovens não têm os direitos e regalias consignados na Lei Geral do Trabalho e isto apesar de trabalharem 36 horas semanais».

Os jovens que participam nos programas OTJ protestam ainda contra o facto de a lei recentemente aprovada na Assembleia da República e que consagra a atribuição do salário mínimo nacional aos jovens maiores de 18 anos que trabalham não os abranger. «Pensamos em

suma, que os programas OTJ não resolvem o problema do desemprego juvenil em Portugal e mais não fazem que criar expectativas e ilusões», consideram aqueles organismos de jovens desempregados.

Na referida reunião foi, entretanto, aprovado um conjunto de reivindicações que vão no sentido da atribuição do salário mínimo nacional e da aplicabilidade dos direitos e regalias da Lei Geral do Trabalho aos jovens participantes nos programas OTJ, a garantia da colocação ou da atribuição do subsídio de desemprego aos jovens que concluem os programas e a garantia de emprego aos jovens que participam nos cursos de formação profissional nas empresas ou entidade promotora, bem como a atribuição aos jovens desempregados de uma participação significativa nos postos de trabalho vagos ou a criar.

As conclusões da reunião de Aljustrel foram enviadas ao Governador Civil de Beja e ao Centro de Emprego daquela cidade.

60 ANOS DE LUTA

ao serviço do povo e da pátria

edições Avante!

Uma grande iniciativa de

PME's em congresso

Vai realizar-se no fim-de-semana, no hotel Penta, em Lisboa, o congresso constituinte da Confederação Portuguesa das Pequenas e Médias Empresas.

A comissão instaladora da Confederação deu a conhecer em conferência de imprensa os resultados da sua última reunião para preparação do congresso. A Presidência da República havia já respondido afirmativamente ao convite para estar presente nos dias 30 e 31 de Maio, tal como outras entidades e personalidades.

Na conferência de imprensa foi mais uma vez salientada a importância das pequenas e médias empresas em Portugal: na indústria 80% das empresas empregam menos de 50 trabalhadores e são responsáveis por 33%

do produto interno bruto; no comércio a retalho 80% das firmas têm menos de 10 empregados e realizam 60% do total de vendas.

Entre os temas propostos para debate no Congresso Constituinte da CPPME figuram a caracterização e os problemas das PME's portuguesas, a reestruturação para o desenvolvimento, as técnicas de gestão, as novas tecnologias, a legislação (lei da concorrência, IVA, contribuição industrial, fiscalidade, horário do comércio), o investimento e a acção das instituições de crédito e dos organismos de coordenação e apoio às PME's.

O Congresso aprovará os Estatutos da Confederação Portuguesa de PME's e elegerá os seus corpos gerentes.

O SECTOR MINEIRO E A C.E.E.

Minas da Panasqueira: que futuro?

Dia 6 de Junho de 1987 às 10 horas na Casa do Povo de S. Jorge da Beira

PARTICIPAÇÃO DE:

- Joaquim Miranda — Deputado Comunista ao Parlamento Europeu
- Eng. Sequeira — Eng. de Minas — Membro da Comissão de Assuntos Económicos junto do Comité Central do PCP
- José Soeiro — da Comissão Política do Comité Central do PCP

INICIATIVA DA:

Comissão Distrital de Castelo Branco do Partido Comunista Português e do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu

CONVITE

O Partido Comunista Português convida toda a população a participar no debate sobre o Sector Mineiro e a CEE — «Minas da Panasqueira: Que Futuro?» que se realiza no próximo dia 6 de Junho 1987, às 10 horas na CASA DO POVO DE S. JORGE DA BEIRA, e em que participam:

- Joaquim Miranda — Deputado Comunista ao Parlamento Europeu
- Eng. Sequeira — Eng. de Minas — Membro da Comissão de Assuntos Económicos junto do Comité Central do PCP
- José Soeiro — da Comissão Política do Comité Central do PCP

Iniciativa da Comissão Distrital de Castelo Branco do Partido Comunista Português e do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu

Haverá transportes a partir do Rio, Aldeia de S. Francisco de Assis e Barroca Grande NO FINAL REALIZAR-SE-Á UM CONVÍVIO. INSCREVE-TE

Praça da Liberdade Douro, Rio da Vida

Quando 30 000 manifestantes em Salamanca, a propósito do projecto de lixeira nuclear em Aldeadavila de la Ribera, alertaram para que «a caveira não venha a ser a marca do vinho do Porto», fomos percorridos por um forte calafrio!

Como seria possível tal monstruosidade? É esta a grande prenda que a CEE tem para oferecer às gentes do Douro, e aos portugueses?

A justificação de que se trata «apenas» de um projecto de investigação com o objectivo de testar a capacidade das rochas graníticas no armazenamento de detritos radioactivos, e ainda da efectiva construção do depósito de resíduos nucleares, é pueril e hipócrita. É óbvio que uma vez realizado o projecto, se seguiria, a partir de 1999, a instalação definitiva da lixeira dos resíduos nucleares de toda a Espanha e restantes países das Comunidades Europeias.

Tal instalação, a sete quilómetros da fronteira portuguesa, e diante da aldeia portuguesa de Brusó, do concelho de Mogadouro, e na bacia do Douro internacional, constitui uma irresponsabilidade inadmissível.

Da parte do governo espanhol, que dispo de território tão vasto, foi encostar o cemitério nuclear à fronteira portuguesa, junto ao rio que atravessa o nosso país, resalta um profundo desprezo acerca dos interesses portugueses.

As Comunidades Económicas Europeias que financiaram o projecto, e bem sabem que os efeitos nucleares não têm fronteiras, insistem mais uma vez em reservar para os países mais ricos os benefícios económicos da técnica e despejar nos mais pobres o lixo e os riscos indesejáveis.

Quanto ao demitido Governo português, ainda nos está a dar mais este exemplo de incompetência e incapacidade na defesa de Portugal. Aceitar que o nosso país possa ser cobaia de tais perigos, admitir que o Norte seja escolhido para zona de catástrofe, que toda a região do Douro possa ficar irremediavelmente comprometida, não terá o acordo de nenhum português patriota.

O Porto, que fica a escassos 90 quilómetros do local escolhido para lixeira nuclear da Europa capitalista, e que é centro da economia que tem como expoente importantíssimo o vinho generoso, sente já que poderá ter uma palavra decisiva num processo, cujo contrato de financiamento se prevê ainda para este Verão.

A simples menção de que o Douro possa ficar poluído por partículas radioactivas, que o vinho do Porto criado nas margens do rio fique empoalhado com o tal lixo europeu, provoca um frémito de indignação e cólera nos tripeiros.

«Douro, Rio da Vida» é o lema escolhido para celebrar no Porto o dia 5 de Junho próximo, Dia Mundial do Ambiente. O pelouro da limpeza da Câmara do Porto, que organiza esta grande iniciativa, anunciou já que uma semana depois, no dia 13, se fará um importante colóquio no Salão Nobre da Alfândega para aprofundar os estudos da defesa ecológica e cultural do rio Douro.

Estas iniciativas de flagrante oportunidade poderão ser o desencadear do grande protesto nortenho contra a ameaça que nos espreita.

■ Oliveira Dias

Adiada a Festa da Alegria

A comissão organizadora da X Festa da Alegria, considerando a convocação de eleições legislativas para 19 de Julho e as implicações daí decorrentes para a actividade das organizações do PCP, decidiu adiar a realização da Festa da Alegria, prevista para 3, 4 e 5 de Julho, por coincidir com o período da campanha eleitoral, e estudar a viabilidade da sua concretização noutra data.

A comissão organizadora sublinha a impossibilidade evidente de conciliar, ao mesmo tempo, o envolvimento das organizações e militantes do PCP numa tão responsável e grandiosa iniciativa como é a Festa da Alegria, com o necessário e completo empenhamento de todos para a vitória da democracia e o reforço da CDU no próximo acto eleitoral.

Certa de que a sua realização corresponde às aspirações e aos sentimentos de muitos milhares de comunistas e outros democratas e amigos da Festa, vão, entretanto, prosseguir esforços para que a maior realização político-cultural do Norte se concretize em tempo oportuno.

Recorde-se que a décima edição da Festa é obra conjunta das Organizações Regionais do Minho, Porto e Trás-os-Montes.

Internacional

Saudação ao IX Congresso do Partido Comunista Peruano

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Peruano uma saudação, a propósito da realização do IX Congresso Nacional Ordinário daquele partido, cujos trabalhos se desenrolam de 27 a 31 de Maio corrente:

Queridos Camaradas,

Por ocasião do IX Congresso Nacional Ordinário do Partido Comunista Peruano, transmitimo-vos, e por vosso intermédio, a todos os membros do vosso Partido, à classe operária e aos trabalhadores do Peru, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Acompanhando com grande interesse a evolução da situação política no vosso país, o nosso Partido valoriza o papel desempenhado pelo Partido Comunista Peruano nas grandes lutas de massas que têm tido lugar no Peru e a sua decisiva contribuição para a cooperação das forças de esquerda, traduzida na constituição da Esquerda Unida e nos importantes êxitos políticos por ela alcançados. Os comu-

nistas portugueses são activamente solidários para com a luta dos seus camaradas peruanos em defesa dos interesses e conquistas da classe operária e dos trabalhadores, em defesa da democracia e contra as manobras desestabilizadoras e golpistas das forças reacçãoárias, em defesa da independência nacional e contra os ditames do FMI e do imperialismo, por uma alternativa de progresso social e de transformação revolucionária da sua pátria.

Em Portugal, o PCP prossegue a luta em defesa das conquistas da Revolução e do regime democrático que as consagra. A ofensiva contra-revolucionária conduzida por sucessivos governos de direita dura há já mais de onze anos; porém, apesar de feridas e diminuídas as conquistas da Revolução, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos dos trabalhadores, o Poder Local democrático, continuam a marcar profundamente a realidade portuguesa. A luta da classe operária, o poderoso movimento popular de massas existente no nosso país, a acção do nosso Partido não têm permitido a res-

tauração do domínio dos monopólios e dos latifúndios; lutamos com confiança para que isso não aconteça e Portugal retome a via aberta pela Revolução de Abril.

A recente destituição do Governo reacçãoário e minoritário do PSD representou uma grande vitória da luta popular e da convergência dos partidos democráticos. Entretanto, as reais possibilidades de formação de um governo com base na maioria dos partidos democráticos na Assembleia da República foi inviabilizada pela convocação pelo Presidente da República de eleições legislativas antecipadas para o próximo dia 19 de Julho, data em que terão também lugar eleições para o Parlamento Europeu. Estas eleições são de uma enorme importância para o futuro da democracia portuguesa. Correndo no quadro da Coligação Democrática Unitária, coligação que engloba o PCP, o partido «Os Verdes» e numerosos democratas independentes, o nosso Partido tudo fará para que os seus resultados confirmem a derrota dos partidos da direita e abram finalmente caminho a uma alternativa democrática.

No plano internacional o PCP sempre considerou como dever prioritário agir no sentido do reforço da unidade do movimento comunista internacional assim como do fortalecimento da cooperação, amizade e solidariedade recíproca das grandes forças do progresso social, designadamente dos países socialistas, da classe operária dos países capitalistas, do movimento de libertação nacional, dos países progressistas. Na opinião do PCP isso é de fundamental importância para fazer frente com sucesso à política de guerra e agressão do imperialismo, defender a Paz e assegurar o prosseguimento vitorioso do processo de emancipação dos trabalhadores e dos povos.

O imperialismo, e, em primeiro lugar, o imperialismo norte-americano, procura por todos os meios deter, e se possível inverter, a marcha da Humanidade no caminho da independência, do progresso social e do socialismo. Para tanto, conduz uma frenética corrida aos armamentos na Terra e projecta a sua extensão ao espaço cósmico, ingere-se abertamente nos assuntos internos de países sobera-

nos, recorre à agressão armada contra povos que, como na Nicarágua, afirmam corajosamente o direito de escolherem o seu próprio caminho livre da opressão dos monopólios e do imperialismo. Uma tal política está, porém, condenada ao fracasso como concretamente o demonstra a luta dos povos da América Latina e Caraíbas onde, apesar das dificuldades e complexidade da situação, foram alcançadas em numerosos países grandes vitórias de carácter democrático e anti-imperialista.

A luta em defesa da Paz, tarefa central comum aos trabalhadores e povos de todo o mundo, é inseparável da luta do progresso social, pela transformação revolucionária da sociedade. Quanto mais forte e atraente for o socialismo, quanto melhor se defenderem e mais depressa se consolidarem as novas revoluções libertadoras da África, Ásia e América Latina, quanto mais avançar a luta da classe operária dos países capitalistas, por profundas transformações antimonopolistas, tanto maiores serão as possibilidades de obrigar o imperialismo a recuar nos seus propósitos de revanche social e

hegemonia mundial.

O PCP, ao mesmo tempo que luta contra a política de submissão de Portugal ao imperialismo e por uma política externa de independência, paz e cooperação, expressa a sua solidariedade com todos os povos que lutam pela sua emancipação nacional e social. O PCP expressa em particular a sua solidariedade para com Cuba socialista, a revolução da Nicarágua e a luta heróica dos povos de El Salvador e do Chile; a sua causa é a causa dos trabalhadores e povos de todo o mundo.

Queridos Camaradas,

Desejamos os melhores sucessos aos trabalhos do vosso IX Congresso, expressamos a nossa vontade de reforçar as relações de fraternal amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o IX Congresso do Partido Comunista Peruano!

Viva a amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Peruano!

Viva o internacionalismo proletário!

28.º Congresso do Partido de Esquerda — Comunistas da Suécia • Saudação do PCP

Ao Comité Central do Partido de Esquerda — Comunistas da Suécia, cujo 28.º Congresso teve lugar de 23 a 27 do corrente mês de Maio, o Comité Central do PCP enviou a saudação que a seguir transcrevemos:

Queridos Camaradas:

Por ocasião do 28.º Congresso do Partido da Esquerda — Os Comunistas da Suécia transmitimo-vos, e por vosso intermédio, a todos os membros do vosso partido, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Seguimos com o maior interesse a evolução da situação política na Suécia e a acção desenvolvida pelo PE-CS em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, contra as consequências da crise do capitalismo que atinge o vosso país, por uma política de progresso social, em defesa da neutralidade da Suécia, pela criação de uma zona livre de armas nucleares no Norte da Europa e em defesa da Paz. Expressando a solidariedade dos comunistas portugueses à vossa luta por tais objectivos, desejamos aos trabalhos do 28.º Congresso do PE-CS os melhores sucessos.

Em Portugal, a situação continua a caracterizar-se por uma aguda luta de classes em torno das conquistas

da Revolução portuguesa e do regime democrático que as consagra.

A grave crise económica, social e política do País resulta essencialmente da política de recuperação capitalista conduzida desde há mais de 41 anos por sucessivos governos em flagrante desrespeito pela Constituição da República. Prosseguindo e agravando brutalmente esta política antipopular e antinacional, pondo em perigo o regime democrático e a própria independência nacional, o Governo minoritário do PSD estava necessariamente condenado à derrota. A sua recente destituição representa uma grande vitória da luta popular e da convergência das forças democráticas. Entretanto, as reais possibilidades de formação de um governo com base na maioria dos partidos democráticos na Assembleia da República foi inviabilizada pela convocação pelo Presidente da República de eleições legislativas antecipadas para o próximo dia 19 de Julho, data em que terão também lugar eleições para o Parlamento Europeu.

O PCP considera as próximas eleições de uma enorme importância para o futuro da Revolução portuguesa e das suas conquistas. Correndo no quadro da Coligação Democrática Unitária, coligação que engloba o PCP, o partido «Os Verdes» e numerosos democratas in-

dependentes, o nosso Partido tudo fará para que os seus resultados confirmem a derrota dos partidos de direita e abram finalmente caminho para a formação de um governo democrático que prosseguir os ideais de Abril.

No plano internacional foram alcançados, nos últimos tempos, importantes resultados políticos na luta contra a política de guerra e agressão do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano, que confirmam a real possibilidade de alcançar uma viragem na situação internacional no sentido do desarmamento, e em primeiro lugar o nuclear, do desanuviamento e da coexistência pacífica. As propostas e iniciativas de paz da URSS e dos países socialistas, designadamente as que visam a completa eliminação das armas nucleares na Europa e no mundo, constituíram e constituem contribuições do maior alcance para a defesa da Paz.

Contudo, o imperialismo continua sistematicamente a recusar, eludir e sabotar a concretização de acordos de desarmamento, a intervir militarmente contra povos e países soberanos, a insistir nos seus propósitos de revanche social e hegemonia mundial. O prosseguimento do projecto de militarização do espaço e as manobras para impedir a concretização de acordos visando a eliminação dos mísseis de médio

alcance da Europa, são a este respeito particularmente significativos. Face a uma tal situação consideramos necessário prosseguir e intensificar a luta popular em defesa da Paz e pelo desarmamento e a solidariedade activa para com os povos vítimas das agressões imperialistas. Consideramos igualmente necessário reforçar a amizade, a cooperação e a solidariedade recíproca de todas as forças do progresso social e em primeiro lugar da URSS e outros países socialistas, da classe operária dos países capitalistas, do movi-

mento de libertação nacional, dos países progressistas. Tudo isto põe grandes responsabilidades perante os comunistas. Na opinião do PCP, o reforço da unidade do movimento comunista internacional é de decisiva importância para assegurar o prosseguimento vitorioso do processo de emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos e a defesa da Paz.

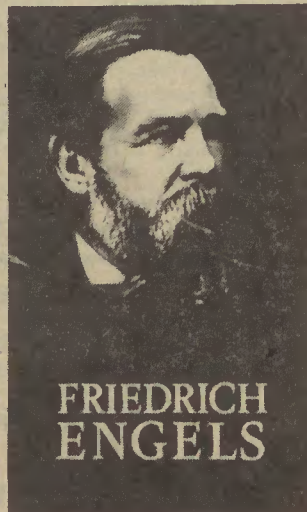
Queridos Camaradas, Desejando uma vez mais os melhores sucessos aos trabalhos do vosso 28.º Congresso, exprimimos a nossa

vontade de prosseguir e fortalecer as relações de amizade, solidariedade existentes entre os nossos dois partidos no interesse da causa comum do socialismo e da Paz.

Viva o 28.º Congresso do Partido da Esquerda-Comunistas da Suécia!

Viva a amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido da Esquerda-Comunistas da Suécia!

Viva o internacionalismo proletário!



Biografia de Friedrich Engels

A elaboração de uma biografia científica de Friedrich Engels — genial pensador e lutador político, revolucionário convicto e destemido — é uma tarefa muito complexa. Contar a vida de Engels é contar a história gloriosa da luta da classe operária contra o capital, desde as primeiras acções do proletariado, dispersas e muitas vezes ainda espontâneas, até à sua transformação numa poderosa força política.

Internacional

ARGENTINA

Amnistia da ditadura

...«Pretende-se por esta via impôr ao poder constitucional uma legislação que consagre a impunidade dos que estão condenados ou processados devido a violações dos direitos humanos cometidas durante a passada ditadura. Não podemos de modo algum aceitar uma chantagem desta natureza. Impedem-nos a ética, impedem-nos a nossa consciência democrática, impedem-nos as normas constitucionais bem como as que regem as Forças Armadas baseadas na disciplina. Também nos impede de fazer tal coisa a história de que os argentinos tiraram um claro ensinamento: ceder perante semelhante exigência apenas significa pôr em jogo o destino da nação. Então aqui não há nada a negociar. A democracia dos argentinos não se negocia!»

Por estranho que isso hoje possa parecer, as palavras que atrás reproduzimos são de Raul Alfonsín, presidente da Argentina. O mesmo Raul Alfonsín que apresentou a proposta de lei sobre o «dever de obediência» que tanta controvérsia está a provocar no país por ser considerada por amplos sectores da população como uma «amnistia encoberta» dos militares que durante a ditadura cometeram os mais bárbaros crimes.

A proposta de lei governamental, aprovada pela câmara baixa do Parlamento argentino no passado dia 15, viu o seu debate pelo Senado adiado no dia 20, num dos mais claros sintomas das divergências existentes sobre tão delicada matéria. Enquanto isso, no dia 21, organizações de defesa dos

ex-presos políticos e familiares de «desaparecidos» manifestavam-se em Buenos Aires contra a legislação, que muito dificilmente pode deixar de ser entendida como uma grave cedência às exigências dos militares que no mês passado fizeram pairar sobre a Argentina a ameaça de golpe de Estado.

Segundo fontes jurídicas, a aprovação daquela proposta de lei ilibará 297 dos 370 militares processados por violações dos direitos humanos. Se se juntar esta iniciativa com a chamada «lei do ponto final», aprovada em Fevereiro, e segundo a qual ficam amnistiados todos os militares não processados no prazo de 90 dias após a sua entrada em vigor; se se tiver presente que o governo de Alfonsín cedeu às pressões dos militares revoltosos exo-

nerando o então Chefe de Estado-Maior do Exército, Hector Rios Erenu, o que implicou a passagem à reserva de todos os oficiais superiores dele dependentes, que é como quem diz os que haviam ascendido após o fim da ditadura, o resultado que se obtém está longe de ser animador para o futuro da democracia na Argentina.

Importa recordar que a revolta de alguns sectores militares em Abril passado, indissociavelmente ligada à crise aberta em 85 com a corajosa atitude argentina de julgar os ex-membros das Juntas militares que dominaram o país de 1976 a 1983, veio de novo levantar a questão do direito do poder civil, reconhecido e aceite pelo povo, em julgar os militares pelos crimes cometidos.

Num país onde ainda hoje os seus dez milhões de habitantes são confrontados com a descoberta de valas comuns peçadas de cadáveres, barbaramente assassinados pela ditadura militar, e onde se continua a desconhecer o paradeiro de muitas das crianças vendidas no estrangeiro enquanto os pais agonizavam nas prisões, criar condições para a impunidade dos que cometeram tais crimes não é de modo algum a melhor forma para consolidar o regime democrático.

Com a lei do «dever de

obediência», institucionaliza-se a irresponsabilidade dos militares, a impunidade pelos crimes cometidos fica na dependência de uma hierarquia mais ou menos arbitrária, admite-se que os que no passado torturaram e mataram «cumprindo ordens» o venham a fazer de novo no futuro.

A lucidez com que Alfonsín afirmou um dia, referindo-se aos militares, que a «democracia dos argentinos não se negocia», parece ter desaparecido com o exercício do poder, esse mesmo poder que a maioria da população lhe outorgou pelas suas justas posições de então. Cabe perguntar se ao presidente da Argentina não ocorreu ainda que a paz social e a concórdia nacional, de que a componente militar tem de ser parte integrante, não se constrói sobre as feridas abertas da ditadura; nem tão pouco com o reconhecimento implícito de um estado militar dentro dum estado civil sempre pronto a mostrar as garras quando a sua supremacia seja posta em causa. Num estado de direito, semelhante situação não pode ser mantida.

Em Setembro, quando a população for às urnas, Alfonsín pode ter ganho o apoio de certos sectores militares, mas terá perdido o apoio da população.

Dia da OUA

A OUA assinalou na passada segunda-feira o Dia da Unidade Africana, data que representa há mais de um quarto de século a consciência da necessidade de conjugar esforços para combater problemas comuns herdados do colonialismo, trocar experiências na via do desenvolvimento e do progresso, aplanar os obstáculos que se opõem à paz, à amizade e cooperação entre os povos e os países africanos.

Em Lisboa a data foi assinalada numa cerimónia em que participaram todos os diplomatas africanos acreditados em Portugal, tendo sido guardado um minuto de silêncio em memória de Samora Machel.

Bispos indianos contra armas nucleares

Os bispos católicos da Índia apelaram recentemente à criação de um mundo livre de armas nucleares, baseado na justiça e na segurança universal. Numa reunião realizada em Bangalore, os bispos consideraram ser essa «a tarefa comum e o dever moral de todas as pessoas de boa vontade».

Numa mensagem enviada ao primeiro-ministro Rajiv Gandhi, ao governo e ao parlamento do país, os bispos indianos manifestaram o seu apoio à política da Índia a nível internacional e às iniciativas de paz avançadas pelos dirigentes da República com vista à consolidação da segurança universal, da amizade e da cooperação entre os povos.

Congresso das «super-cidades»

A Cidade do México recebeu na semana passada representantes da administração das 55 maiores cidades do mundo, que ali se deslocaram para participar no Congresso Mundial de Grandes Cidades «Metropolis-87», este ano realizado sob o lema «Pela Melhoria das Condições de Vida nas Grandes Cidades».

A iniciativa teve como objectivo debater os principais problemas resultantes do desenvolvimento caótico das cidades nos países capitalistas e em vias de desenvolvimento, em particular no que se refere à organização dos serviços, funcionamento dos transportes, habitação e protecção do meio ambiente.

Uma preocupação que tem toda a razão de ser, pois segundo dados das Nações Unidas até ao fim dos anos noventa mais de 4 mil milhões de pessoas (80 a 85 por cento da população mundial) viverão em grandes cidades. Ainda segundo a ONU, as cidades com mais de um milhão de habitantes duplicaram desde o início do século, encontrando-se num processo de crescimento contínuo.

Os especialistas consideram que gigantes como a Cidade do México (que terá em breve cerca de 30 milhões de habitantes), S. Paulo (mais de 25 milhões), Rio de Janeiro, Cairo e Buenos Aires (todas com mais de 20 milhões de habitantes) se tornarão em breve num verdadeiro pesadelo para os que lá vivem.

Equilíbrio ecológico ameaçado na América Central

Mais de cem especialistas centro-americanos e dos EUA reunidos recentemente em Manágua, capital da Nicarágua, concluíram que os conflitos armados na América Central estão a provocar danos irreparáveis no meio ambiente e nos recursos naturais da região.

Segundo os peritos, a natureza sofreu prejuízos particularmente graves em El Salvador, onde contínuas operações militares têm vindo a destruir milhares de hectares de bosques e terras férteis, para além de reservas de água. A utilização de «napalm», bombas de fósforo e outras armas é a principal causa dos prejuízos já registados.

Também nas Honduras e na Guatemala o equilíbrio ecológico está a ser afectado pela construção acelerada de dezenas de bases militares, pistas de aviação e estradas, que implicam o abate desordenado de árvores e a destruição de outra flora e da respectiva fauna. Na Nicarágua, por seu turno, a destruição de pastagens e o incêndio de centenas de hectares de plantações de café — prática normal dos «contras» — está também a provocar problemas.

Os especialistas reunidos em Manágua consideraram que está em curso na região um processo de erosão do solo e de desaparecimento de numerosas espécies de animais e plantas o que, a não serem tomadas medidas urgentes, poderá ter graves consequências num futuro próximo.

CEE abandona projecto de Conferência sobre Médio Oriente

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE decidiram abandonar por agora as iniciativas tendentes à realização de uma Conferência Internacional sobre o Médio Oriente. O pretexto invocado são as divergências existentes sobre o assunto no seio do governo israelita, onde trabalhistas e membros do Likud se confrontam numa guerra política que tem mais que ver com a luta pelo poder do que com os interesses do Médio Oriente.

«Um processo contra o esquecimento»



Klaus Barbie: acabaram, para o torcionário da Gestapo, as horas «pacíficas» em que mandava matar. Chegou a hora de responder pelos seus crimes contra a Humanidade

Klaus Barbie, o chefe da Gestapo em Lyon que, sob o nome de Altman viveu impunemente na América do Sul onde teve oportunidade de colocar ao dispor de novos patrões o seu saber de torcionário nazi, começou a ser julgado, ao fim de 43 anos, na cidade onde espalhou o terror. Tendo comparecido no passado dia 11 de Maio perante o tribunal, cedo se cansou de responder perante os juízes, e, usando de prerrogativas que a democracia lhe dá, acabou recusando comparecer, «preferindo» a paz da sua cela. Mas os juízes forçaram-no a voltar ao banco dos réus, a fim de ser reconhecido por algumas das suas antigas vítimas.

Condenado por duas vezes à pena de morte, à revelia, o torcionário da Gestapo passava a vida entretanto servindo a CIA que o recrutou a seguir à guerra, para depois o ceder à Bolívia, cujo novo governo o expulsou em 1983. A hora chegou de prestar contas. De crimes contra a humanidade. Num processo contra o esquecimento, como titulóu «L'Humanité» que tem seguido o processo e recordado ao público os crimes de Barbie — milhares de prisões, numerosos assassinios, deportações em massa, destruição de aldeias, raptos de crianças.

Internacional

Jornada de luta na Colômbia

O povo colombiano participa hoje, dia 28 de Maio, numa jornada nacional pelo direito à vida, convocada pela direcção nacional da União Patriótica (UP), organização democrática integrada por diversas forças políticas que têm vindo a ser alvo de uma sistemática campanha de extermínio por parte de grupos militares e paramilitares colombianos.

Num documento divulgado na conferência de imprensa em que foi anunciada a iniciativa, os responsáveis da UP denunciaram a cumplicidade de importantes sectores das autoridades nesta autêntica «guerra suja» que está a ser levada a cabo na Colômbia. Ao abrigo do estado de sítio — refere o documento — o militarismo, através dos serviços secretos e das suas alianças com sectores do tráfico de drogas e aproveitando o medo dos caciques políticos de perderem os seus feudos nas próximas eleições locais, apoia os grupos paramilitares. Os membros destes grupos são treinados em instalações militares sendo os seus crimes planificados de forma sistemática a nível nacional e, o que ainda é mais grave, levados na-

guns casos a cabo por elementos das Forças Armadas no activo e, noutros casos, por reformados das mesmas.

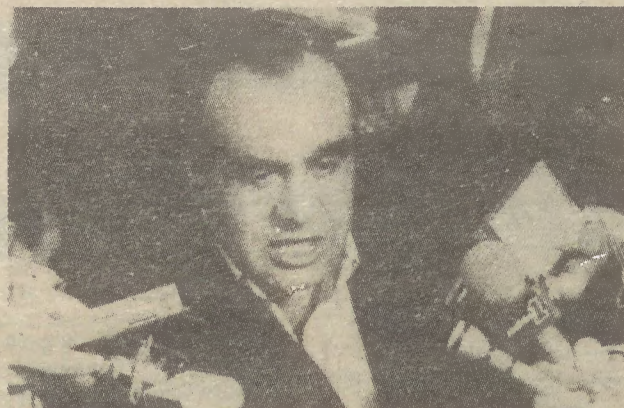
Para a União Patriótica, o silêncio do governo face a estes factos tem sido um factor de estímulo e alento para os criminosos. De facto, só após uma série de iniciativas levadas a cabo pelas forças populares, incluindo uma greve cívica, as autoridades decidiram acelerar o processo de criação de um Tribunal de Investigações; já então haviam sido assassinados, no breve prazo de dois anos, mais de três centenas de democratas colombianos.

Uma situação que exige, como refere o documento da UP, uma tomada de posição por parte dos sectores patrióticos das Forças Armadas: **Cremos que os sectores honestos e patrióticos das**

Forças Armadas têm o dever moral de entender que o seu nome e as funções que a Constituição lhes atribui estão a ser enlameadas pela acção fratricida de alguns dos seus componentes. Por isso os convidamos a pronunciarem-se contra os que pretendem converter a instituição militar num grupo de agressores sem Deus nem Lei, obedecendo a sinistros planos antipopulares.

Planos amplamente denunciados pelos dirigentes da UP, segundo os quais pelo menos um general no activo, três coronéis (um dos quais na reforma) um capitão e dois majores do Exército estão implicados na «guerra suja», que além do mais estará a ser financiada pelo próprio orçamento do Ministério da Defesa, através das verbas secretas movimentadas pelos serviços de informação do Exército.

As reacções provocadas por tais denúncias (o ministro da Defesa, Samudio Molina, foi forçado a reconhecer a implicação de vários membros das forças armadas em assassinatos de dirigentes



Jaime Pardo Leal, presidente da União Patriótica, quando denunciava os autores dos crimes contra o movimento popular colombiano

de esquerda, ainda que considerando que se trata de «factos isolados», bem como a adesão à jornada de luta que hoje se realiza, confirma a convicção expressa pela União Patriótica de que

só uma resposta enérgica e organizada das massas populares, das forças conscientes de que a Colômbia precisa de paz, poderá pôr cobro à violência política que assola o país.

A Revolução de Outubro e os problemas actuais

De 19 a 21 de Maio realizou-se em Praga, organizado pela Revista Internacional «Problemas da Paz e do Socialismo» um Simposium teórico dedicado ao tema «A Grande Revolução de Outubro e os problemas fundamentais da actualidade». No Simposium participaram representantes de 54 partidos comunistas e operários e de 6 organizações democráticas internacionais.

Os participantes debruçaram-se sobre um amplo leque de temas, designadamente sobre as tendências, forças motrizes e perspectivas que se colocam às forças do progresso social no mundo contemporâneo, e sobre a luta pela paz e por um mundo livre de armas nucleares.

Em representação do PCP, fez uma intervenção e participou no amplo debate realizado o camarada Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central. Da sua intervenção transcrevemos as considerações finais:

«Os partidos comunistas e operários lutam hoje nas mais diversas condições e são eles mesmos diversos uns dos outros, tanto no mundo socialista, como no mundo capitalista, como ainda no chamado Terceiro Mundo. Esta diversidade pode implicar dificuldades objectivas acrescidas no seu relacionamento, tornando mais complexo o Movimento Comunista Internacional.

Mas a diversidade é contido fruto de uma outra realidade primária e fundamental: a universalização do nosso movimento, a enorme amplitude que alcançámos, a maior profundidade do nosso enraizamento no seio das massas, a extraordinária riqueza de experiências que vão sendo acumuladas.

Por isso mesmo, se a diversidade coloca a exigência de encontrar respostas específicas para os específicos problemas que cada partido

enfrenta; se a diversidade exige criatividade acrescida na busca das formas concretas de aproximação ao socialismo e da sua construção — ela também exige uma mais aprofundada troca de experiências e opiniões, uma maior solidariedade recíproca, uma maior coesão das nossas fileiras na luta pelos objectivos comuns a todos os comunistas, a paz e o progresso social.

A complexidade e novidade da vida contemporânea; o novo dinamismo que reestrutura e relança com energia o desenvolvimento do mundo socialista; a revolução científico-técnica e suas consequências contraditórias; o agravamento inaudito da crise geral do capitalismo; o emergir de mais e mais povos à criação da História — não autoriza a adopção de esquemas únicos, de quaisquer modelos elocubrados aprioristicamente. Antes exige a utilização criadora desse formidável e comprovado instrumento de análise da realidade que é o marxismo-leninismo, exige a troca de informações, experiências e opiniões que permitam com maior segurança definir a solução concreta dos concretos problemas que cada partido enfrenta, num mundo que é simultaneamente cada vez mais uno.

Por isso o Partido Comunista Português defende que se devem multiplicar e aprofundar os contactos entre os partidos irmãos, a nível bilateral, regional ou mesmo mundial, quando as condições o permitirem; defende que se ampliem relações de diálogo franco e frontal entre os partidos irmãos, num espírito de camaradagem e respeito mútuo; defende o reforço da solidariedade recíproca e da acção comum pelas grandes causas da paz e do progresso social — causas que estavam afinal já inscritas na rubra bandeira de Outubro.

Jovem chileno condenado à morte

Diariamente o quotidiano informativo dos jornais é brutalmente assinalado com notícias da repressão no Chile. Prisões, torturas, manifestações violentamente reprimidas, são a regra num país em que, ao mesmo tempo, não abranda antes se reforça a heróica resistência do povo e da juventude. Nesta edição, no EM FOCO, incluímos um trabalho sobre a gravíssima situação naquele país da América Latina.

Mas do que se fala aqui, nestas curtas linhas, é de um jovem. Um jovem estudante chileno de vinte e quatro anos que recentemente, foi condenado à morte por um tribunal

militar da ditadura. A Juventude Comunista Portuguesa ao tomar conhecimento da notícia protestou junto do Consulado do Chile em Lisboa contra mais este crime que, como se refere em nota do seu Gabinete de imprensa, «se junta assim aos mais 14 condenados que aguardam fuzilamento», e exigiu a libertação imediata de todos os presos políticos, o fim da ditadura, o retorno à democracia para o Chile.

A JCP reafirma «a profunda solidariedade que nos une à juventude chilena que massivamente luta contra a ditadura de Pinochet».



Chile: a violência continua. E não só nas ruas mas também nas instituições fascistas de Pinochet

«À nova ofensiva de fome, o povo trabalhador responde com mais lutas. Por toda a parte se multiplicam as lutas pelo pão e pelos géneros.

Em Vila Real de Trás-os-Montes o povo juntou-se e dirigiu-se ao governador civil gritando: «Queremos pão! Temos fome! Abaixo os Grémios!» Pela pressão do povo, o governador civil deu ordem para as padarias manipularem pão no dia seguinte: um domingo em que as padarias não costumavam trabalhar. Na visita ministerial a esta cidade, o povo reuniu-se em frente da Câmara para mostrar a sua miséria e exigir pão. (...)

Em Viana do Alentejo mais de 200 mulheres protestaram junto do presidente da Câmara contra o novo corte no racionamento do pão.

Em Monforte (Alto Alentejo), ao protesto das mulheres contra o racionamento do pão os laiaos do fascismo responderam dando voz de prisão a algumas. **Todo o povo de Monforte** — homens, velhos e crianças — unindo-se em massa, impediu a prisão das valentes mulheres.

(...) Na Golegã 200 mulheres concentraram-se à porta da Câmara Municipal enquanto uma comissão exigia ao presidente mais pão e azeite. Uma mulher foi detida por protestar contra os empurrões dum guarda fascista, chamado Ribeiro. Então as companheiras recusaram ir-se embora, se aquela não fosse libertada. Depois, ameaçaram tocar o sino a rebate, e a companheira foi posta em liberdade.» (...)

(«Contra a fome!», — «Avante!», VI série, n.º 88, Maio de 1946)

«Os imperialistas americanos afirmam que os desastres militares que sofrem no Sul do Vietname são resultado de infiltrações comunistas no norte do país. Sob esse pretexto bombardeiam o território pacífico da República Democrática do Vietname. Qual é, porém, a verdade? Vejamos, por exemplo, como se realizou o sensacional ataque à grande base aérea americana em Bien Hoa, segundo relata o jornalista Wilfred Burchett.

A 20 km de Saigão se encontra esta base americana. Os imperialistas resolveram alargá-la e para isso expulsaram 35 mil camponeses dos arrozais que se estendiam por 320 hectares. As aldeias foram incendiadas, as culturas destruídas e a nova base ergueu-se esplendorosa. Os camponeses foram habitar 100 «aldeias estratégicas» em redor da base, «protegidos» por 70 postos militares. Nem todos os camponeses, porém, aceitaram essa solução: umas centenas, dirigidos por um deles de nome Huynh Minh, formaram um grupo de guerrilheiros. E no dia 31 de Outubro infiltraram-se na terra que tão bem conheciam e realizaram o golpe mais audaz contra o aeródromo: dispararam contra os bombardeiros B 57 da aviação americana, que custam um milhão e duzentos e cinquenta mil dólares cada um, destruindo dezenas deles. O êxito desta operação foi possível, não porque tivessem vindo do Norte, mas porque a base aérea estava rodeada de gente de Huynh Minh, mais de 30 mil camponeses roubados pelos americanos, em cujo coração ardiam o ódio e a sede de vingança. Foi com a sua ajuda que foi possível aos guerrilheiros actuarem durante um quarto de hora e retirarem sem terem sofrido qualquer baixa!»

(«A verdade sobre Bien Hoa» — «Avante!», VI série, n.º 355, Maio de 1965)

A mentira

A realidade sobre os problemas do emprego e do desemprego, os aumentos salariais, a relação entre a remuneração do trabalho e os lucros do capital durante o Governo Cavaco Silva. Como se pretende manipular números de desempregados transformando mulheres sem trabalho em «domésticas», como se pretende apresentar os erros de cálculo do Governo e as suas derrotas políticas face à luta dos trabalhadores como provas de «bom comportamento» económico e financeiro... A demonstração de como, prestes a chegar ao fim o tempo das vantagens vindas do estrangeiro, a realidade permite ao povo português dizer — «o governo Cavaco vai nu»...

CAPÍTULO II

**EMPREGO E DESEMPREGO
SALÁRIOS E LUCROS**



O demitido Governo Cavaco Silva tem feito do que chama o «Não aumento do desemprego e até a sua ligeira diminuição em 1986» (como disse o ministro Miguel Cadilhe em recente entrevista ao «Diário de Notícias») um dos cavalos de batalha da sua propaganda.

Baseia-se o executivo para fazer tal afirmação em várias estatísticas do INE que, nomeadamente, assinalam a criação, no período entre 1985 e 1986, de cerca de 20 000 novos postos de trabalho.

Note-se — antes de tudo o mais — que este número começa por provir de um puro saldo, não havendo dados que apontem directamente como exacta tal afirmação. O que sucede é que, segundo as estatísticas oficiais, naquele período o desemprego teria diminuído em 64 000 pessoas enquanto que, simultaneamente, a população activa teria diminuído 44 000 (isto é, 44 000 pessoas ter-se-iam reformado ou por qualquer outro motivo — questão a que já voltaremos — deixaram de ser contabilizadas como pertencendo à população activa).

O número de 20 000 resulta assim da pura subtracção entre os 64 000 que teriam deixado de estar desempregados e os 44 000 que teriam deixado de ser trabalhadores: os 20 000 seriam portanto os que deixaram de estar desempregados por ter obtido um novo emprego, que assim se concluiria teria sido entretanto criado.

Interessa desde logo frisar que seria preciso muito boa vontade para deixar passar tranquilamente estes dados. Num país atravessando a crise económica que Portugal atravessa, em nenhuma circunstância seria positiva uma diminuição em números absolutos de 44 000 pessoas a trabalharem, nomeadamente na medida em que as estatísticas não apontam uma diminuição da população em termos absolutos. Haver uma diminuição da população activa corresponde apenas ao prosaico facto de que há menos pessoas a produzirem para o mesmo número de pessoas a consumirem...

Não é preciso ser economista para concluir que não é nada em função de que valha a pena deitar foguetes...

Mas a verdade é que muitas outras deficiências das estatísticas de emprego elaboradas em Portugal retiram qualquer credibilidade mesmo a estes números que o Governo apresenta.

A primeira coisa que interessa sublinhar é que, à luz dos sábios critérios do Instituto Nacional de Estatística, há anos que sistematicamente se procede, nas estatísticas de emprego, à transferência de mulheres trabalhadoras desempregadas para a classificação de «domésticas».

Ou seja: uma mulher está empregada numa fábrica de confecções e, enquanto lá está, é estatisticamente incluída na população activa e dada como empregada. Se a fábrica fecha e a mesma mulher passa a estar desempregada, as portuguesas estatísticas consideram que a mesma pessoa passa a ser uma coisa que manifestamente acumulava antes com a sua condições de operária: doméstica!

Assim, a pessoa em questão não vai engrossar o número estatístico dos desempregados, passa sabiamente a ser contada como «doméstica». Note-se que, de acordo com os próprios números confessados pelo Governo, entre 1984 e 1986 esta habilidade contabilística permitiu «transferir» 105 mil mulheres de desempregadas para domésticas. Considerando que o número oficial de desempregados em 1986 rondaria as 462 000 pessoas, se simplesmente se acrescentasse a tal número as tais 105 000 mil «transferidas» teríamos um aumento de 22% de efectivos desempregados! E note-se que, em 1985 para 1986, ou seja, no período de Governo de Cavaco Silva, esta passagem estatística de desempregadas a «domésticas» abrangeu 23 mil mulheres, o que equivale a dizer que, durante esse período pelo menos 23 000 mulheres ficaram privadas de trabalho.

Mas há mais.

As nossas nacionais estatísticas consideram ainda como «empregado» um indivíduo que tenha trabalhado 1 hora na semana anterior à data de elaboração do inquérito de emprego!

Parece ridículo, mas é a pura verdade!

Assim, um desempregado que na semana anterior a ser inquirido pelo Instituto Nacional de Estatística tenha arranjado um biscate numa obra e tenha ajudado a descarregar uma camioneta de tijolos passa a ser sabiamente considerado como «empregado»!

Mais: no que se refere ao desemprego juvenil esta habilidade assume aspectos ainda mais mistificadores. Com as operações da Ocupação dos Tempos Livres, os «cursos de formação» que os famigerados «fundos europeus» do Ministério do Trabalho, etc., criaram, um jovem que durante um mês tenha andado a varrer as folhas caídas num jardim da cidade recebendo uns dinheiros da Câmara Municipal de Lisboa ou tenha estado no Fórum Picoas durante três semanas a ouvir umas quantas lições sobre as maravilhas da informática tendo nesse período recebido um subsídio — passa a estar estatisticamente «empregado»!

A coisa é tão absurda que o próprio Governo veio já esta semana dizer que o anunciado aumento do desemprego no início do corrente ano divulgado pela Comunicação Social se deveu essencialmente a que, em Janeiro, passaram a «desempregados» cerca de 20 000 jovens que no mês anterior estavam estatisticamente «empregados» em operações de «formação» cuja fulgurante utilidade se conclui deste puro facto de estarem «empregados» enquanto estão «em formação» e passaram a estar «desempregados» quando já estão «formados»...

Mas há ainda mais factos a acrescentar às estatísticas de emprego que Cavaco Silva pretende transformar em bandeiras da sua competência governativa.

É o próprio Instituto Nacional de Estatística que informa que **102 mil empregados (quase 4% da população activa empregada) tinham trabalhado na semana anterior ao inquérito menos de 15 horas**, o que evidentemente aponta para que nos encontramos perante pessoas obrigadas a recorrerem a biscates e trabalhos irregulares, isto é, um caso evidente de mais uma centena de milhar de «empregados» que só o são mercê de critérios estatísticos dificilmente aceitáveis.

Para além da pura questão emprego/desemprego interessará igualmente considerar de que tipo de emprego estamos a falar.

Ora sucede esclarecedoramente que, entre 1985 e 1986, o número de trabalhadores com contrato permanente **desceu** de 2 383 000 para 2 349 000, ou seja, **uma diminuição de 34 000 postos de trabalho regulares**.

Paralelamente, o número de trabalhadores com **contratos a prazo** aumentou de 364 000 para 440 000, ou seja, **um aumento de 76 000**.

As conclusões, embora puramente numéricas, são óbvias e contundentes: enquanto os srs. Cavaco Silva e Miguel Cadilhe governaram a economia deste País, 34 000 trabalhadores deixaram de ter um emprego regular e estável e, **na melhor das hipóteses**, passaram a ter um inseguro contrato a prazo. Mais realisticamente, o sucedido é que a grande maioria foi engrossar as fileiras dos desempregados e apenas uma pequena percentagem teve, ao menos, a possibilidade de obter nova ocupação, mesmo a prazo.

Por outro lado, a única possibilidade que 76 000 portugueses tiveram de obter um emprego foi sujeitarem-se às incertezas da contratação a prazo.

Finalmente, tal como os governos do PS/PSD tinham sido os responsáveis pelo aparecimento dessa chaga social que são os salários em atraso, o executivo Cavaco Silva poderá passar à História como responsável pela generalização no nosso País do proibido mas oficialmente tolerado trabalho infantil.



Do ponto de vista estatístico, aqui a única coisa que se sabe é que o INE considera população activa todas as pessoas com mais de 12 anos que não sejam estudantes.

Daqui se conclui que, também por pura operação estatística, irão engrossar o número de «empregados» todas as crianças que, mesmo não declaradas oficialmente pelos seus patrões, não usufruindo minimamente de quaisquer garantias ou protecção sociais, etc., irão permitir ao demitido Governo apresetar números inteiramente falaciosos sobre emprego/desemprego e «criação de postos de trabalho».

Mantendo-nos ainda na questão do trabalho, interessa igualmente considerar o que aconteceu sob o ponto de vista salários.

Segundo os elementos finais relativos aos quatro trimestres de 1986, o aumento médio dos salários teria sido de 17%, enquanto a inflação se teria quedado pelos 11,7%. Teríamos assim que, teoricamente, os salários reais teriam aumentado aproximadamente 5%.

A situação exige contudo alguns reparos.

Primeiro: o aumento médio de 17% foi largamente superior aos aumentos que o Governo pretendeu impor que o patronato concedesse e que este de facto pretendeu atribuir. Significa isto que estes 17% não só não foram consequência da política do Governo Cavaco Silva como foram obtidos contra ela mediante a luta dos trabalhadores que se viram forçados a recorrer a numerosas greves, paralisações, etc., para forçarem a satisfação das suas reivindicações.

Segundo: o diferencial de 5% de aumento do salário real deve-se essencialmente não a aumentos substanciais da massa salarial, mas a uma taxa de inflação inferior à que o próprio Governo tinha previsto. Quando pretendeu impedir o patronato de conceder aumentos salariais superiores a 15%, o Governo previa para 1986 uma inflação de 14%: significa isto que, se as previsões do Governo estivessem certas e se os trabalhadores lhe tivessem permitido aplicar a sua política, o aumento do salário real teria sido, na melhor das hipóteses, de 1%!

O que sucedeu foi que, mercê das circunstâncias externas para as quais nada contribuiu e de que falámos no número anterior, o Governo viu a taxa de inflação descer de 14 para 11,7% e, por outro lado, mercê da luta dos trabalhadores que contra ele foi travada, viu os salários serem aumentados não os 15% médios que pretendia, mas 17%.

Apresentar os erros de cálculo oficiais, as benesses que caíram do estrangeiro aos trambolhões e as derrotas face à luta dos trabalhadores como vitórias do Governo é uma habilidade que nem todo o domínio de todas as televisões consegue fazer passar!!!

Que se desculpe a insistência — mas ainda há mais!

Toda a gente se recorda que, já em plena crise política que se concluiria com a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação das eleições antecipadas de 19 de Julho, um vento de pânico varreu a propaganda do Governo Cavaco Silva: os indicadores económicos relativos ao quarto trimestre de 1986 e primeiros meses de 1987 indicavam que o tempo das «vacas gordas» proporcionado ao executivo PSD pela favorável e desperdiçada conjuntura internacional tinha terminado!

Foi público que o conspícuo Miguel Cadilhe se empenhou em inacreditáveis operações para atrasar a divulgação de dados estatísticos oficiais, que houve verbas de compras de aviões da TAP que andaram a saltitar de coluna para coluna — e outras peripécias mais dignas de bufarinheiros de feira do que de gente minimamente responsável.

O problema é que a questão não é para menos.

Verificámos nas linhas anteriores a que se deveu o número estatístico de um aumento de 5% nos salários

reais em 1986. Mas a realidade é que foram os primeiros meses de 1986, em que mais se fez sentir a influência benéfica sobre a inflação portuguesa da favorável conjuntura internacional, que contribuíram para aquele resultado: à medida que os meses foram correndo e o governo não pôde contar com as benesses exteriores, tudo começou a piorar — e está cada vez pior.

Assim e por exemplo na indústria transformadora, o aumento de salários reais no 1.º trimestre de 86 terá efectivamente andado à volta dos 5,5% em média; no 2.º trimestre este aumento descia já para 3,7% e no 3.º não passava dos 3,3%.

Na indústria de construção, a evolução (ou antes, a involução...) foi idêntica: de 7,3% de aumento do salário real nos primeiros três meses de 86, passou-se para 5,2% no 2.º e 3.º trimestres.

Sabendo-se que a conjuntura internacional se tem vindo a alterar progressivamente, atenuando-se a sua influência benéfica sobre a economia portuguesa, é evidente que a tendência é para tudo de novo piorar, uma vez que Cavaco Silva não meteu prego nem estopa para tais benefícios — antes os desperdiçou estrondosamente.

E note-se que os próprios peritos da CEE, segundo discretamente informava o «Expresso» da passada semana, encaram com a maior apreensão a evolução da taxa inflacionista portuguesa. Para eles, não há dúvidas: se o Governo Cavaco Silva e a sua política não conseguiram aproveitar uma altura em que tudo era favorável, imagine-se o que acontecerá com a mesma gente e a mesma política quando o dólar não andar pelas ruas da amargura e o petróleo e os cereais não andarem a preços de saldo nos mercados internacionais...

Para concluir a questão de empregos e salários interessa finalmente considerar um aspecto: que aconteceu com a parte dos salários no Produto Nacional Bruto (PNB).

O problema não é de somenos importância, uma vez que o PNB corresponde ao total da riqueza produzida no País: assim sendo, interessa saber como é que ela foi distribuída. De forma simplificada, digamos que se se verificasse que o PNB tinha num dado ano aumentado 10% e que a parte dos salários nele incluída tinham aumentado apenas 2%, é evidente que outras rubricas teriam aumentado muito mais do que a média geral de aumento do PNB, tinham sido assim largamente beneficiadas.

Claro que isto é particularmente importante na relação da parcela do PNB que cabe aos salários e a que cabe aos lucros ao capital. Trata-se, como é óbvio, de um índice de linear clareza sobre **que política se está a seguir, quem com ela beneficia e quem com ela é prejudicado.**

Ora sucede que, entre 1985 e 1986 — ou seja, enquanto Cavaco Silva governou — a parcela das remunerações de trabalho no PNB desceu de 47,6% para 44%.

Em compensação, os lucros aumentaram, pelo menos, entre 35% e 40%.

São números daqueles que não requerem quaisquer explicações!

É o retrato em corpo inteiro da política do Governo Cavaco Silva.

(conclui no próximo número)



«Os trabalhadores portugueses e a CEE»

Modernizar andando para trás!

Constituindo uma iniciativa inédita no nosso país, o PCP organizou e promoveu no passado sábado, em Lisboa, um debate sobre «Os Trabalhadores Portugueses e a CEE», onde participaram dirigentes do Partido, deputados do PCP na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, dirigentes sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores, universitários, técnicos e membros do Comité Económico Social da CEE, dando um contributo amplo, diversificado e altamente qualificado na abordagem das complexas matérias em debate. Os trabalhos, que decorreram no amplo salão da Junta de Freguesia de Alcântara, contaram com a presença de cerca de 250 pessoas o que, juntamente com a originalidade e importância da iniciativa, não conseguiu mobilizar a atenção «pluralista» da RTP. Recorde-se, entretanto, que o debate produziu cerca de 20 intervenções, na generalidade feitas por técnicos e quadros profundamente conhecedores das questões abordadas, passando a pente fino uma realidade de enorme importância nacional — isto para não falar do Partido promotor, que é «apenas» um dos mais importantes da cena política portuguesa e, indubitavelmente, o mais decidido e decisivo no quadro da luta democrática do nosso povo.

Os debates foram abertos por uma intervenção de **José Barros Moura**, deputado do PCP ao Parlamento Europeu, e encerrados por **Domingos Abrantes**, do Secretariado e da Comissão Política do PCP. Entre ambas desenvolveram-se dezenas de questões, subordinadas a três grandes temas: «A Europa dos Desempregados», «Os Direitos dos Trabalhadores» e «A Intervenção e Luta dos Trabalhadores a Nível Comunitário», de que importa realçar algumas passagens significativas.

A questão central foi desde logo abordada por **Barros Moura** que perguntou: «será a adesão à CEE uma oportunidade e um factor de modernização e desenvolvimento para a economia portuguesa?».

Embora reconhecendo que «ainda é cedo» pois decorrem ainda períodos transitórios (nomeadamente na política agrícola) e apesar de Portugal já ter acesso aos Fundos Comunitários, podem-se já «constatar efeitos económicos desfavoráveis», que se traduzem no agravamento do défice comercial com a CEE e na acelerada substituição de produtos nacionais por produtos importados. Além disso, acrescentou, «é cada vez mais claro que as condições de adesão são más, reforçando a dependência» pois os períodos de transição estão mais a servir os interesses proteccionistas da CEE do que a garantir o acesso dos produtos portugueses mais concorrenciais (como os têxteis ou as conservas).

«O fundo social não contribui para criar novos empregos nem para financiar o desemprego», mas, adiantou, «os fundos podem e devem ser melhor utilizados». Só que «a política de coesão para o ser verdadeiramente teria de pôr em causa a especialização que condena os países mais atrasados ao desenvolvimento», concluindo que a Europa dos Desempregados (17 milhões já atingidos) «põe em causa a democracia ao institucionalizar uma situação que parece um privilégio ter emprego certo, estável e compensadoramente remunerado».

Intervindo de seguida, **Sérgio Ribeiro**, professor do Instituto Superior de Economia, introduziu o 1.º Tema «Europa dos Desempregados», referindo, com humor, a apropriação que os defensores da CEE fizeram do termo «Europa» identificando-o com aquele organismo su-

pranacional. Depois de referir a «Europa dos 6» «dos 9», dos «cidadãos (mas só de alguns)», dos «trabalhadores (explorados pelo capitalismo)» concluiu dizendo que a mais adequada seria a «Europa dos Desempregados» (pois mesmo o resto da Europa capitalista tem menos desemprego). Por isso a Turquia com 16% de desempregados já se sente com direito a pedir a adesão a esta Europa! Fundamentando a sua intervenção nos próprios relatórios oficiais da CEE, **Sérgio Ribeiro**

blemias tão diversos como os que afectam a juventude, a indústria naval, a marinha mercante, o sector automóvel, a Siderurgia Nacional, a actividade aduaneira, o material eléctrico e electrónico, o sector do vidro, a formação profissional, a EPAC, a Setenave, e comunicações, tudo no quadro da integração na CEE, bem entendido. Recordemo-las, ainda que muito sucintamente.

António Filipe, referindo-se à situação da juventude cujo grande problema é o de não ter emprego nem ter segurança no emprego actual, afirmou que a manipulação estatística (como o aumento das «domésticas») não consegue ocultar o trabalho clandestino, a tempo parcial, à peça, os quase 100 000 tafeiros na Função Pública.

«A campanha dirigida aos jovens, a pretexto da modernidade que a CEE iria trazer, vira os jovens contra os direitos dos trabalhadores através da «flexibilização» e despedimento dos actuais trabalhadores para criar lugares para os jovens se poderem empregar, pretende-se ainda fazer crer que até que qualquer jovem se pode transformar em empresário e que esta seria a via para solucionar os problemas de emprego (em conjugação com a formação profissional e a ocupação temporária)». Até agora, «dada a

serviços de navios estrangeiros atingiu já 60 milhões de contos só em 1985.

«A integração na CEE veio introduzir dificuldades acrescidas e os governos PS e PSD, o que fizeram foi a destruição das importantes EPs da marinha do comércio e autorizar a criação de empresas privadas que só parcialmente têm assegurado os serviços antes garantidos».

Pedro Paulo, ao referir-se ao sector automóvel considera que, desde o início da década este sector tem vindo a sofrer importantes transformações, com o desmantelamento das linhas de montagem, com a implantação do projecto Renault, com o desaparecimento dos regimes de contingência que facilitará a importação dos veículos produzidos no estrangeiro.

Também a comercialização de veículos foi fortemente atingida (—5000 postos de trabalho perdidos em 13 empresas só em Lisboa).

Ao analisar os problemas criados na Siderurgia Nacional, **António Marques de Oliveira** apontou a grande contradição entre os 600 milhões de toneladas de minério de ferro existentes em Portugal e a capacidade de apenas 1 milhão de toneladas/ano que a única empresa siderúrgica tem, verificando-se ainda por cima que 80% das matérias-

é previsível que esta tendência continue, apesar da importância estratégica deste sector.

«Todos os países da CEE têm políticas específicas e há programas comunitários mas em Portugal o governo continua sem tomar medidas que se impõem», frisou.

José António Lopes, ao referir o sector de vidro, nomeadamente da Covina, focou as contradições desta empresa mista de capital nacionalizado e duma multinacional (St. Gobain) que, apesar de minoritária comanda a estratégia desta empresa.

Rosa Maria Marques desenrolou pormenorizadamente o que se está a passar com a formação profissional e os dinheiros do Fundo Social Europeu, criticando o demissionismo do Estado e do IEFP (conseguido pelas confederações patronais e pela UGT) que prefere fazer de banco e não de serviço público de emprego e formação profissional.

Falando sobre a EPAC, **José António Lapa da Silva** denunciou as manobras do seu desmantelamento e as medidas que visam favorecer as multinacionais do sector dos cereais afectando profundamente a segurança alimentar do País (100 milhões de contos de compras).

Amadeu Lourinho, sobre a Setenave, denunciou a VI directiva da CEE e continua sem encomendas enquanto os armadores são autorizados a comprar navios no estrangeiro.

Hermínigildo Cunha, ao falar sobre as comunicações referiu que, apesar do tratado de adesão a nada obrigar sobre o regime das telecomunicações, o governo se utiliza do pretexto da adesão para intensificar a privatização dos serviços de telecomunicações, focando em particular, os problemas de qualificação da força de trabalho pois está a aumentar a precariedade do emprego no sector.

«Apesar de não haver ilusões...»

Ao iniciar os trabalhos da parte da tarde, **Jerónimo de Sousa**, deputado do PCP à Assembleia da República, interveio sobre os «Direitos dos Trabalhadores» considerando que «é uma mistificação a campanha do patronato e das forças de direita que pretendem utilizar o pretexto da adesão à CEE para reduzir e descaracterizar os direitos que os trabalhadores conquistaram depois do 25 de Abril». A «harmonização» da legislação social com a CEE, a fazer-se teria sempre de ser por aquela que, em cada país, é mais avançada (nivelamento por cima) e isso deveria até permitir que os trabalhadores portugueses beneficiassem de níveis mais elevados de protecção social e de seguro de desemprego. «As ameaças contra os direitos dos trabalhadores provêm não do texto do Tratado de Roma», reconheceu o orador, «mas sim do carácter monopolista da CEE, da profunda crise de declínio industrial nas zonas e sectores em que a classe operária está mais concentrada».

«A posição dos governantes portugueses, no sentido de incentivar o grande patronato a radicalizar a



Um debate oportuno

referiu-se à questão do emprego considerando que existe uma estratégia de criação de regiões periféricas na CEE que se especialize no desemprego e no trabalho precário.

A segurança social, foi referida de seguida por **Maria do Carmo**. «É uma grande conquista dos trabalhadores e, neste momento, em que as necessidades são tão dramáticas, verifica-se uma situação de quase ruptura, nomeadamente a nível financeiro», disse. As grandes pressões a nível interno e da CEE visam pôr em causa o próprio sistema de segurança social, pois ao criar uma segurança social privada criaria maiores clivagens no seio dos trabalhadores (uma, como a CIP reivindica aumentaria as movimentações especulativas de capitais).

«Flexibilizar»

Um conjunto de intervenções passaram de seguida em revista pro-

crise de emprego, a única saída que a formação profissional tem concedido é a de levar os jovens a voltar ao princípio e tornar a inscrever-se nos cursos seguintes de formação profissional», concluiu.

Rui Paixão, ao iniciar a sua intervenção disse que «a indústria naval faz falta a Portugal» mas que, apesar de todos dizerem, os últimos governos conseguiram que desde 1979 se tivessem destruído 10 000 postos de trabalho, enquanto, por outro lado, só em 1986 a Lisnave e Setenave utilizaram por mês mais de 1000 trabalhadores alugados. As regras recentemente aprovadas pela CEE visam acentuar estas tendências e reduzir ainda mais a capacidade instalada e os subsídios à produção.

Na marinha mercante, referiu de seguida **Hélder Borges**, o número de navios tem vindo a reduzir-se, a participação da frota nacional na movimentação do nosso comércio externo tem diminuído e o recurso a

—primas são importadas! Com a adesão, a CEE vem dizer que é preciso despedir 2000 trabalhadores e vender como sucata (por 6 milhões de contos) equipamentos que continuam encaixotados apesar dos 40 milhões de contos que eles custaram ao País.

Orlando Bernardo ao falar da actividade aduaneira considerou que o proteccionismo aduaneiro à indústria e agricultura portuguesa permitia garantir grande número de postos de trabalho, apesar de em muitos casos não terem capacidade competitiva em termos internacionais.

Intervindo sobre o material eléctrico e electrónico, **Demétrio Alves** ilustrou o estrondoso aumento das importações do sector, a queda das exportações (pela primeira vez no sector), as reestruturações nacionais e a baixa da taxa de crescimento do sector.

Reduziram-se, em 1986, 2000 postos de trabalho (6800 desde 1983) e



Uma vintena de interessantes intervenções possibilitou a abordagem de um tema que exige amplo esclarecimento junto da opinião pública e especialmente junto dos trabalhadores portugueses. Talvez por isso mesmo a RTP se tenha «esquecido» deste debate, que reuniu cerca de 250 pessoas na JF de Alcântara, em Lisboa

ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, agitando a bandeira da desregulamentação, é contrária aos interesses do desenvolvimento nacional e visa procurar pôr trabalhadores contra trabalhadores», concluiu.

Fernando Marques apresentou de seguida os resultados de uma importante pesquisa sobre as formas de «flexibilidade» que é apresentada como uma varinha mágica para resolver a crise do capitalismo.

Em Portugal, nos primeiros 9 meses de 1986, apenas 10% das admissões de novos trabalhadores foram através de contratos permanentes, pois em situações de crise, sublinhou, impõe-se o raciocínio que mais vale ter um emprego precário ou clandestino do que não ter nenhum.

Assim verifica-se que os contratos a prazo cresceram o ano passado 21%. A ofensiva de «flexibilidade» visa redistribuir os poderes na empresa de forma favorável ao patronato que fica com possibilidade de impor salários, horários, condições de trabalho à revelia do que está legislado.

Ana Vale, membro do Comité de peritos da CEE sobre Direitos das Mulheres, referiu primeiro as normas que proíbem discriminações e asseguram a igualdade de tratamento e, segundo, os direitos específicos das mulheres.

Quanto ao primeiro considerou que a adesão nada de novo trouxe, pois já legislação portuguesa previa os aspectos essenciais.

Quanto ao segundo aspecto, nos direitos que contemplam só as mulheres verifica-se que a Comissão da CEE quer impor muitos recuos às leis existentes a pretexto de que seriam contrárias à igualdade de tratamento!

Amável Alves referiu-se à crise actual do transporte rodoviário de mercadorias em cujo sector os trabalhadores estão sujeitos a baixos salários, a duras condições de trabalho, à dispensa de ajudantes. Cerca de 70% dos trabalhadores são contratados a prazo, à tarefa ou até ao dia em autênticas praças de «força de trabalho».

Rui Encarnação ao intervir sobre a exploração do trabalho infantil sublinhou que este é o aspecto mais grave e mais dramático do agravamento social do nosso país. Atinge largas dezenas de milhares de crianças. Um recente e limitado inquérito da Inspeção do Trabalho, em apenas 1600 empresas, constata que havia cerca de 2% com idade inferior a 14 anos (que muitas vezes, quando atingem esta idade são despedidos).

Raul Picassines interveio sobre

a situação do desemprego no distrito de Setúbal, que o patronato utiliza para desenvolver as mais variadas formas de trabalho precário; sobre o sector das pescas **João Lopes** referiu que a política de pescas passou a ser seguida directamente por Bruxelas, o que dificultou o acesso aos pesqueiros tradicionais pelos barcos portugueses (ex. Canadá, Mauritânia, Guiné Bissau), enquanto **António Quintas** se referiu à campanha ideológica da CEE que afirmou constituir peça importantíssima no quadro da recuperação capitalista e imperialista. As «ajudas» da CEE são destinadas a

despedimentos, a baixar capacidades produtivas, enquanto obrigam Portugal a pagar com juros essa ajuda (e até a pagar a manteiga sem mesmo a consumir).

Ao iniciar os trabalhos da 3.ª parte sobre a intervenção e a luta dos trabalhadores, **José Luís Judas**, dirigente da CGTP-IN, sublinhou que a justa posição contrária à adesão não pode levar a pôr em dúvida a necessidade de intervenção no próprio quadro comunitário: «se assim não fosse, mais facilmente a CEE seria construída contra os trabalhadores». Após afirmar que «os monopólios querem marginalizar o mo-

vimento sindical de classe e para isso têm tido a cumplicidade do reformismo político e sindical, pois o movimento sindical de classe é o primeiro obstáculo a abater, mas não é o único». Desenvolveu, em seguida, as formas de intervenção dos trabalhadores junto das instituições comunitárias — que deve ter a mesma lógica da intervenção que já existe junto dos órgãos de soberania nacional.

«Apesar de não se dever ter ilusões sobre os resultados da participação nas instituições comunitárias, a prática já demonstrou que permite

alargar contactos e conhecer previamente as instituições e projectos da CEE, facilitando a antecipação das acções do movimento sindical», frisou.

Finalmente (e estamos quase apenas a citar os «itens» a que os oradores subordinaram as suas intervenções, dada a falta de espaço para desenvolver as ricas matérias levadas a debate), **João Dias André** falou sobre a TAP, criticando fortemente a política de «desregulamentação» do transporte aéreo (na TAP diminuem as condições de segurança, perderam-se 4300 postos de trabalho em quatro anos, enquanto se «alugaram» 1200), **António Moraes de Carvalho** abordou o ramo das indústrias eléctricas, que em Portugal assenta, fundamentalmente, em empresas multinacionais e, finalmente, **Manuel Gameiro** debruçou-se sobre os contactos internacionais dos trabalhadores da Ford na Europa, descrevendo a organização da luta e os resultados alcançados.

Se a questão central e os resultados da entrada de Portugal na CEE é saber se ela vem «modernizar» o País, não há dúvida que o faz pondo-o... a andar para trás!■

Intervenção de Domingos Abrantes

Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, encerrou o debate «Os Trabalhadores Portugueses e a CEE» com uma intervenção que, além de resumir o muito que foi discutido ao longo da iniciativa, desenvolveu o tema e enquadrou-a, politicamente. Eis alguns extractos do seu discurso.

Após passar em revista as múltiplas áreas da economia nacional que viram aprofundado o seu estado de crise em consequência da entrada do nosso País na Comunidade Europeia, o orador afirmou que «quanto mais se avança na integração, mais se confirma ter a «opção europeia» sido determinada, não por razões económicas e de desenvolvimento do País, mas essencialmente por razões políticas e contra-revolucionárias».

«A chamada Europa Comunitária vive uma profunda crise», disse.

«O crescimento acelerado do desemprego nos países da CEE (bem como nos outros países capitalistas) revela a completa falência das suas estratégias de combate ao desemprego. Acontece, porém, que os 17 milhões de desempregados oficialmente reconhecidos nas estatísticas não traduzem a crescente subutilização da força de trabalho, o subemprego. Assim, os dirigentes da CEE, ao concluírem que a expansão das actividades económicas no seio das Comunidades depende cada vez mais da evolução da procura interna nos Estados membros, avançam uma estratégia que se choca com a própria lógica do capitalismo, com a lógica do lucro máximo, a qual funciona na razão inversa da melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras.

«O apelo da Comissão aos Estados membros para favorecerem o desenvolvimento da competitividade das empresas, ditado pela lógica do lucro, tem conduzido e continuará a conduzir ao aumento do desemprego», frisou, prosseguindo:

«A grande linha estratégica da integração dos países da CEE neste momento assenta em dois aspectos essenciais: o objectivo da criação do mercado único e a propaganda sobre a coesão económica e social.

Dir-se-ia que se trata de dois aspectos interdependentes e complementares, mas só o são em teoria».

Assim, «a propaganda a favor da «coesão económica e social», não acompanhada das medidas concretas, serve essencialmente de cobertura ao processo de concentração e centralização monopolista à escala internacional, pois está na própria natureza do capital que uns procurem sobrepor-se e alcançar vantagens à custa dos outros.

Bastou apenas um ano para se demonstrar que o mercado de 320 milhões de pessoas aberto à nossa economia não passava de uma miragem. De um défice de cerca de dois milhões de contos em 1985 nas trocas comerciais com os países na CEE passou-se para 98 milhões, e isto ainda antes, portanto, da liquidação completa das barreiras alfandegárias», exemplificou.

«A verdade é que a «coesão económica e social» não pode materializar-se no quadro da integração capitalista, mas a luta por esse objectivo no quadro da CEE, é uma luta contra a lógica da integração capita-

lista, é uma luta de resistência à estratégia monopolista», recordou.

Sobre a ofensiva propagandística da CEE disse que «pensar-se que se pode vencer a batalha da chamada modernidade, chavão com que os europeístas nos querem encher o olho, reduzindo Portugal tecnologicamente a produtor de componentes para as multinacionais, ou pela via da terciarização, comparando de forma simplista as percentagens de terciarização dos principais países da CEE, sem terem em conta os níveis de desenvolvimento diferentes do nosso, é a mais completa mistificação».

A terciarização não dispensa, antes pressupõe o reforço dos sectores básicos da economia, elevada produtividade, capacidade tecnológica nacional, alta qualificação e formação da força de trabalho, o que é incompatível com baixos salários. Aponar a via da terciarização sem se ter isto em conta pode servir de panaceia para escamotear as taxas de desemprego e a sobreexploração, mas não resolverá o problema do desemprego ainda mais num país com elevada percentagem de população ocupada na agricultura».

Reconheceu Domingos Abrantes que «nas condições de profunda crise económica, de generalização crescente de precariedade dos postos de trabalho (desemprego, trabalho temporário, sem contrato, à hora e ao dia, ao domicílio, etc.) a organização sindical, a capacidade de luta organizada, a própria unidade dos trabalhadores, tornam-se mais difíceis e complexas».

Entretanto, considerou que «muita coisa está a mudar na Europa Ocidental e em particular nos países da CEE. Aprofunda-se o antagonismo de classe e a polarização social. Os trabalhadores organizam-se, resistem à ofensiva dos monopólios, desenvolvem poderosas e combativas acções de classe contra o desemprego, por melhores salários, em defesa da sua organização sindical, pela paz e o progresso social. Reforça-se a cooperação e a interligação da luta dos trabalhadores com diferentes camadas não monopolistas por soluções democráticas para a saída da crise».

Como condução geral do debate, Domingos Abrantes considerou que «é precisamente por ser contra a CEE, por não estar hipotecada a sua estratégia, por ter como único compromisso a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses que o PCP está em melhores condições do que qualquer outra força política para defender os interesses nacionais».

Assim, «as próximas eleições para o Parlamento Europeu revestem-se de grande importância. O combate à política ruinosa da CEE, exige que se esclareça quem são os verdadeiros responsáveis pela integração, exige que se reforce a presença no Parlamento Europeu da única voz nacional que não tem outro objectivo que não seja servir Portugal e os portugueses — o Partido Comunista Português».

«A batalha para o reforço dos deputados comunistas no Parlamento Europeu bem como na Assembleia da República é parte integrante da nossa luta para uma verdadeira alternativa democrática ao Governo Cavaco Silva e à sua política», finalizou.■

A juventude na CDU

• Encontro da JCP no próximo domingo

Talvez que nos últimos anos, nenhum governo tenha defrontado um tão activo e determinado movimento juvenil como o demitido governo de Cavaco Silva. Ainda assim, será previsível, a julgar pela conduta a que nos habituou, que o PSD venha à televisão dizer que ninguém mais fez tanto pela juventude como o defunto governo, que a juventude apoiou e apoiou a política de direita, em particular no sector do ensino, etc., etc.

No próximo domingo irá ter lugar na Faculdade de Letras de Lisboa um Encontro Nacional da JCP com o objectivo de aprovar o programa eleitoral da juventude na campanha da CDU. «Dar expressão eleitoral às reivindicações do movimento juvenil» é a grande linha do documento a discutir naquele Encontro. No final está previsto um comício em que intervirá o camarada Álvaro Cunhal.

Paula Coelho, António Filipe e Góis de Carvalho são membros do Secretariado da Direcção Nacional da JCP. Os dois primeiros são, aliás, também, candidatos nas listas da APU, a Paula pelo círculo de Setúbal e o António Filipe por Lisboa. A conversa começou pelo Encontro, os seus objectivos, o seu funcionamento, mas como conversa puxa conversa por aí fomos... O melhor, caro leitor é vir connosco.

Sobre os objectivos do Encontro Nacional disse-nos a Paula Coelho que «ele busca desde logo mobilizar os jovens para o trabalho eleitoral. Estarão no Encontro cerca de oitocentos participantes e todos os jovens apoiantes da CDU que a ele queiram assistir e discutir connosco (porque a tribuna é livre e os convidados poderão intervir) as ideias e propostas para o programa eleitoral a desenvolver pelos deputados jovens na futura Assembleia da República. Queremos que, de alguma forma o Encontro seja já uma amostra das comissões de jovens apoiantes da CDU e por isso, além dos jovens que individualmente queiram assistir, estamos a convidar os outros jovens que, independentemente das suas opiniões, políticas ou outras, estão envolvidos nas estruturas do movimento juvenil, conhecem os problemas e poderão por isso dar um contributo valioso para o programa eleitoral».

Adianta o Góis de Carvalho que «há, entretanto um aspecto neste Encontro que eu gostaria de realçar.

Neste Encontro, que será evidentemente um local de debate político, queremos que a animação, o convívio, a festa, façam dele parte integrante e não surjam como acessórios. Assim, além dos momentos propriamente de convívio — como o piquenique no jardim da Faculdade — não se admirem se a meio dos trabalhos aparecer alguém na tribuna para cantar».

Campanha enraizada no movimento juvenil

Em suma, continua o Góis, «o Encontro Nacional da JCP vai começar, não às 11 horas, mas mais cedo, quando de todos os pontos do país as camionetas partirem em direcção a Lisboa. O Encontro será, estamos certos, a projecção da dinâmica da campanha juvenil da CDU: a participação larga e aberta, a demonstração da capacidade e da possibilidade de intervenção dos jovens e a discussão franca sobre as pro-

postas que os deputados jovens eleitos irão defender».

Sem, de forma alguma nos adiantarmos ao próprio Encontro — era a nossa vez de perguntarmos — o que é possível desde já adiantar sobre as principais linhas e iniciativas da campanha e da participação juvenil da campanha da CDU?

Foi o António Filipe que pegou na palavra. «Posso adiantar duas ideias fundamentais. Em primeiro lugar val ser uma campanha, de facto, juvenil, participada, ligada à resolução dos problemas concretos e graves que atingem os jovens. Neste aspecto será uma campanha enraizada no movimento juvenil nas suas várias componentes e expressões, que parte dele para o apoio à CDU.

Em segundo lugar será uma campanha que apelará primeiro que tudo à unidade da juventude

Dar voz às reivindicações juvenis

portuguesa em torno dos objectivos que, esses sim, o Encontro definirá. Pensamos que esta dimensão da unidade se torna essencial e só a CDU e os candidatos jovens nas suas listas estão em condições de a dar».

Queríamos saber o que havia já de concreto em relação a iniciativas e depois de uma hesitação, Góis de Carvalho levantou uma ponta do véu. «Bom, podemos adiantar que estão previstas duas grandes festas da juventude de carácter nacional, uma a 20 de Junho em Lisboa e outra a 4 de Julho no Porto e uma festa distrital que reputamos de importante que será a JuvAbril em Setúbal. Estes serão assim os pontos altos de uma campanha, como já disse viva, que privilegiará o contacto individual e a passagem pelos principais locais de concentração juvenil. Nesta linha pensamos reeditar uma experiência interessante das rádios juvenis».

Mudando de assunto, questionámos os dirigentes da JCP sobre o significado que atribuem a estas eleições, num período em que foi tão intensa a movimentação juvenil e claramente dirigida contra o Governo.



Importância de eleger jovens da CDU

António Filipe. «De facto podemos dizer que a juventude e em particular os estudantes tiveram um papel destacado e contribuíram fortemente para o gradual isolamento, que acabou por ditar a sua queda, do governo de Cavaco Silva. Todas as reivindicações juvenis, todas as lutas sem excepção, encontraram pela frente a política antijuvenil do governo. A nossa campanha e as nossas propostas inserem-se neste quadro. Entre os jovens apoiantes da CDU, os jovens que participam nas suas listas, estão os jovens desempregados, os jovens ludibriados pelas ilusões dos OTJ, os que não têm saída profissional, os que não conseguem entrar na Universidade. E não dizemos isto por eleitoralismo. Os nossos candidatos são jovens que estiveram no centro das movimentações juvenis nos últimos meses, são estudantes de Letras, da ESBAL, por exemplo. Desmascarar a política demagógica do governo é um objectivo, mas mais do que isso trata-se de dar expressão concreta às reivindicações porque se bateram e batem os jovens portugueses nos mais diversos domínios da sua vida, no trabalho, no estudo, na cultura, nos tempos livres, etc.»

Como encaram, nessa medida, a existência de jovens deputados na AR? Qual o balanço que fazem do seu trabalho?

Continua o António Filipe dizendo que «a experiência do trabalho na AR nesta última legislatura prova a importância de, no próximo dia 19 de Julho votar na CDU e eleger deputados da JCP. Duma forma geral os últimos tempos foram marcados por dois aspectos fundamentais, a política antijuvenil do governo marcada por uma

intensa demagogia e as medidas tomadas na AR de encontro aos anseios dos jovens, e tornadas possíveis graças quer à acção convergente das outras correntes democráticas, que ao contributo decisivo e à iniciativa dos deputados jovens comunistas e que integram hoje a CDU. De tal forma que o governo assumiu como suas algumas medidas — como a lei das Associações de Estudantes, a questão do Português, o subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego — para as quais não só não contribuiu em nada como procurou mesmo obstaculizar. Tudo isto prova, antes de mais, que a existência de uma maioria democrática na AR é também, em relação à política de juventude, a garantia de que só assim os seus direitos e necessidades serão levados em conta».

Estávamos no final da conversa, mas não resistimos a pedir um comentário às recentes discussões dentro de alguns partidos sobre a participação de jovens nas suas listas.

Góis de Carvalho afirmou-nos que «essas discussões demonstram a nosso ver duas coisas: em primeiro lugar o isolamento e desprezo desses como de outros partidos e a consciência disso por parte das respectivas organizações juvenis relativamente à juventude; demonstra, por outro lado, a preocupação de alguns políticos jovens em procurarem para seu único e exclusivo interesse — promoção pessoal — garantir postos na AR.

A participação juvenil nas listas da CDU, qualitativa e quantitativamente é a antítese de tal situação. Os 42 jovens que participam nas nossas listas são bem conhecidos dos jovens, tiveram papel de destaque nas lutas juvenis e melhor que ninguém eles podem dar a voz aos anseios e direitos da juventude».



Manifestação de estudantes em Fevereiro deste ano. «Dar expressão eleitoral às reivindicações juvenis» é objectivo da CDU



Patriotas chilenos condenados à morte

No Chile, 14 políticos foram condenados à morte, por fuzilamento. Contra as execuções, que podem ocorrer a qualquer momento, têm-se manifestado as mais diversas organizações de defesa dos direitos humanos bem como grupos de solidariedade com os presos políticos chilenos, que apelaram já para o secretário-geral das Nações Unidas para que interceda a favor dos condenados.

Todos eles foram acusados do mesmo «crime»: participação em acções contra o regime de Pinochet, um regime imposto em 1973 através de um dos mais sangrentos golpes de Estado de toda a história da América Latina.

Tal como os restantes mais de mil presos políticos chilenos, os 14 condenados à morte não abdicam desse direito inalienável dos povos, internacionalmente reconhecido, de combater por todas as formas ao seu alcance contra um regime ilegalmente imposto, repressivo, sem apoio popular.

Não são criminosos, são patriotas. A comunidade internacional cabe apoiá-los na sua luta, contribuindo para que mais cedo que tarde o verdadeiro criminoso, o regime fascista de Pinochet, receba no banco dos réus do tribunal da história a sua merecida sentença de morte.

A situação dos presos políticos no Chile, as terríveis torturas a que são sujeitos estão longe de receber a merecida atenção por parte da generalidade dos órgãos de informação, onde os interesses do imperialismo norte-americano (que planeou e dirigiu o golpe contra o governo de unidade popular de Salvador Allende) merecem muito mais atenção do que a defesa dos direitos humanos e a luta pela democracia no Chile.

No entanto, a ditadura de Pinochet já não consegue esconder a persistente luta que se trava no país, mesmo a que ocorre por detrás das grades das prisões. Exemplo disso foi a recente greve da fome dos presos políticos, a maior e mais participada de sempre.

A greve de fome foi despoletada em 25 de Fevereiro por 12 combatentes da Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR), que assim pretendiam chamar a atenção para a

série de abusos e arbitrariedades de que eram alvo nas prisões fascistas, onde nem as próprias leis do regime são respeitadas. Em 16 de Março a greve tinha recebido já a adesão da quase totalidade dos presos políticos, assumindo um carácter de âmbito nacional.

Entre outras coisas, os presos políticos reivindicavam o fim das medidas repressivas, do isolamento, dos castigos, da inclusão com os presos de direito comum, e reunião dos presos políticos, para além da sua própria libertação. Esta última exigência, de acordo com declarações recentes do advogado Hugo Pavez Lazo ao jornal argentino «Qué Pasa», é tanto mais legítima quanto as ilegalidades do regime se tornaram do domínio público com as palavras e os actos dos seus próprios mentores.

É o caso da confissão do major Fernandez Larios perante a justiça norte-americana da sua participação

no assassinato do ex-chanceler Orlando Letelier; Larios reconheceu ter sido obrigado pelo alto comando do Exército a modificar as suas declarações e a mentir, confessando ainda que as ordens para o criminoso acto tinham vindo do «grande chefe», ou seja, de Pinochet.

Não menos impacto na opinião pública chilena teve a libertação do tenente Pedro Fernandez Ditus (que mandou queimar vivos dois jovens durante a jornada de protesto de 2 e 3 de Julho), mediante o pagamento de uma fiança de 15 mil pesos. Escusado se toma dizer que daquele tortionário nunca mais se ouviu falar.

Como afirma Pavez Lazo, **tudo isto levou a opinião pública a tomar consciência real da injustiça de manter patriotas encarcerados enquanto os assassinos andam em absoluta liberdade e com impunidade garantida não apenas pelo poder militar mas também pelo poder judicial encabeçado pelo Supremo Tribunal.**

A própria imprensa oficial se viu obrigada a reconhecer a existência dos presos políticos e as suas reivindicações, enquanto os movimentos de solidariedade multiplicavam as suas acções em favor dos grevistas. Estava-se então nas vésperas da chegada do Papa ao Chile e

a ditadura preocupa-se mais do que nunca com a sua imagem.

Pinochet faz concessões e prepara a desforra

A ditadura de Pinochet é obrigada a fazer algumas concessões aos presos políticos, na tentativa de conseguir alguma acalmia social durante a visita de João Paulo II ao Chile: são reunidos os presos que se encontravam em isolamento, regressam à capital vários dos que tinham sido levados para o interior do país, é assegurado que todos passarão a dispor dos mesmos direitos dos presos comuns, incluindo a possibilidade de liberdade condicional. Assegura-se também o estabelecimento de um mecanismo que permita a comutação da pena de prisão em exílio e é feita a promessa de ser estudada a libertação de 60 mulheres, dos homens com mais de 50 anos, a autorização para sair do país dos doentes que, segundo a Cruz Vermelha, necessitam de tratamento especializado no estrangeiro e a libertação de todos os presos políticos que tenham ofertas de asilo noutros países.

A greve de fome é suspensa em 3 de Abril, segundo o advogado dos presos políticos, Hugo Lazo, porque a saúde de alguns dos grevistas estava seriamente ameaçada e, por outro lado, porque várias das reivindicações foram satisfeitas. Nessa medida, a Coordenadora dos Presos Políticos considerou a greve um êxito.

No entanto... no entanto o ditador Pinochet não deixou de tirar dividendos da visita do Papa ao Chile, o qual não só não falou com os presos políticos como nem sequer pediu a sua libertação, ao contrário do que tem feito noutros países onde os problemas dos direitos humanos estão longe de se colocar com a gravidade com que se apresentam no Chile.

Terminada a visita papal, como era de se esperar, a ditadura chilena começou a preparar a desforra. Apesar de todos os esforços feitos, as forças repressivas não conseguiram impedir a população chilena de dar a conhecer a exploração e repressão de que é vítima e os seus profundos anseios de regresso à democracia. As palavras de ordem contra Pinochet e o seu regime, que prática a «teologia da repressão e do horror», foram uma constante durante a estada do Papa e chegaram através dos órgãos de informação a todo o mundo, no que foi porventura segundo as mais diversas opiniões a única vantagem de tão polémica visita.

Muitos dos que deram a cara nessa denúncia estão agora a ser alvo de ameaças e perseguições. É o caso de Luisa Rivera, mãe de seis filhos, moradora de um dos bairros mais pobres dos arredores de Santiago; dos cinco militantes do Partido Comunista (ilegal), presos por alegada participação nos incidentes do parque O'Higgins, onde 80 mil jovens gritaram a plenos pulmões palavras de ordem contra a ditadura. De salientar que a opinião generalizada no Chile é que os referidos acidentes, dos quais resultaram cerca de 600 feridos, foram desencadeados por agentes provocadores a mando de Pinochet.

Que os apelos do Papa à reconciliação não modificaram em nada a atitude da ditadura chilena prova-o a condenação à morte, na terça-feira da semana passada, de um estudante de 24 anos, pelo tribunal militar da cidade de San Filipe, por alegada participação numa acção contra o regime, em 1983, de que resultou a morte de um polícia. E também o facto de a situação dos presos políticos se manter inalterável, não estando prevista qualquer das prometidas libertações.

De concreto, existe a condenação à morte de 14 patriotas chilenos e a continuação da repressão.



O Papa foi testemunha da brutalidade do regime de Pinochet que pratica a teologia de repressão e do horror



Pontos Cardeais

A serenata

O «Expresso» entrou na campanha a cantar. Pela voz de Vicente Jorge Silva que, a propósito de uma certa ideia da Europa, que parece partilhar com Edgar Morin cujos textos se espriam nas páginas daquele semanário, canta loas a três «das personalidades mais estimulantes da vida pública portuguesa». Quem? Nada menos que Lucas Pires, Carlos Pimenta e... Lourdes Pintasilgo.

Se o leitor não sabia como eram importantes estas personalidades e lhes desconhecia o estímulo — Lucas Pires que perdeu a batalha das eleições anteriores e foi recambiado para uma espécie de exílio pelos adrianistas; Pimenta, que ficou em quarto na lista do PSD para Estrasburgo; Pintasilgo que fez o que fez e recolheu os votos que recolheu — então é porque não percebe nada da Europa, dos «destinos» nem das vontades «visionárias» que habitam, pelo menos, a cabeça do editorialista. «Serenata a três», canta VJS a esses três candidatos do CDS, PSD e... PS. «Por maiores que sejam os seus lirismos e quixotismos (!), o facto é que a Europa precisa hoje menos de um reflexo prosaico e contabilístico de si mesma do que de uma vontade visionária dessa encruzilhada e comunidade de destinos». Não façam contas, não. Cantem. O fado.

Lavar a cara

Como sempre a direita mostra-se prudente na arrancada da campanha. Fazendo contas aos benefícios que, no correr dos anos e também no correr destes dias, arrecada do facto de ter ao seu humilde serviço a TV, jornais, rádios e outros meios de propaganda certa, guarda a direita o seu escasso fôlego para gritar depois, à beira das urnas, em ruidosa e agressiva festarola. O que não quer dizer que a direita não planeie, não distribua as suas forças, não esteja atenta, não procure mesmo lançar à rua algumas «datas» com que procura apanhar desprevenido o eleitor. Por exemplo, o «Semanário» «anuncia» que o PSD «só arranca em 26 de Junho»... Anuncia também que Cavaco «não achou graça nenhuma ao anúncio do livro na TV no momento político que atravessamos e também não apreciou a fuga do seu gabinete, em S. Bento, da foto que ilustra a capa do livro». Trata-se daquele livro que o apresenta como «Homem de Estado» e compreende-se bem a inquietação do dono pela imagem que nos foi impingida. Por outro lado, o autor do livro que aponta Cavaco

como «a derradeira esperança que resta a este Portugal aos baldões» cheia de mais a salazarismo e a sua amizade não é, em período eleitoral, de bom augúrio. Antes da campanha, o PSD trata de lavar a cara...

«Mau para o Ocidente»

Foi «O Dia» o pasquim que, surpreendentemente, fez manchete das declarações, também surpreendentes de João Jardim: o Presidente do Governo Regional da Madeira veio agora afirmar ser contrário à independência das Regiões Autónomas. Falava não só das «suas» ilhas mas também dos Açores. Surpreendido o leitor, Jardim explica-se: recusou a ideia da independência porque «isso seria mau para todo o mundo ocidental»! E se fosse bom? Mudaria Jardim de ideias sobre as independências? Ou será que esta atitude se explica porque, pela primeira vez, Jardim se candidata à Assembleia da República, um órgão de soberania que representa o País todo?

Welcome willkommen bienvenus

O PS constancial está circunstancialmente satisfeito por ter abrigado nas suas fileiras uns portadores de bilhetes de identidade de cidadãos portugueses que, mantendo embora tal cartão, trocaram outros. É, obviamente, um direito que lhes assiste. Quanto à constancial e circunstancial satisfação de abrigar no seu partidário lar tais recém-vindos, isso é problema que compete aos donos e locatários de cada casa. Que o PS esteja satisfeito com tais hóspedes é um problema que tem de ver com os envolvidos na albergaria. O que parece manifestamente insuficiente é o frenesi propagandístico circunstancial e constancialmente arvorado quanto a alguns dos hóspedes que, havendo prenoitado algum tempo no PCP, se alojaram agora no PS. O pernoitado, note-se, não é elíptico: seguramente que passaram por cá só à noite porque manifestamente não enxergaram rigorosamente nada. Mas a insuficiência advém de que, futebolisticamente falando, de há muito que o PCP tem vindo a ver alguns jogadores que tentaram a sorte nas suas equipas (nomeadamente as secundárias) optarem por benéficas transferências sendo que o PS os tem acolhido em fórmulas primodivisionárias. Claro que não vamos passar a nomes, mas se o PS quer mais nomes, olhe que pode começar por cima. Mesmo «novo», parece que ainda será por cima...

Gazetilha

por Ignotus Sum

A lição de Esopo

Tinha em altas esferas os sentidos conventual, serena, iluminada
— Partidos? Pfff... Partidos?
Não quero saber deles para nada...

Mas um partido acena-lhe: anda aqui, tenho aqui um lugar à tua espreita!
Candidamente ri e realista aceita...

Esopo, a actualidade nunca perdes!
As tuas uvas verdes, lembras-te? Eu as senti cair. Estas não eram verdes...

... e a raposa comeu-as...

A dança da pança

No PS, CDS, PSD, há um pé de vento por causa de quem aquece o lugar no Parlamento...

A bagunça aconteceu na aldrabice que a mantém:
— Aquele lugar é meu não o dou a mais ninguém...

Protestar, arrenegar, ronca a ronca, nada o vira:
— Aquele lugar é meu é meu e ninguém mo tira...

Há quem vendo o tempo mau comece a fazer beicinho:
— Se me tiram o carapau vou fazer queixa ao paizinho...

Até se ouve dizer (quem fala assim não é gago!):
— Deputado quero ser o que fiz, tem de ser pago...

Um balão cheio de vento diz para o chefe enxofrado:
— Ponha-me lá em S. Bento porque eu sou bem comportado...

E há silêncios que eu entendo num entendimento assim:
— O povo melhor defendendo quando me defendo a mim...

Sei até daquele brado de um que diz que é muito fixe:
— Eu quero é ser deputado e o resto — que se lixe...

... Assim se prova o que diz e quem diz não o diz à toa, que, defendendo o país, defende é a sua pessoa.

Este final tem de haver na moral que o verso tem: o povo deve saber afinal quem lhe quer bem!

CDU Candidatos

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 700

28 de Maio de 1987
especial

Não pode ser vendido
separadamente

Aveiro

Candidatos efectivos

Zita Seabra, 38 anos. Membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

José Fernando de Almeida Ferreira Mendes, 41 anos. Operário metalúrgico, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro do PCP.

Fernando Peixinho Pires Fernandes, 58 anos. Médico, foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro. Ex-membro do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Artur Vidal Pinto, 40 anos. Membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Bernardino Henriques Ribeiro, 41 anos. Bancário, Presidente da Junta de Freguesia de Fiães/Feira. Membro da Comissão Distrital de Aveiro do PCP.

Jorge Manuel Pinto de Oliveira Carvalho, 42 anos. Espinho, advogado. Membro da Comissão Distrital de Aveiro do PCP.

Ricardo Jorge Ramalheira Ventura da Cruz, 45 anos. Aveiro, arquitecto. Independente proposto pelo Partido «Os Verdes».

Luís Carlos Gama Pereira, 45 anos. Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e membro da Assembleia Municipal da Mealhada. Independente.

António Alberto Cadillon Marques Romão, 39 anos. Médico, membro da Assembleia Municipal de Ovar. Membro do PCP.

Flávio Beleza Laranjeira, 46 anos. Oliveira de Azeméis, médico. Membro do PCP.

José Alberto Loureiro, 46 anos. Técnico de vendas. Membro da Comissão Concelhia de Ílhavo do PCP.

Manuel Ferreira Loureiro, 56 anos. Águeda, médico. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Jorge Manuel de Resende Cortez, 32 anos. Engenheiro técnico mecânico. Membro da Comissão Concelhia de S. João da Madeira do PCP.

Luís Manuel Marques Vidal Dias, 36 anos. Operário químico, membro da Comissão Intersindical da Química e da Assembleia Municipal de Estarreja. Independente.

António de Almeida Azevedo Brandão, 44 anos. Arouca, professores do Ensino Primário, Director do jornal «Defesa de Arouca». Membro da Intervenção Democrática.

Candidatos suplentes

Maria Manuela Antunes da Silva, 39 anos. Professora, membro da Assembleia Municipal da Feira e da Direcção Nacional do MDM. Membro da Comissão Distrital de Aveiro do PCP.

Maria Alice Pereira, 48 anos. Feira, operária corticeira, dirigente do Sindicato dos Corticeiros do Norte, membro da Liga Operária Católica (LOC), membro da Comunidade Cristã de Mozelos. Independente.

Décio Rodrigues, 52 anos. Sever do Vouga, empresário agrícola. Independente.

Jorge Crespo, 21 anos. Aveiro, monitor de natação. Membro da JCP.

Manuel da Costa Casal, 33 anos. Aveiro, metalúrgico, membro da Sub-Comissão de Trabalhadores da Renault, dirigente do Centro Atlético Póvoa Passense. Membro do PCP.

CDU

Beja

Candidatos efectivos

Bernardina Lúcia Sebastião, 34 anos. Operária. Membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Cláudio José dos Santos Percheiro, 36 anos. Técnico de finanças, vereador da Câmara Municipal de Odemira, animador do movimento voluntário desportivo desde 1979. Membro da Comissão Concelhia de Odemira do PCP.

Manuel Anastácio Filipe, 36 anos. Professor, director da CERCI/Beja, dirigente nacional da Federação das CERCI's, dirigente da União Coordenadora Nacional dos Organismos dos Deficientes, impulsor da Campanha do Pirlampo Mágico. Membro da Comissão Concelhia de Beja do PCP.

Maria de Lurdes Pias Fernandes Hespanhol, 36 anos. Professora, Presidente da Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo, Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária Dr. Brito Camacho em Aljustrel, membro dos corpos gerentes do Sindicato dos Professores do Sul. Independente proposta pelo Partido «Os Verdes».

Luís Maria Bartolomeu Afonso Palma, 49 anos. Professor, Sub-Director da Direcção Escolar do Distrito de Beja, Presidente da Assembleia Municipal de Aljustrel. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Membro da associação Intervenção Democrática.

Candidatos suplentes

Maria José Afonso Borralho, 23 anos. Desempregada, membro do Executivo da Junta de Freguesia de Pias, membro da Comissão de Cultura e Desporto do Concelho de Serpa, membro do Grupo de Música

Popular «Seara Nova». Membro da JCP.

Carlos Alberto Ferreira de Sousa, 44 anos. Médico, membro da Direcção Médica do Hospital Regional de Beja. Membro da Comissão Distrital de Beja do PCP.

Francisco Brás Calcinha, 33 anos. Operário agrícola, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Presidente da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, membro da União dos Sindicatos de Beja e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro suplente do Comité Central do PCP.

Guido João Dinis Pires, 35 anos. Médico, membro da Assembleia Municipal da Vidigueira. Independente proposto pelo Partido «Os Verdes».

Miguel Urbano Rodrigues, 60 anos. Jornalista, Presidente da Assembleia Municipal de Moura. Membro do PCP.

Coligação Democrática Unitária



Braga

Candidatos efectivos

António Lopes, 40 anos. Membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

José Manuel Mendes, 38 anos. Advogado/escritor, membro da Assembleia Municipal de Braga. Membro do PCP.

Abílio Capela Dias, 38 anos. Advogado, membro da Assembleia Municipal de Guimarães. Membro do PCP.

António Marinho Dias, 77 anos. Advogado em Celorico de Basto. Ex-membro do Conselho Nacional do MPD. Membro da associação Intervenção Democrática.

Alfredo Cardoso da Conceição, 38 anos. Operário da Grundig, membro da União dos Sindicatos de Braga e do Conselho Nacional da CGTP-IN, membro da Assembleia Municipal de Barcelos. Membro do PCP.

Manuel José Fidalgo Martins, 41 anos. Advogado em Vila Nova de Famalicão. Membro do Conselho Nacional do Partido «Os Verdes».

Lília Maria Leite Santos, 36 anos. Professora, dirigente do Sindicato dos Professores do Norte, membro do MDM e do Núcleo da Paz de Braga. Membro do PCP.

António José Salgado de Almeida, 28 anos. Médico no Hospital Distrital de Guimarães. Membro do PCP.

Adão Ribeiro Mendes, 35 anos. Operário têxtil da Riopelle, membro da União dos Sindicatos de Braga e do Conselho Nacional da CGTP-IN, árbitro de futebol. Independente.

Alfredo Casals Baptista, 40 anos. Engenheiro civil, funcionário superior da JAE, vereador na Câmara Municipal de Braga. Membro do PCP.

João Manuel Ribeiro, 52 anos. Operário têxtil da Coelima, Presidente do Sindicato Têxtil do Distrito

de Braga entre 1973 e 1978, membro da Assembleia de Freguesia de Riba D'Ave. Membro do PCP.

José Maria Ferrelra, 41 anos. Operário da construção civil, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, Secretário da Junta de Freguesia de Polvoreira — Guimarães. Independente.

Manuel Martins Costa, 51 anos. Advogado, membro da Assembleia Municipal de Vila Verde. Independente.

Francisco Manuel Duarte Fonseca, 31 anos. Professor, membro da Assembleia Municipal de Barcelos, dirigente da Cooperativa Milho Rei. Independente.

Ester Oliveira Felo, 35 anos. Operária da Grundig, membro da Direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte, membro da Assembleia Municipal de Braga. Independente.

Ana Maria Lopes, 48 anos. Professora do Ensino Primário. Directora da Escola da Urbanização da Conceição, Guimarães. Membro do PCP.

Manuel Barbosa da Silva, 43 anos. Empregado de escritório, membro da Assembleia Municipal de Famalicão. Membro do PCP.

Candidatos suplentes

Júlia Mourão do Vale, 24 anos. Educadora de infância, membro da Assembleia Municipal de Braga. Membro da Direcção Nacional da JCP.

António Alberto Carneiro, 29 anos. Enfermeiro no Hospital de S. Marcos-Braga. Membro do Partido «Os Verdes».

António Rodrigues Dias, 37 anos. Médico, membro da Direcção do Sindicato dos Médicos do Norte, dirigente da Associação Portuguesa de Deficientes. Membro do PCP.

Joaquim Magalhães, 31 anos. Industrial, Secretário da Junta de Freguesia de Antime-Fafe. Membro do PCP.

Júlio Vieira, 37 anos. Engenheiro técnico agrícola em Braga, dirigente associativo da lavoura no distrito, membro da Assembleia de Freguesia de Maximinos. Independente.

Bragança

Candidatos efectivos

António Modesto Fernandes Navarro, 45 anos. Escritor e Técnico Superior da Secretaria de Estado da Cultura. Membro do PCP.

Eugénio José Martins Cavalheiro, 52 anos. Capitão-de-fragata na reserva, residente em Pocinho-Moncorvo, membro da Direcção Nacional e da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Independente.

Serafim Brás da Silva, 33 anos. Operário agrícola, membro da Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta. Membro suplente do Comité Central do PCP.

Albino Luís de Araújo Mendo, 68 anos. Arquitecto, natural e residente em Mirandela. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Membro da associação Intervenção Democrática.

Candidatos suplentes

Leonel Artur Veloso, 49 anos. Sub-Gerente da Caixa Geral de De-

pósitos em Bragança, membro da Assembleia de Freguesia da Sé. Membro da Comissão Concelhia de Bragança do PCP.

Cassiano António Reboredo, 44 anos. Funcionário público, membro da Direcção do Sindicato da Função Pública do Norte, da União dos Sindicatos de Bragança e membro da Assembleia Municipal de Mirandela. Foi militante do Partido Socialista até 1985, pertencendo à respectiva Comissão da Federação Distrital de Bragança. Independente.

José Albino Prudêncio, 34 anos. Técnico de contas em Vila Flor. Membro da Comissão Concelhia de Vila Flor do PCP.

Manuel Orlando Pereira de Carvalho, 37 anos. Engenheiro, técnico de electrotecnia da EDP, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube de Pessoal da EDP-Delegação do Picote. Membro do PCP.

Castelo Branco

Candidatos efectivos

António Teles André, 41 anos. Engenheiro, professor, vereador da Câmara Municipal da Covilhã, membro da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP.

Vasco Silva, 63 anos. Professor, ex-Governador Civil do Distrito de Castelo Branco após o 25 de Abril. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Luís Pereira Garra, 30 anos. Operário têxtil. Membro da Direcção do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, da União dos Sindicatos do Distrito de Castelo Branco e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro do Executivo da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP.

Joaquim Bonifácio, 31 anos. Arquitecto/professor. Membro do Partido «Os Verdes».

António Gascão, 46 anos. Advogado. Membro da Assembleia Municipal do Fundão. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP. Membro da Intervenção Democrática.

Lurdes Figueira, 36 anos. Professora. Membro da Assembleia Municipal da Covilhã. Membro da Comissão Concelhia da Covilhã do PCP.

Candidatos suplentes

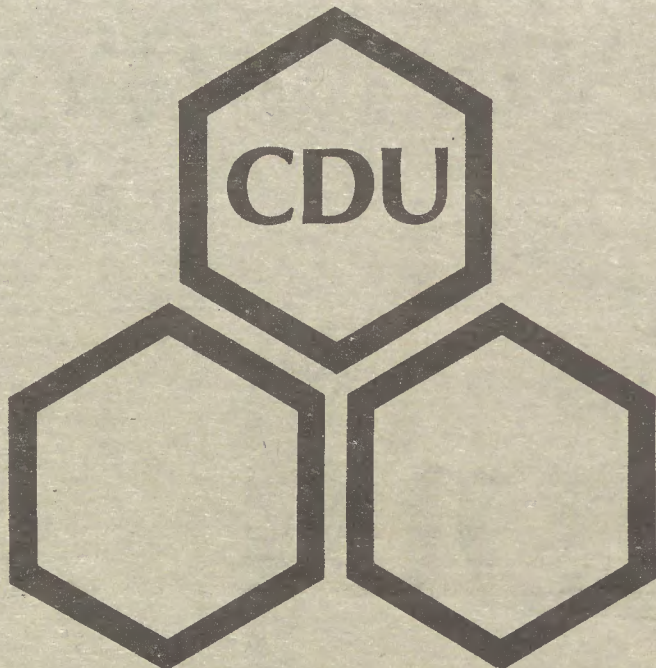
Carlos Vale, 52 anos. Comerciante. Membro da Assembleia Municipal de Castelo Branco. Membro do Executivo da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP.

Aurora Carmona, 27 anos. Funcionária pública. Membro da Direcção Regional de Castelo Branco do Sindicato da Função Pública. Independente.

António Bentes Gil, 37 anos. Professor, membro da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova. Membro da Comissão Concelhia da Idanha-a-Nova do PCP.

Jorge Pessoa, 18 anos. Estudante. Membro do Conselho Pedagógico da Escola Heitor Pinto na Covilhã. Membro da Comissão Concelhia da Covilhã da JCP.

Fernando Cardoso Oliveira, 41 anos. Operário fogueiro na Portucel — Vila Velha de Ródão. Independente.



Coimbra

Candidatos efectivos

Linhares de Castro, 42 anos. Presidente do Sindicato dos Professores da Região Centro e do Secretariado da Fenprof. Membro do Sector Intelectual de Coimbra do PCP.

Fernando Gomes, 38 anos. Neurocirurgião. Presidente do Sindicato dos Médicos. Membro do Organismo de Direcção do Sector da Saúde de Coimbra do PCP.

Vasco Paiva, 36 anos. Empregado de escritório. Membro do Comité Central do PCP.

Vitor Costa, 48 anos. Geólogo. Membro Suplente do Comité Central do PCP.

Francisco Sarmiento, 20 anos. Estudante. Presidente da Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra. Membro do Partido «Os Verdes».

Maria Amélia Fonseca, 33 anos. Médica no Hospital Distrital da Figueira da Foz. Independente.

Joaquim Gomes Canotilho, 44 anos. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Constitucionalista. Membro do Sector Intelectual de Coimbra do PCP.

António Caniceiro, 53 anos. Pequeno industrial. Ex-membro do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Alberto Vilaça, 57 anos. Advogado. Membro da Assembleia Municipal de Coimbra. Membro da Comissão Distrital de Coimbra do PCP.

João Abrantes, 41 anos. Engenheiro técnico agrário. Membro da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho. Membro da Comissão Distrital de Coimbra do PCP.

Fernando Tenene, 41 anos. Operário electricista. Membro da Direcção do Sindicato da Indústria do Centro, do Secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Independente.

Candidatos suplentes

Marly Antunes, 49 anos. Funcionária pública. Membro do Sindicato da Função Pública da Zona Centro e do Secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra. Membro do PCP.

Eduardo Coronel, 45 anos. Operário da CELBI. Presidente da Assembleia Municipal da Figueira da Foz. Membro da Comissão de Trabalhadores da CELBI. Membro da Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP.

Paula Santos Cardoso, 21 anos. Estudante da Faculdade de Letras. Membro da Coordenadora Nacional de Luta dos Estudantes de Letras. Independente.

Firmino Vitor, 38 anos. Trabalhador da EDP. Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego. Membro da Comissão Distrital de Coimbra do PCP.

António Cruz, 30 anos. Professor do Ensino Básico. Coordenador da Educação de Adultos no concelho de Soure. Membro da Comissão Concelhia de Soure do PCP.

Évora

Candidatos efectivos

Lino de Carvalho, 40 anos. Técnico de contas, membro da Assembleia Municipal de Évora, membro do Secretariado Distrital das UCPs/Cooperativas de Évora, membro da Comissão Distrital de Évora e da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP.

António J.M. Vidigal Amaro, 45 anos. Médico, Presidente da Assembleia Municipal de Portel. Membro da Comissão Concelhia de Portel do PCP.

Joaquim António R. Teixeira, 33 anos. Operário agrícola, membro do Secretariado Distrital das UCPs/Cooperativas de Évora. Membro da Comissão Concelhia de Viana do Alentejo do PCP.

Celino J.R. da Silva, 41 anos. Empregado de seguros, ex-vereador da Câmara Municipal de Évora. Membro da Comissão Concelhia de Évora do PCP.

Candidatos suplentes

João A. Torrinhos Paulo, 39 anos. Operário metalúrgico, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Membro da Comissão Distrital de Évora e da DORA e membro suplente do Comité Central do PCP.

António Luís Canhoto Andrade, 41 anos. Operário condutor-motor de máquinas, vereador da Câmara Municipal de Borba. Independente, proposto pelo Partido «Os Verdes».

Miquelina Condeço, 51 anos. Enfermeira/parteira. Ex-membro do MDP. Independente.

Jorge Araújo, 45 anos. Professor Associado da Universidade de Évora e Investigador, Presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Professores da Zona Sul, membro da Assembleia Municipal de Évora, membro da Liga de Protecção da Natureza. Independente.

Faro

Candidatos efectivos

Carlos Brito, 54 anos. Membro da Comissão Política do CC do PCP.

Luís Catarino, 60 anos. Advogado. Ex-Vice-Presidente do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Carlos Luís Figueira, 42 anos. Empregado. Membro do Comité Central do PCP.

José Cruz, 39 anos. Empregado bancário. Membro da Associação Municipal de Vila Real de Santo António. Membro do PCP.

João Guerra, 32 anos. Advogado. Independente.

Carlos Augusto Santos, 33 anos. Engenheiro técnico agrícola. Independente.

Isabel Elias, 35 anos. Médica. Membro do PCP.

José António Spínola, 53 anos. Professor. Membro do PCP.

José Manuel Ribelrinho Alves da Cunha, 35 anos. Professor. Independente proposto pelo Partido «Os Verdes».

Candidatos suplentes

Fernando Amaro, 35 anos. Empregado de hotelaria. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Algarve. Membro do PCP.

Vergílio Nereu, 42 anos. Médico. Membro do PCP.

Maria Luísa Veloso, 55 anos. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP. Membro do Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres. Membro da Intervenção Democrática.

Vivaldo Pires Pereira, 20 anos. Trabalhador-estudante. Tesoureiro da Casa da Cultura de Loulé. Membro da JCP.

Marcolino Jorge, 50 anos. Pescador. Presidente do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro. Membro do PCP.

Guarda

Candidatos efectivos

Mário do Nascimento Canotilho, 65 anos. Advogado. Membro da Comissão Distrital da Guarda do PCP.

João Alberto Garcia de Abreu, 31 anos. Operário da Construção Civil, Gouveia. Membro Suplente do Comité Central do PCP.

Humberto Manuel Sena de Mota Velga, 50 anos. Empregado de escritório. Membro da Comissão Concelhia de Seia do PCP.

Ana Catarina Rabaça Miller Guerra, 24 anos. Educadora de infância. Membro do Partido «Os Verdes».

Inácio Fernandes Vilar, 49 anos. Advogado na Guarda. Independente.

Candidatos suplentes

Maria do Céu Ferreira de Jesus, 41 anos. Operária têxtil. Coordenadora da União dos Sindicatos da Guarda e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da Comissão Distrital da Guarda do PCP.

Carlos Manuel Garcia Páscoa, 26 anos. Monitor pedagógico. É membro do Partido «Os Verdes».

Maria Emília Manta Nunes Figueiredo, 37 anos. Funcionária pública. É membro da Comissão Concelhia de Gouveia do PCP.

Fernando Jorge dos Santos Pires, 42 anos. Engenheiro técnico. Membro da Comissão Concelhia da Guarda do PCP.

Armando Augusto B. Pinto, 31 anos. Electricista na CP. Membro da Comissão Concelhia de Foz Côa do PCP.

Leiria

Candidatos efectivos

Joaquim Gomes, 70 anos. Membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

José Augusto Esteves, 39 anos. Empregado de escritório. Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Leiria e do Comité Central do PCP.

Teresa Neves, 23 anos. Engenheira química. Membro do Partido Ecologista «Os Verdes».

Aleixo Brás, 35 anos. Motorista marítimo, dirigente da UNICOOPES-CA. Membro da DORLEI do PCP.

Gilberto Coutinho, 70 anos. Comerciante. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Raul Ferreira, 50 anos. Operário vidreiro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira. Membro da DORLEI do PCP.

Jorge Sobral, 40 anos. Empregado de escritório. Membro do Executivo da DORLEI do PCP.

Madalena Marques, 39 anos.

Professora do Ensino Secundário. Independente.

Albino Marques, 24 anos. Empregado de escritório. Membro da Direcção Nacional da JCP.

Rui Nunes, 48 anos. Contabilista, Presidente da Junta de Freguesia do Bombarral. Independente.

Saul Fragata, 40 anos. Operário metalúrgico. Membro do Executivo da DORLEI do PCP.

Candidatos suplentes

José Carlos Nogueira, 51 anos. Professor do Ensino Secundário. Independente.

Carlos Piló, 32 anos. Professor do Ensino Primário. Membro do Executivo Distrital do Sindicato dos Professores da Região Centro. Membro do PCP.

Prates Miguel, 38 anos. Advogado. Independente.

Laura Quintela, 52 anos. Professora do Ensino Secundário. Independente.

Paulo Cipriano, 22 anos. Professor. Membro da Direcção Distrital de Leiria da JCP.

Lisboa

Candidatos efectivos

Álvaro Cunhal, 73 anos. Secretário-Geral do PCP.

Octávio Pato, 62 anos. Membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

Herculano Pombo, 32 anos. Professor. Membro do Conselho Nacional do Partido «Os Verdes».

Anselmo Aníbal, 44 anos. Professor universitário, vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Independente.

Jerónimo de Sousa, 40 anos. Operário metalúrgico. Membro Suplente do Comité Central do PCP.

João Corredor da Fonseca, 48 anos. Jornalista. Ex-membro da Comissão Política do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Luísa Amorim, 41 anos. Médica, membro do Conselho e da Direcção Nacional do Movimento Democrático de Mulheres e Vice-Presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Membro do PCP.

Carlos Carvalhas, 45 anos. Economista. Membro do Comité Central do PCP.

João Amaral, 43 anos. Licenciado em Direito. Membro do PCP.

Rogério Moreira, 23 anos. Estudante universitário. Membro da Direcção Nacional da JCP.

Jorge Lemos, 35 anos. Professor do Ensino Secundário, membro da Assembleia Municipal da Amadora. Membro do PCP.

Octávio Telxela, 42 anos. Economista. Membro do PCP.

José Magalhães, 35 anos. Licenciado em Direito. Membro do PCP.

Rosa Brandão, 31 anos. Jurista. Membro do PCP.

José Luís Judas, 43 anos. Empregado de escritório, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Membro do PCP.

Maria do Carmo, 39 anos. Analista química, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Membro do PCP.

José Saramago, 64 anos. Escritor. Membro do PCP.

António Gonçalves, 62 anos. Engenheiro, membro da Assembleia Municipal de Lisboa. Ex-membro da Comissão Política do MDP. Membro da Intervenção Democrática.

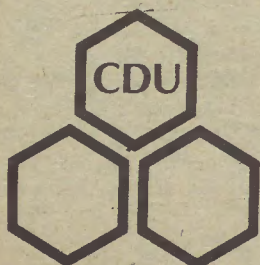
Luís Francisco Rebelo, 62 anos. Dramaturgo e advogado. Independente.

João Lázaro, 29 anos. Estudante universitário. Membro do Conselho Nacional do Partido «Os Verdes».

João Camilo, 39 anos. Médico. Membro do PCP.

António Filipe, 24 anos. Advogado estagiário. Membro da Direcção Nacional da JCP.

Fernanda Mateus, 28 anos. Operária têxtil, membro do Conselho e da Direcção Nacional do



MDM, membro da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Membro suplente do Comité Central do PCP.

Odete Filipe, 37 anos. Operária metalúrgica, dirigente do MDM, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro do PCP.

Rogério Fernandes, 53 anos. Professor universitário, Director da Revista «O Professor». Membro do PCP.

António Borges Coelho 59 anos. Professor universitário. Membro do PCP.

Urbano Tavares Rodrigues, 63 anos. Escritor, professor universitário. Membro do PCP.

Inês Fontinha, 43 anos. Socióloga, membro do Conselho Nacional do MDM. Independente.

Arménio Carlos, 31 anos. Electricista. Membro do PCP.

Alice Vieira, 44 anos. Jornalista, licenciada em Filosofia, escritora. Membro do PCP.

Mário de Carvalho, 42 anos. Escritor. Membro do PCP.

Ana Lúcia Pizarat Correia, 22 anos. Estudante. Membro do Partido «Os Verdes».

Joaquina Silvério, 48 anos. Engenheira química, membro do Conselho Nacional do MDM. Membro do PCP.

Maria Clementina, 45 anos. Psicóloga. Membro do PCP.

Herberto Goulart, 53 anos. Economista. Ex-membro da Comissão Política do MDP. Membro da Intervenção Democrática.

Artur Galdes, 53 anos. Médico investigador. Independente.

Batista Bastos, 54 anos. Jornalista. Membro do PCP.

Henrique Viana, 49 anos. Actor. Membro do PCP.

Clara Cardoso, 20 anos. Estudante universitária, membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Letras de Lisboa. Membro da JCP.

Mário Jorge, 32 anos. Médico, Vice-Presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul. Membro do PCP.

Florival Lança, 41 anos. Operário metalúrgico, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Membro do PCP.

Joaquim Labaredas, 42 anos. Empregado de escritório, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro do PCP.

Rui Godinho, 39 anos. Engenheiro químico e sanitaria, vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Membro do PCP.

Salvado Sampalo, 66 anos. Professor, membro do Conselho Nacional de Alfabetização (CNAEBA). Ex-membro do Conselho Nacional do MDP. Membro da Intervenção Democrática.

António Louçã, 31 anos. Jornalista. Membro da «Esquerda Revolucionária». Proposto como candidato independente.

António Tremoço, 40 anos. Operário metalúrgico, membro da Assembleia Municipal da Amadora. Membro do PCP.

Jorge Palma, 36 anos. Músico. Independente proposto pelo Partido «Os Verdes».

Demétrio Alves, 37 anos. Engenheiro, representante dos trabalhadores no Conselho de Fiscalização da EDP. Membro do PCP.

João Fogoso Paulino, 48 anos. Agricultor. Membro do PCP.

Aristides Teixeira, 27 anos. Professor e colaborador da RTP. Independente.

Celórico Moreira, 50 anos. Professor de educação física, membro do Comité Olímpico Português. Membro do PCP.

Tomás Mala, 20 anos. Estudante, membro da Direcção da Associação de Estudantes da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Membro da JCP.

José Godinho, 62 anos. Engenheiro civil, Presidente da Associação dos Inquilinos Lisboenses. Membro do PCP.

Ana Alves, 20 anos, estudante, cantora. Membro da JCP.

Gilberto Lindim Ramos, 55 anos. Economista. Ex-membro do Secretariado e da Comissão Política do MDP. Membro da Intervenção Democrática.

José Fanha, 36 anos. Professor e poeta. Independente proposto pelo Partido «Os Verdes».

Candidatos suplentes

Dulce Rebelo, 61 anos. Investigadora. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP. Membro da Intervenção Democrática.

José Mário Mil Homens, 27 anos. Professor de educação física. Independente proposto pelo Partido «Os Verdes».

Carlos Pena, 48 anos. Oficial de operações de voo. Membro da «Esquerda Revolucionária». Proposto como candidato independente.

António Lampreia, 41 anos. Licenciado em Ciências Sociais, Presidente da Associação Portuguesa de Deficientes. Membro do PCP.

Monteiro Batista, 61 anos. Médico. Membro da Intervenção Democrática.

Portalegre

Candidatos efectivos

Diamantino José Dias, 36 anos. Operário metalúrgico. Membro do Comité Central do PCP.

Luís Manuel Loureiro Roque, 37 anos. Professor. Membro da Assembleia Municipal de Elvas e da Comissão Distrital de Portalegre do PCP.

Jorge Manuel dos Santos Duarte Rebeca, 29 anos. Psicólogo. Director do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil e Juvenil de Ponte de Sor. Presidente da Assembleia Municipal de Ponte de Sor. Membro da Comissão Concelhia de Ponte de Sor do PCP.

Candidatos suplentes

Casimiro António Piedade Menezes, 41 anos. Médico. Director do Serviço de Medicina do Hospital Distrital de Portalegre. Membro da Comissão Concelhia de Portalegre do PCP.

Maria Clotilde Mónica Chorão, 24 anos. Empregada de escritório. Membro da Organização Distrital de Portalegre da JCP.

Carlos Semedo, 21 anos. Estudante do Conservatório de Música de Lisboa e Professor. Independente proposto pelo Partido «Os Verdes».

Porto

Candidatos efectivos

Carlos Costa, 59 anos. Membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Raul Fernandes de Moraes e Castro, 65 anos. Advogado, membro da Assembleia Municipal do Porto. Ex-Vice-Presidente do MDP/CDE. Membro da associação Intervenção Democrática.

Edgar Maciel Almada Correia, 42 anos. Membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

António da Silva Mota, 50 anos. Operário metalúrgico, membro do Comité Central do PCP.

Maria Ilda da Costa Figueiredo, 38 anos. Economista, trabalha no Movimento Sindical Unitário como técnica do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto, vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Membro da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP.

Manuel António Teixeira de Freitas, 38 anos. Operário têxtil, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto, coordenador da Federação Nacional dos Sindicatos dos Sectores Têxteis, Vestuário e Lanifícios, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Membro suplente do Comité Central do PCP.

Alberto Andrade, 58 anos. Empregado bancário. Foi dirigente do Sindicato dos Bancários do Norte e de diversas colectividades populares. Foi vereador da Câmara Municipal de Gaia e Presidente da Assembleia Municipal de Gaia pelo Partido Socialista. Foi dirigente nacional do PS e deputado pelo PS à Assembleia Constituinte. Dirige ac-

tualmente o «Gaia Semanário». Independente.

Oscar Luso de Freitas Lopes, 69 anos. Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, escritor, membro do Comité Central do PCP.

Paulo Alberto Branco Teixeira de Sousa, 34 anos. Professor, dirigente do Cineclube do Porto e do Núcleo da Associação de Amizade Portugal-Angola. Membro do Partido «Os Verdes».

Rui Pedro de Araújo Sá, 23 anos. Estudante de engenharia, membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, membro da Assembleia Municipal do Porto. Membro da Direcção Nacional da JCP.

Maria Helena Guimarães Medina, 36 anos. Membro da Assembleia Municipal do Porto. Membro do Comité Central do PCP.

Sérgio Manuel de Sousa Teixeira, 36 anos. Operário gráfico, membro da Assembleia Municipal de Gondomar. Membro do Comité Central do PCP.

Manuel Silva Ribeiro de Almeida, 41 anos. Serralheiro civil, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Dirigente da Federação dos Metalúrgicos, membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos do Porto. Membro da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP.

Maria José Correia Costa, 35 anos. Operária na Laitex, dirigente do Sindicato Têxtil do Porto, membro da Comissão Executiva da USP e membro do Conselho Nacional da Federação Têxtil. Membro do PCP.

António Manuel da Silva Osório, 33 anos. Assistente estagiário da Faculdade de Economia do Porto. Membro do PCP.

José Carlos Soares Batista, 37 anos. Operário de calçado, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e da Comissão Executiva e Secretariado da USP. Ex-membro do PS. Independente.

Virgínia de Faria Moura, 71 anos. Engenheira civil, membro da Assembleia Municipal do Porto. Membro do PCP.

Álvaro Gomes Ferreira Alves, 72 anos. Médico, membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Membro da Intervenção Democrática.

Luís Jorge de Oliveira Dias, 51 anos. Engenheiro, vereador da Câmara Municipal do Porto. Membro do Comité Local do Porto do PCP.

António Macedo Varela, 53 anos. Advogado, vereador da Câmara Municipal do Porto. Membro do Comité Local do Porto do PCP.

Emílio Peres, 55 anos. Médico, professor da Escola Superior de Nutrição do Porto. Membro da Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP.

Manuel Gaspar Cardoso Martins, 46 anos. Empregado bancário do BESCL. Membro do Executivo do Organismo de Direcção dos Bancários do Porto do PCP.

Ilídio Ribeiro Covelo Sardoeira, 73 anos. Professor, licenciado em Ciências Naturais, tradutor, poeta, autor de livros de divulgação científica. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Membro da Intervenção Democrática.

João Manuel Caniço de Seixas Neves, 37 anos. Advogado. Ex-deputado do MDP/CDE à Assembleia da República pelo Círculo Eleitoral do Porto. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Membro da Intervenção Democrática.

Maria Olívia Ferreira, 41 anos. Economista na USP, membro da Assembleia Municipal de Matosinhos, membro do Conselho Distrital do Movimento Democrático de Mulheres. Membro do PCP.

Armando Henrique Batista Gomes de Sá, 61 anos. Engenheiro, professor universitário. Foi membro da Assembleia Municipal do Porto. Membro da Intervenção Democrática.

Joaquim António Mala Moreira Cancela, 56 anos. Notário. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Membro da Intervenção Democrática.

Serafim Manuel Pontes Vieira, 49 anos. Empregado. Ex-dirigente

nacional da JOC. Actualmente é dirigente diocesano da LOC. Independente.

José Luís Borges Coelho, 46 anos. Licenciado em História, professor do Ensino Secundário e músico, director artístico do Coral da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do Coro do Círculo Portuense de Ópera, membro do Conselho Científico da Cooperativa de Ensino Superior e Artístico «Árvore», de que já foi director académico em 1986. Membro da Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP.

Bernardino Zeferino de Castro Neto, 44 anos. Professor do Ensino Secundário, membro da Assembleia Municipal de Santo Tirso. Independente.

Eduarda Maria Castro Fernandes, 38 anos. Membro da Comissão de Trabalhadores Nacional da EDP. Membro da DORP do PCP.

Manuel Joaquim da Silva Vieira Mendes, 40 anos. Engenheiro electrotécnico, membro do Sindicato da Função Pública e da Federação, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e da Comissão Executiva e do Secretariado da USP. Membro do PCP.

José Pereira Americano, 50 anos. Maquinista marítimo, dirigente do Sindicato dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante, membro da Assembleia Municipal de Matosinhos. Independente.

Domingos da Hora Carvalho, 46 anos. Agricultor, membro do Conselho Nacional da CNA e dirigente do MARN. Membro do PCP.

Júlio Artur Azevedo Barreira Cardoso, 48 anos. Actor-encenador, director e actor do Seiva Trupe. Membro da Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP.

Ana Maria Brito Jorge, 36 anos. Professora, dirigente do Sindicato dos Professores do Norte, membro dos Corpos Gerentes do Sindicato da Função Pública do Norte e do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Função Pública. Membro da Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP.

Eduardo Jorge Miguel Araújo, 44 anos. Professor de educação física, técnico desportivo no Futebol Clube do Porto. Membro da Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP.

Catarina Cabral, 22 anos. Estudante na Escola Superior da Cooperativa «Árvore». Membro do Partido «Os Verdes».

Ricardo Figueiredo, 42 anos. Arquitecto e professor na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, membro da Assembleia Municipal do Porto. Membro do Comité Local do Porto do PCP.

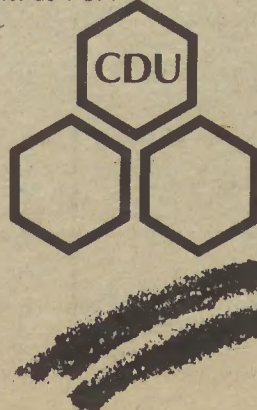
Candidatos suplentes

Horácio de Freitas Mendes, 38 anos. Operário, membro do Secretariado e da Comissão Executiva da USP. Membro do PCP.

António Carlos Valente Machado Vieira, 26 anos. Empregado, actor e director do Art'Imagem e da Associação Portuguesa do Teatro Amador. Membro da Direcção Regional do Porto da JCP.

Júlio José Antunes, 41 anos. Operário metalúrgico, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos e do Secretariado e da Comissão Executiva da USP. Membro do PCP.

António Jesus Ferreira, 35 anos. Técnico de desenho na CP, presidente da Associação Recreativa Novelense, membro da Assembleia de Freguesia de Novelas. Membro da Comissão Concelhia de Penafiel do PCP.



Joaquim Carneiro Antunes, 43 anos. Estucador, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Secretariado da Federação do Sector. Membro do Comité Local do Porto do PCP.

Santarém

Candidatos efectivos

Raimundo do Céu Cabral, 39 anos. Operário agrícola. Membro da Comissão Política do CC do PCP.

Luísa Mesquita, 38 anos. Professora em Santarém. Vogal da Assembleia Municipal de Santarém. Membro do PCP.

Álvaro Brasileiro, 52 anos. Operário agrícola em Alpiarça. Membro do PCP.

Sérgio Ribeiro, 51 anos. Economista. Professor do Instituto Superior de Economia. Membro do PCP.

José António Martins Leitão, 48 anos. Advogado em Santarém. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Valério Neto Capaz, 37 anos. Médico em Coruche. Presidente da Assembleia Municipal de Coruche. Independente.

Mário Rodrigues, 39 anos. Monitor de formação na CP/Entroncamento. Membro dos Corpos Gerentes do Sindicato dos Ferroviários do Centro. Membro do PCP.

Maria Manuela Cunha, 31 anos. Animadora cultural em Almeirim. Membro da Direcção Nacional do MDM. Membro do Partido «Os Verdes».

António Fernandes Ferreira, 45 anos. Médico. Director Clínico do Hospital Distrital de Tomar. Independente.

António Carlos Conde, 39 anos. Operário metalúrgico. Coordenador da União dos Sindicatos do Distrito de Santarém. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro do PCP.

Manuel Lopes, 48 anos. Funcionário público. Vereador da Câmara Municipal de Abrantes. Independente.

João Manuel Pereira, 28 anos. Empregado de escritório/Torres Novas. Membro do PCP.

Candidatos suplentes

Eulália Maria Teiga Marques, 46 anos. Professora da Escola Superior de Santarém. Presidente da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural da cidade de Santarém. Independente.

Fernando Galrito, 27 anos. Animador cultural em Samora Correia/Benavente. Independente.

João José Lopes, 58 anos. Comerciante em Torres Novas. Ex-Membro do Conselho Nacional do MDP. Membro da Intervenção Democrática.

Ivone Carrinho, 36 anos. Operária em Pinheiro Grande/Chamusca. Membro do PCP.

Fernando Manuel Batista Galinha, 34 anos. Professor. Vereador da Câmara Municipal do Cartaxo. Membro do PCP.

Setúbal

Candidatos efectivos

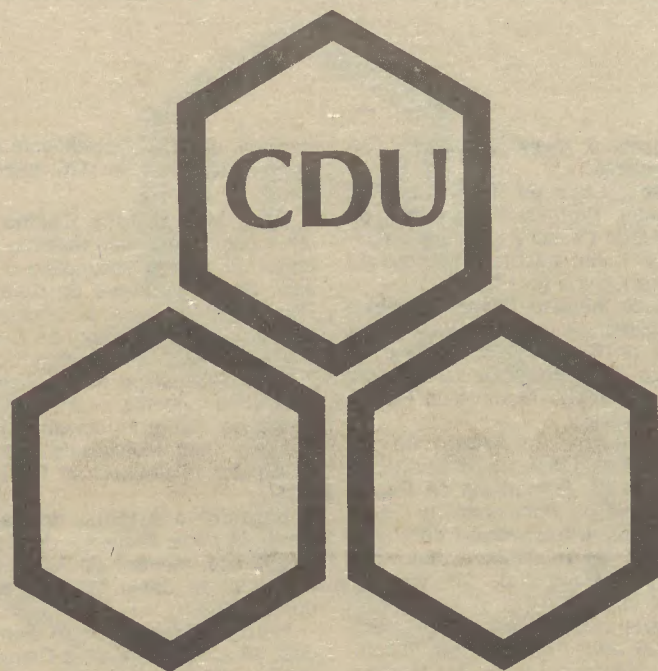
Domingos Abrantes, 51 anos. Membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Maria Santos, 35 anos. Assistente da Escola Superior de Educação de Setúbal. Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

José Vitoriano, 69 anos. Membro da Comissão Política do CC do PCP.

Carlos Ramildes, 38 anos. Membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

José Manuel Maia, 41 anos. Operário, Presidente da Assembleia Municipal de Almada. Membro do PCP.



Odete Santos, 46 anos. Advogada, membro da Assembleia Municipal de Setúbal. Membro do PCP.

Rogério Brito, 41 anos. Engenheiro técnico agrário. Membro do PCP.

Álvaro Amaro, 25 anos. Professor, membro das Comissões de Juventude de Palmela. Membro da JCP.

Marcos Antunes, 62 anos. Técnico de contas. Ex-membro do Secretariado e da Comissão Política do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Apolónia Teixeira, 37 anos. Trabalhadora da Função Pública. Membro do PCP.

Valente Fernandes, 40 anos. Médico. Membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Romeu Correia, 70 anos. Escritor. Independente.

Sérgio Pinto, 38 anos. Vereador da Câmara Municipal do Montijo. Membro do PCP.

Fernando Vasco, 39 anos. Médico. Membro do PCP.

Paula Coelho, 26 anos. Estudante universitária. Membro da Direcção Nacional da JCP.

Manuel Guerreiro, 36 anos. Empregado de comércio, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e coordenador da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços. Membro do PCP.

Hélio Bexiga, 44 anos. Desenhador, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Ex-membro da Comissão Política do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Candidatos suplentes

Jorge Silva, 40 anos. Operário. Membro do PCP.

Ana Sesinando, 55 anos. Funcionária dos CTT, membro da Assembleia Municipal de Setúbal. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP. Membro da associação Intervenção Democrática.

Eduardo Maximino, 47 anos. Empregado de escritório, vereador da Câmara Municipal de Alcácer. Independente.

Francisco Pacheco, 39 anos. Bancário, presidente da Câmara Municipal de Sines. Membro do PCP.

André Martins, 33 anos. Sociólogo. Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Viana do Castelo

Candidatos efectivos

Maurício Soares da Cunha e Sousa, 43 anos. Inspector escolar do Ensino Básico. Vereador da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Membro dos Corpos Gerentes do Centro Cultural do Alto-Minho. Membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo e da Direcção da Organização Regional do Minho do PCP.

Domingos Gonçalves Bezerra, 53 anos. Engenheiro. Membro da Direcção da Banda de Música de Ponte Lima. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Membro da associação Intervenção Democrática.

António Ferreira Santos, 63 anos. Técnico de telecomunicações. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações. Membro da Direcção da Associação de Amizade Portugal/URSS. Independente.

Gonçalo Fagundes Meira, 39 anos. Agente de métodos. Membro da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Representante dos Trabalhadores no Conselho de Gerência dos Estaleiros Navais. Membro da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. Membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo e da DORM do PCP.

António Cândido de Sousa Fernandes, 64 anos. Médico oftalmologista. Membro da Direcção da URAP e da Associação de Amizade Portugal/URSS. Membro do PCP.

Maria Manuela Coruche Malhado, 35 anos. Professora da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo. Membro do Secretariado Distrital do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo do PCP.

Candidatos suplentes

José Maria Araújo Dias Brandão, 40 anos. Advogado. Membro do PCP.

António José Rodrigues Soares Basto, 39 anos. Técnico de desenho. Membro da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Membro da Direcção do Grupo Desportivo dos Estaleiros Navais. Tesoureiro da Junta de Freguesia de Monserrate. Membro da União dos Sindicatos de Viana do Castelo. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Membro da Intervenção Democrática.

Armando Lima Afonso Branco, 41 anos. Empregado bancário. Membro da Comissão Concelhia de Viana do Castelo e da DORM do PCP.

Rosalina Rodrigues da Silva, 37 anos. Professora do Ensino Preparatório. Membro da Direcção da Associação Cultural de Chafé e do seu Rancho Folclórico. Presidente da Junta de Freguesia de Chafé. Membro do PCP.

António Manuel Fão da Pena, 39 anos. Técnico de análises clínicas. Eleito da Assembleia Municipal de Monção. Fundador e membro da Direcção do Cine-Clube de Monção. Membro do PCP.

Vila Real

Candidatos efectivos

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes, 42 anos. Engenheiro, membro da Assembleia Municipal de Vila Real. Membro do Comité Central do PCP.

João Avelino da Rocha Cunha Serra, 69 anos. Engenheiro, Inspector Geral dos CTT. Membro da associação Intervenção Democrática.

Marília Alice Vieira Correia de Matos, 50 anos. Professora do Ensino Secundário em Chaves. Membro da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP.

Armando da Silva Carvalho, 33 anos. Pequeno agricultor. Membro do PCP.

Manuel Ferreira Sampaio, 39 anos. Empregado bancário do Crédito Predial Português em Vila Real, tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Pedro. Membro da DORT do PCP.

José António Lopes, 42 anos. Professor do Magistério Primário, membro da Direcção do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da DORT do PCP.

Candidatos suplentes

Francisco Anastácio, 37 anos. Empregado bancário na Régua. Independente.

Joaquim Bernardo Pipa Reguengo, 50 anos. Pequeno agricultor de Vila Pouca de Aguiar. Membro do PCP.

Joaquim do Nascimento Vassal, 28 anos. Operário cerâmico, membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Vila Real. Membro do PCP.

Rui Madureira, 31 anos. Professor do Ensino Secundário em Chaves. Membro do Partido «Os Verdes».

Luís Manuel Dinis Correia, 32 anos. Professor primário, membro da Assembleia Municipal de Alijó. Membro da DORT do PCP.

Viseu

Candidatos efectivos

Carlos Manuel Guerra Fraião, 38 anos. Membro suplente do Comité Central do PCP.

Jalme Gaspar Grahlheiro, 56 anos. Advogado e dramaturgo — S. Pedro do Sul. Animador do Movimento de Colectividades e Associações Teatrais do Distrito de Viseu. Membro da Comissão Distrital de Viseu do PCP.

Manuel Martins da Costa, 55 anos. Professor do Ensino Secundário — S. Pedro do Sul. Professor da Escola do Magistério Primário de Viseu entre 1974 e 1980. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Membro da associação Intervenção Democrática.

Adelino Gouveia de Oliveira, 64 anos. Empresário agrícola em Lamego. Membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lamego entre 1974/1975. Membro da Organização Concelhia de Lamego do PCP.

António Macário Montelero, 33 anos. Trabalhador da administração pública — Viseu. Membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro e do Conselho Nacional da respectiva Federação. Membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Viseu. Membro da Comissão Distrital de Viseu do PCP.

Manuel António Perreira, 29 anos. Professor do Ensino Primário em Cinfães e coordenador da Tele-escola em Souselo, Cinfães. Impulsionador do movimento cultural e associativo do concelho de Cinfães. Dirigente da Associação Cultural e Desportiva de Cinfães e fundador do Coral Etnográfico de Cinfães. Delegado sindical do Sindicato dos Professores da Região Centro. Ex-membro do Partido Socialista. Independente.

Orciano Santos Perreira, 37 anos, operário químico — Nelas. Membro da Assembleia Municipal de Nelas. Membro da Comissão Distrital de Viseu do PCP.

Mário Caetano Teixeira Ferreira, 32 anos, gestor de vendas — Tarouca. Presidente da Junta de Freguesia de Mondim da Beira. Independente.

Amadeu Batista Ferro, 68 anos. Médico veterinário — Moimenta da Beira. Ex-membro do Conselho Nacional do MDP/CDE. Independente.

Evelina Maria dos Santos Almeida Vieira e Castro, 24 anos. Professora do Ensino Preparatório. Independente proposta pelo Partido «Os Verdes».

Candidatos suplentes

Manuel Maria da Silva Florindo, 37 anos. Médico veterinário municipal de Tondela. Impulsionador do movimento associativo e mutualista dos produtores de gado. Membro do PCP.

Alina Maria de Sousa, 32 anos, enfermeira — Mangualde. Membro da Comissão Distrital de Viseu do PCP.

António Manuel Lareiro dos Santos, 33 anos. Ajudante técnico de farmácia. Secretário da Junta de Freguesia de Armamar. Membro da Direcção do Sporting Clube de Armamar. Membro da Comissão Distrital de Viseu do PCP.

António da Conceição Pinto, 34 anos. Ajudante técnico de farmácia. Membro da Comissão Concelhia de Castro d'Aire do PCP.

António Luís da Costa Correia, 41 anos. Professor do Ensino Preparatório — Carregal do Sal. Fundador e dirigente da Associação Recreativa e Cultural de Oliveirinha. Delegado sindical do Sindicato dos Professores da Região Centro. Membro da Comissão Concelhia de Carregal do Sal do PCP.

Região Autónoma dos Açores

Candidatos efectivos

José Decq Mota, 38 anos. Deputado à Assembleia Regional dos Açores. Membro do Comité Central do PCP.

Álvaro Raposo França, 45 anos. Escultor e professor do Ensino Secundário em S. Miguel. Membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Independente.

Francisco José Garcia Machado, 40 anos. Técnico tributário. Dirigente desportivo em Angra do Heroísmo — Ilha Terceira. Independente.

Luís Mota, 39 anos. Médico obstetra. Presidente do Clube Naval da Horta. Membro da Comissão de Ilha do Faial do PCP.

Auréliu Bento, 24 anos. Licenciado em História e professor do Ensino Secundário na cidade da Ribeira Grande — Ilha de S. Miguel. Membro da associação Intervenção Democrática.

Candidatos suplentes

Paulo António de Freitas Valadão, 38 anos. Médico veterinário. Membro da Assembleia Municipal de St. Cruz das Flores. Membro da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP.

Manuel Ilídio da Silva Silveira, 36 anos. Ajudante técnico de farmácia. Membro da Assembleia Municipal de S. Roque do Pico. Membro da DORAA do PCP.

Branca Elisa Ramos Barros Correia, 31 anos. Funcionária pública. Membro da Comissão de Ilha da Terceira do PCP.

Paulo Jorge Bernardo, 29 anos. Electricista. Dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas — S. Miguel. Independente.

Eduardo Mendonça, 22 anos. Professor da Escola Preparatória de St. Cruz da Graciosa. Independente.

Região Autónoma da Madeira

Candidatos efectivos

Rui Firmino Faria Nepomuceno, 51 anos. Advogado. Membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP.

Leonel Martinho Gomes Nunes, 37 anos. Recepcionista, presidente do Sindicato da Hotelaria da Madeira, coordenador da USAM, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Independente.

José Luís Mendes Gonçalves, 40 anos. Empregado bancário, membro da Assembleia Municipal do Funchal, membro da Direcção do Sindicato dos Bancários. Membro da DORAM do PCP.

Maria Albertina Gomes, 34 anos. Empregada da hotelaria, membro da Direcção do Sindicato de Hotelaria e Turismo. Independente.

José Maria Oliveira Figueira, 23 anos. Professor do ensino secundário no concelho de Ponta do Sol. Membro do Partido Ecologista «Os Verdes».

Candidatos suplentes

Fernanda Machado Gouveia, 47 anos. Professora do Ciclo Preparatório no Funchal, licenciada em História. Independente.

Manuel José dos Santos Mota, 33 anos. Motorista da empresa «Horários do Funchal», delegado sindical do Sindicato dos Motoristas da Madeira. Membro do PCP.

Maria José Gomes Gouveia Moreira, 37 anos. Empregada de escritório. Independente.

António Mendes Neves, 33 anos. Operário dos CTT no concelho de Câmara de Lobos. Independente.

Inês Márcia Gomes Afonseca, 63 anos. Presidente da União dos Caseiros da Ilha da Madeira (UCIM). Membro da DORAM do PCP.

Europa

Candidatos efectivos

António Joaquim Barbosa Topa, 39 anos. Professor de Educação Especializada. Emigrante em França. Independente.

Damião da Costa Sequeira, 49 anos. Chefe dos Serviços Sociais no Consulado de Dusseldorf. Emigrante na RFA. Independente.

Candidatos suplentes

João Continho Ramos, 39 anos. Operário da construção civil. Dirigente sindical da Construção Civil, de Paris, da CGT e dirigente de Associações de Amizade Franco-Portuguesas e de emigrantes. Membro do PCP.

Maria Honorata Antunes de Abreu Fernandes Martins, 40 anos. Doméstica. Membro do Secretariado da Comunidade Portuguesa na Holanda. Membro do PCP.

Círculo eleitoral de fora da Europa

Candidatos efectivos

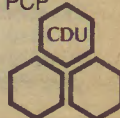
Manuel Ferreira Moura, 68 anos. Técnico industrial. Emigrante no Brasil. Dirigente do Centro Cultural 25 de Abril em S. Paulo. Independente.

António Manuel Nunes Candelas, 35 anos. Técnico de informática. Cooperante na República Popular de Angola. Membro da Direcção da Associação 25 de Abril em Luanda. Membro do PCP.

Candidatos suplentes

Abraão da Silva Matos, 59 anos. Mecânico. Emigrante no Canadá. Dirigente da associação Movimento Democrático Português de Montreal. Independente.

António Gomes da Silva, 59 anos. Alfaiate. Ex-emigrante na Venezuela. Membro fundador da Junta Patriótica Portuguesa na Venezuela (antes de Abril de 1974) e do Comité 25 de Abril. Membro do PCP.



Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 700

28 de Maio de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



—ALVARO CUNHAL—
COM A JUVENTUDE

31/MAIO 17h. fac. letras LISBOA

comício de encerramento do encontro nacional da JCP

Quinta 28

• **PÓVOA DE ST. IRIA**
Piquenique na Quinta da Piedade.

• **LISBOA**

Plenário de Reformados, às 16.00 no CT de Algés, com Abílio Martins do CC.

• **AROUCA**

Reunião da CDU, às 21.30, na casa do professor Brandão em Rossas.

• **SANTO ANDRÉ**

«Diálogos com o PCP», às 21.00 sobre situação económica e emprego.

Sexta 29

• **ALGÉS**

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho com o camarada **Dias Lourenço** da CP do CC do PCP.

• **LINDA-A-VELHA**

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho de Carnaxide.

• **MILHEIROZ DE POIARES**

Reunião de militantes, às 21.30.

• **LISBOA**

Sessão com canto livre e fados, às 21.00, no salão de Festas do Vale do Fundão, com **Domingos Abrantes** da CP do CC do PCP.

• **VILA FRANCA DE XIRA**

Sessão, às 21.00, na Casa do Povo de Vialonga com Raimundo Narciso do CC.

• **CAIXARIA**

Contacto com a população, às 20.00, na colectividade, com o

camarada **Alvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP.

• **SOBRAL**

Comício, às 21.30, no Cinema, com a presença do camarada **Alvaro Cunhal**.

• **AMADORA**

Plenário de militantes da Freguesia da Buraca no ATL.

• **PÓVOA DO VARZIM**

Reunião de activistas da CDU, às 21.00, na Associação Comercial

Sábado 30

• **PORTO**

Festa de apresentação de candidatos da CDU, às 15.00 no Palácio de Cristal. Intervenções de Carlos Costa, Raul de Castro, Alberto Andrade, Catarina Cabral, Rui Sá, Manuel Freitas e Armando de Castro. Espectáculo com Fernando Tordo, Edmundo Silva, Samuel e o Grupo «Malta do Rio».

• **ALHOS VEDROS**

Comício-Festa, às 15.30, no Centro de Trabalho com **Dias Lourenço** da CP do CC do PCP.

• **COVILHÃ**

Encontro da CDU, às 15.00, na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, com **José Seixo** da CP do CC do PCP.

• **SÃO JOÃO DA MADEIRA**

Primeiro encontro concelhio da CDU, às 21.30, na Escola Preparatória.

• **COIMBRA**

Encontro Distrital da CDU, às 15.00, no CRP do Norton de Matos. Aprovação do Manifesto eleitoral CDU, intervenção de **Jaime Serra** da CP do CC do PCP.

• **TORRES VEDRAS**

Primeira iniciativa pública da CDU, no antigo armazém do Largo dos Polones: 20.00, jantar/convívio; 21.30, intervenção de um candidato; 22.00, «Fado de Abril».

• **TRÓIA**

Conferência Distrital da CDU, às 15.00 na sala Lagoa do Bico das Lulas, para apresentação da lista pelo distrito de Setúbal, preside **José Vitoriano**, da CP do CC do PCP.

• **ARCENA**

Sessão, às 21.00, na Casa do Povo, com Octávio Teixeira.

• **VILA FRANCA DE XIRA**

Almoço seguido de sessão, na Quinta da Piedade.

• **LISBOA**

3.ª Assembleia de célula dos trabalhadores dos TLP, às 10.00 no centro de Trabalho de Alfama.

Campolide, porta-a-porta, com Fernando Matheus.

Em Alfama, Mouraria, Bairro Alto e zonas operárias, durante a manhã, visita de candidatos e vereadores para divulgação das nossas propostas.

• **IDANHA**

Mini-comício, às 10.00, com **Alvaro Cunhal**

• **CACÉM**

Mini-comício, às 11.00 no Largo da Junta de Freguesia com **Alvaro Cunhal**.

• **ALGUEIRÃO**

Mini-comício, às 12.00, no Largo da Estação, com **Alvaro Cunhal**.

• **RIO DE MOURO**

Almoço, às 13.00, com a presença do camarada **Alvaro Cunhal**.

O GRUPO COMUNISTA E AFINS DO PARLAMENTO EUROPEU
E A JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA PROMOVEM

debates
POLÍTICA UNIVERSITÁRIA E INTEGRAÇÃO EUROPEIA
ENSINO-EMPREGO-CONFIANÇA-PAZ

PORTO Instituto de ciências biomédicas Abel Salazar 29 MAIO - 21.30h.

LISBOA Instituto superior de economia 3 MAIO - 19h.

COIMBRA Faculdade de letras anfiteatro IV 4 JUNHO - 18h.

• **TALAÍDE**

Encontro com a população, às 16.00 com **Alvaro Cunhal**.

• **BAIRRO DA MINA (S. Domingos de Rana)**

Encontro com a população, às 17.00 com **Alvaro Cunhal**.

• **PENEDO (S. Domingos de Rana)**

Encontro com a população, às 18.00, com **Alvaro Cunhal**.

• **PAREDE**

Jantar-convívio, na cooperativa de consumo, com a presença do camarada **Alvaro Cunhal**.

• **MANIQUE (Alcabideche)**

Comício, às 21.30, com a presença de **Alvaro Cunhal**.

• **VILA DO CONDE**

Convívio CDU/Jovem, às 21.30 no Centro de Trabalho.

• **VILA NOVA DE GAIA**

Porta-a-porta a partir das 10.00 nas freguesias de Santa Marinha e Mafamude.

Domingo 31

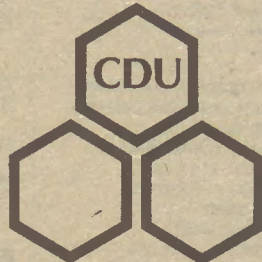
• **SANTARÉM**

Plenário Concelhio da CDU, às 10.00, no salão dos Bombeiros Voluntários, seguido de almoço-convívio, com a presença de **Domingos Abrantes**, da CP do CC do PCP.

• **UISEU**

Encontro Distrital da CDU, às 11.00, no Anfiteatro da Escola de Enfermagem, com

FESTA
Apresentação dos Candidatos



ESPECTÁCULO

FERNANDO TORDO

e **EDMUNDO SILVA**

SAMUEL

GRUPO "MALTA DO RIO"

Curtas intervenções de

CARLOS COSTA (PCP)

RAÚL DE CASTRO (Intervenção Democrática)

ALBERTO ANDRADE (Independente)

CATARINA CABRAL (Partido «Os Verdes»)

RUI SÁ (JCP), MANUEL FREITAS (C. Ex. da CGTP-IN)

ARMANDO DE CASTRO (Cand. ao Parlamento Europeu)

PALÁCIO CRISTAL

SÁB. / 30 MAIO / 15 H.

Jaime Serra, da CP do CC do PCP.

• **VILA REAL**

Apresentação dos candidatos CDU de Vila Real, com a presença de **Dias Lourenço**, da CP do CC do PCP.

• **LISBOA**

Encontro Nacional da Juventude Comunista Portuguesa «Juventude com a CDU», às 11.00, na Faculdade de Letras de Lisboa. Contará com a presença do camarada **Alvaro Cunhal** às 17.00 no encerramento.

• **SETÚBAL**

Inauguração da Sede Distrital da CDU, na Avenida 5 de Outubro (junto à RN). Às 13.00, almoço; 15.00, grupos corais, conjuntos, ranchos folclóricos; 20.30, espectáculo com **Luísa Basto** e **Jorge Lomba**; 21.30, comício com **Hélio Bexiga**, da Intervenção Democrática, **Maria Santos**, do Partido «Os Verdes» e o camarada **Alvaro Cunhal** secretário-geral do PCP.

• **ZAMBUJAL**

Contacto com a população, às 12.00, junto à sede da Associação de Moradores «Paraíso Céu Aberto», com **Octávio Pato**.

• **BAIRRO DO ALTO DO MOINHO**

Almoço-convívio da CDU, às 13.00, nas instalações da Associação de Moradores, com **Octávio Pato**.

• **DAMAIA**

Comício, às 16.30, no Parque 25 de Abril (junto à estação da CP), com **Octávio Pato**.

• **MAIA**

Porta-a-porta a partir das 9.30 na freguesia de Pedrouços.

• **VILA NOVA DE GAIA**

Porta-a-porta, a partir das 10.00 nas freguesias de Valadares e Canidelo.

ÁLVARO CUNHAL

VISITA ARREDORES DE LISBOA

SÁBADO, DIA 30

• **Minicomícios** em Idanha (Belas), 10 h; Cacém, 11 h; Algueirão, 12 h.

• **Almoço-convívio** em Rio de Mouro, 13 h.

• **Encontros com a população** em Talaíde (S. Domingos de Rana), 16 h; Bairro da Mina, 17 h; Penedo, 18 h.

• **Jantar-convívio** na Parede, na Cooperativa de Consumo.

• **Comício** em Manique (Alcabideche), 21.30 h.

SETÚBAL

INAUGURAÇÃO

DA SEDE

DISTRITAL DA CDU

DOMINGO, NA AV. 5 DE OUTUBRO

13.00 h — **ALMOÇO-CONVÍVIO**

15.00 h — **GRUPOS CORAIS e RANCHOS FOLCLÓRICOS**

20.30 h — **ESPECTÁCULO COM LUÍSA BASTO e JORGE LOMBA**

21.30 h — **COMÍCIO**
HELIO BEXIGA — ID
MARIA SANTOS — VERDES
ÁLVARO CUNHAL — PCP

Segunda 1

• **ALMADA**

Encontro Distrital de candidatos à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, no Centro de Trabalho da Comissão Concelhia.

Quarta 3

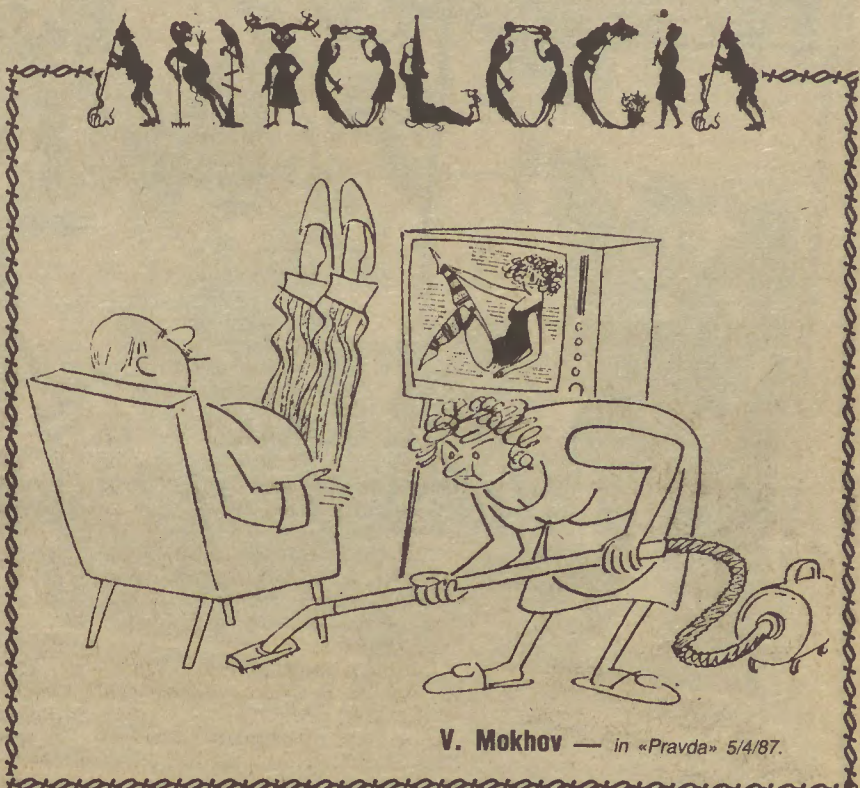
• **SINES**

Visita ao concelho e sessão de esclarecimento da CDU, com **Maria Santos**.

COMÍCIO COM
ÁLVARO CUNHAL
EM SOBRAL
DE MONTE AGRAÇO

SEXTA-FEIRA, 21.30, NO CINEMA

• Às 20 horas, o Secretário-geral do PCP passa em **CAIXARIA** (Dois Portos), no **CONCELHO DE TORRES VEDRAS**, ONDE CONTACTARÁ COM A POPULAÇÃO NA COLECTIVIDADE LOCAL



TV O Programa

Quinta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho», 102.º epis.
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Bolsa dia a dia
20.05 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas», 98.º epis.
20.50 - Série: «ALF — Uma Coisa do Outro Mundo»
21.20 - Face a Face
21.50 - Série: «Primeiro Entre Iguais»
22.55 - 24 Horas
23.25 - Remate

RTP2

14.15 - Telenovela: «Os Imigrantes», 7.º epis.
15.59 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio
20.05 - Série: «Hitchcock Apre senta...»
20.30 - Série: «Uma Família às Di reitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Série: «O Tempo e o Vento»
22.15 - Série: «África», último epis.

Sexta

RTP1

10.00 - Às Dez

12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Bolsa dia a dia
20.05 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 - A Arte de Bem Cozinhar
21.05 - Noites de Gala
22.40 - O Programa das Festas
23.15 - 24 Horas
23.45 - Remate
23.55 - Pela Noite Dentro: «Shaft - Máfia em Nova York», real. Gordon Parks (EUA/1971)

RTP2

14.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com... «Urbano Tavares Rodrigues»
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio
20.05 - Série: «Hitchcock Apre senta...»
20.30 - Série: «Uma Família às Di reitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Série: «The Optimisme»
22.00 - Troféu
22.30 - Série: «O Soldado Schulz»

Sábado

RTP1

09.00 - Juventude e Família
10.00 - Série: «He Man»

10.25 - Série: «David o Gnome»
10.50 - Série: «Os Amigos do Tejo»
11.20 - Outros Mundos
11.50 - Série: «O Tempo e o Vento»
12.30 - Vamos Dançar
13.00 - Jornal de Sábado
13.10 - Série: «As Vagas do Tempo»
13.40 - Supertrinta
14.30 - Série: «O Mar e a Terra»
15.05 - Concurso: «A Quinta do Dois»
18.05 - Série: «O Ano das Besti nhas», 1.º epis.
18.40 - Série: «V-A Batalha Final»
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
20.50 - Boletim Meteorológico
21.00 - 7 Folhas
21.40 - Já Está
23.20 - Série: «Hill Street»
00.10 - O Filme de Sábado: «A Maldição do Lobisomem», real. Terence Fisher (Grã-Bretanha/1961)

RTP2

09.00 - Compacto Countdown
13.00 - Compacto Cambalacho
16.00 - Troféu
20.00 - Série: «Quem Sai aos Seus...», 1.º epis.
20.25 - Série: «O Desafio Mundial»
21.15 - RTP/Ano 30
23.45 - Troféu

Domingo

RTP1

09.00 - Juventude e Família
10.15 - TV Mulher
11.00 - Terra Santa Maria

11.15 - Missa
12.05 - 70x7
12.30 - TV Rural
13.00 - Jornal de Domingo
13.10 - Série: «Portugal de Faca e Garfo»
13.35 - Série: «Os Roberts»
14.00 - Arco Iris
15.00 - Primeira Matinée: «O Desporto Favorito dos Homens», real. Howard Hawks (EUA/1963)
17.00 - Documentário
17.25 - Clube Amigos Disney
19.00 - Série: «O Justiciero»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Série: «Portugal, Passado e Presente»
21.10 - Série: «A Orquestra»
21.40 - Série: «Dallas»
22.35 - Domingo Desportivo

RTP2

09.00 - Music Box
10.00 - Troféu
12.30 - Caminhos
12.55 - Novos Horizontes
13.15 - Entre Barreiras
13.45 - Troféu: Automobilismo: «Grande Prémio do Mónaco de Fórmula 1»
19.30 - Concorde ou Talvez Não
20.30 - Artes e Letras: «Pintores Moçambicanos»
21.30 - Cine-Clube: Ciclo Ernest Lubitsch
23.00 - Top Vídeo

Segunda

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Bolsa Dia-a-Dia
20.05 - Boletim Meteorológico

20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 - Faz Hoje 20 Anos, após o lançamento do álbum «Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band»
22.40 - 24 Horas
22.50 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
15.00 - Agora, Escolha!
17.05 - Countdown
18.00 - Ponto por Ponto
19.00 - Simon Show
20.05 - Série: «Hitchcock Apre senta...»
20.30 - Série: «Porridge»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Teatro: «D. João ou a Máscara de Pedra».

Terça

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Bolsa Dia-a-Dia
20.05 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 - Portugal Sem Fim
21.50 - Série: «Dempsey e Make peace»
22.55 - 24 Horas
23.25 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»

15.00 - Agora, Escolha!
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Ponto por Ponto
19.00 - Simon Show
20.05 - Série: «Hitchcock Apre senta...»
20.30 - Série: «Porridge»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Cinema Dois: «Macunaíma», real. Joaquim Pedro de Andrade.

Quarta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Bolsa Dia-a-Dia
20.05 - Boletim Meteorológico
20.10 - Vamos Jogar no Totobola
20.20 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
21.10 - Lotação Esgotada: «Paixões Sem Freio», real. Vicente Minnelli
23.15 - 24 Horas
23.45 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
15.00 - Agora, Escolha!
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Ponto por Ponto
19.00 - Simon Show
20.05 - Série: «Hitchcock Apre senta...»
20.30 - Série: «Porridge»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Série: «Paródia»
22.00 - O Som da Surpresa.

As duas faces da modernização capitalista

Revista Internacional

problemas da paz e do socialismo

4 (153)

revista dos partidos comunistas e operários

ABRIL 1987

Preço: 70\$00



A crítica ao socialismo

O «Irangate» ou como se desmascara os fariseus

Perspectivas de uma Europa de Norte desnuclearizada

Teatro O Cartaz



• LISBOA

1.º Acto, Palácio Anjos. Humilhados e Ofendidos, baseado no romance de Dostoiévsky, enc. de Armando Caldas. Sexta e sábado, às 21 e 30.

A Barraca, rua Alexandre Herculano, 70. De 3.ª a dom. às 21.30. O Diabinho da Mão Furada, de António José da Silva, enc. de Helder Costa.

Casa da Comédia, rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom. às 21.30. Electra ou a Queda das Máscaras, de Marguerite Yourcenar, enc. de Filipe La Féria.

Centro de Arte Moderna rua Dr. Nicolau Bettencourt. 3.ª e 4.ª, às 18.30, 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.00, dom. às 15.00. Hamlet, de William Shakespeare, enc. de Carlos Avilez, música original de António Pinho Vargas.

Companhia de Teatro de Almada/

/Grupo de Campolide. Almada. O Fim da Enfermeira João, de Franck Marcus, enc. de Artur Ramos.

Grupo de Teatro da Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul - Av. D. Carlos I, 61-1.ª. Morte no Balro, de Alfonso Sastre, enc. de Hermínio Fernandes. Sábado, às 21.30 e domingo às 16.00.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb., 20.30 e 22.45; dom., 16.00, 20.30 e 22.45. Escrita em Dia, nova versão de Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Sala Experimental D. Maria, Rossio. Uma Noite em Chelo, de Stephen Poliakoff, enc. de João d'Ávila. De 3.ª a sáb., às 21.45, dom., às 16.30.

Teatro da Graça, pelo Grupo Teatro Hoje, junto à Voz do

Operário. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. O País do Dragão, de Tennessee Williams, enc. de Carlos Fernando. Estreia dia 25/4 às 21.00.

Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. Todos os dias às 11.00. Quem Tem Faleiros e O Pranto de Maria Parda, de Gil Vicente, criação colectiva com coordenação cénica de Branco-Gil.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. Cá Estão Eles!, de César de Oliveira e Varela Silva.

Teatro do Triângulo, rua da Cintura do Porto de Lisboa. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. O Físico Prodigioso de Jorge de Sena, enc. André Nuno.

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 21.30; sáb. e dom. às 16.00. Aquil Há Fantasmas. Texto e enc. de Henrique Santana.

• PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. 5.ª e 6.ª às 21.30; sáb. e dom. às 16.30 e 21.30. Merope - Liberdade ou Morte!, baseado em textos de Almeida Garrett, pelo TEAR. Recolha de textos e enc. de Castro Guedes.

Teatro Campo Alegre, R. do Campo Alegre, 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00 e 21.45. O Motim, de Miguel Franco, enc. de Norberto Barroca, mús. de Paulino Garcia, intérp. António Reis, Estrela Novais, Alfredo Correia, Luís Cunha.

Teatro os Modestos, Rua Gonçalo Cristóvão, 190. A Noite da Senhora Luciana, de Copi, enc. de Fernanda Lapa. De 3.ª a sáb., às 21 e 30, dom., às 18.00.

Teatro Universitário do TUP, Rua Jorge Viterbo Ferreira, 120. Leôncio e Lena, de G. Buchner, enc. de António Capelo. Sexta e sáb. às 21 e 30, dom., às 17.00.

Para Crianças

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. Viagem, de Sophia de Mello Breyner, adaptação e enc. de João Brites pelo Teatro «O Bando». Sábado e dom. às 15.00

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb., dom. e feriados, às 15.30. O Choupo Andarilho, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. As 17.30, sáb., dom. e feriados «O Avestruz Mecânico», histórias de José Lemos.

Cinema

A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Balada da Praia dos Cães	—	★★★	★★	★★★	★★★
B	A Cor do Dinheiro	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
C	Duma Vez por Todas	★	★★	★★	★★	—
D	Homens à Queima Roupas	★★★	—	★★	—	—
E	O Local do Crime	★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★
F	A Manhã Seguinte	★★★	—	★★★★	—	—
G	O Meu Caso	★	★★	—	★★	—
H	Platoon - Os Bravos do Pelotão	★★★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★★★
I	O Repórter X	—	—	★	★	—
J	Salvador	★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★★
L	Sem Perdão	★★	—	★★★	—	—

A — Real. José Fonseca e Costa — **Cityline** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Martin Scorsese — **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 C — Real. Joaquim Leitão — **Star** (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. James Foley — **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Las Vegas/1** (15.15, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. André Techiné — **Quarteto/3** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Sidney Lumet — **Mundial/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.15) Lisboa.
 G — Real. Manoel de Oliveira — **Quarteto/1** 15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Oliver Stone — **Hollywood/1** (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45), **Lisboa**.
 I — Real. José Nascimento — **Estúdio 444** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 J — Real. Oliver Stone — **Alfa/3** (14.30, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Mundial/1** (13.45, 16.15, 18.45, 21.30), **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 L — Real. Richard Pearce — **Sétima Arte** (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 23.45) — Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Lisboa — Reitoria da Universidade de Lisboa — Salão Nobre: dia 29, às 21.30, espectáculo com o grupo de música antiga Segréis de Lisboa formado por Helena Afonso (soprano), Denise Ribera (flauta transversa barroca), António Oliveira e Silva (violino e viola barrocas), Miguel Ivo Cruz (viola da gamba e violoncelo barroco) e Manuel Morais (alaúde, guitarra barroca e direcção). Na segunda parte, actua o Coro da Universidade de Lisboa com Rui Palma em órgão, sob a direcção do maestro José Robert.

Centro de Arte Moderna — R. Dr. Nicolau Bettencourt, telef. 73 43 09. As 13. Entrada livre. Sala Polivalente: Concertos à hora do almoço: dia 28, Deolinda Resende (canto) e Emílio Teixeira (piano); dia 30, recital com as pianistas Dora Infante e Leonor Peniche.

Fundação Gulbenkian — Av. de Berna, 45, telef. 73 51 31. Grande Auditório: dia 27, às 18.30, Ingrid Haebler (piano), Gerhart Hetzel (violino) e Peter Dauelsberg (violoncelo) interpretam obras de Mozart; dias 28 e 30, às 21.30 e dia 29, às 18.30, a Orquestra Gulbenkian e a pianista Maria João Pires sob a direcção do maestro Lev Markiz continuam a interpretar «Concertos para piano e orquestra», de Mozart, em audição integral.

Teatro da Trindade — R. Nova da Trindade, telef. 32 00 00. Dia 31, às 11, concerto com o Chorus Auris e a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais.

Porto — Auditório Carlos Alberto — Dia 27, às 21.30, o Ciclo Portuense de Ópera interpreta «Carmina Burana», de Karl Orf; dia 29, às 21.30, concerto de câmara pelo agrupamento Tritonus.

Faro — Teatro Lethe — XI Festival Internacional de Música do Algarve: dia 29, às 21.30, recital de música de câmara com Marina Tarasova (violoncelo) e Liudmila Berlinskala (piano). Obras de Brahms, Schnittke e Chostakovitch.

Lagos — Igreja de St.ª Maria — XI Festival Internacional de Música do Algarve:

dia 27, às 21.30, recital de piano com Kalle Randalu que executa obras de Moussorgsky, Chostakovitch e Prokofieff; dia 31, às 21.30, recital de música de câmara com Miguel da Silva (viola e viola da gamba) e Franck Rivière (piano). Obras de Bach, Honegger e Brahms.

Maíra — Palácio Nacional — Todos os domingos, das 16 às 17, concerto de carilhão por Francisco José Alves Gato. Obras dos séculos XVIII a XX e canções do Cancioneiro Popular Português.

Cinema
A Associação Portuguesa URSS, na rua de S. Caetano, 30, exhibe, amanhã, às 21.00, com entrada livre o filme: «Vitoria», de Evgueni Matveev.

Cinemateca Portuguesa, rua Barata Salgueiro, 39. **Coppola em Contexto: Salvatore Giuliano** (Salvatore Giuliano, o Bandido da Sicília/1961), de Francesco Rosi, (dia 29, às 21.30); **The Italian** (1915), de Thomas Harper Ince, (dia 30, às 15.30); **The Godfather** (O Padri-

nho/1971), com Marlon Brando e Al Pacino (dia 30, às 21.30); (leg. em port.); **In The Year of the Pig** (1969), de Emilio de Antonio e Cutter's Way (1981-83), de Ivan Passer, (dia 1, às 21.30); **The Green Berets** (Os Boínas Verdes/1968), de John Wayne e Ray Kellogg, (dia 2, às 21.30).

Ciclo Glauber Rocha: Amazonas, Amazonas (1965) e **Terra em Transe** (1967), (dia 28, às 21.30); 1968 (1968-c.m.) e **Der Leone Have Sept Cabeças** (1970), (dia 29, às 18.30).

ABC Cine-Clube de Lisboa, no Estúdio 444, Av. Defensores de Chaves, 83-B, às 18.45, amanhã: **Mestres do Cinema Clássico Americano: O Mundo a seus Pés** (Citizen Kane/1941), de Orson Welles, com Orson Welles, Joseph Cotten e Dorothy Comingore

Forum Picoas — Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C, telef. 54 10 37, às 19 e 22; sáb. dom., e fer., às 16, 19 e 22. Preço: 200\$00 (150\$00 com cartão jovem). Cópias legendadas em português. A Balada de

Narayama — (1983), de Shohei Imamura, dia 29. **Apocalypse Now** (1979), de Francis Ford Coppola, dia 30 e 31.

Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 45. **Ciclo Glauber Rocha: Deus e o Diabo na Terra do Sol** (1964), (dia 2, às 18.30). **Coppola em Contexto: The Deer Hunter** (O Caçador/1978), (dia 31, às 15.30-leg. em port); **Platoon** (Platoon — Os Bravos do Pelotão/1986), de Oliver Stone, (dia 31, às 21.30-leg. em port); **Aguirre der Zorn Gottes** (Aguirre, o Aventureiro/1972) de Werner Herzog, (dia 1, às 18.30-leg em port).

Instituto Franco-Português — Av. Luís Bivar, 91 às 18.30. **Ciclo Eric Rohmer: Ma Nuit Chez Maud** (1969), dia 29.

Indios da Amazônia, Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Os instrumentos musicais e as viagens dos portugueses, Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

Jorge Marcel, Pintura. Galeria Artex, Rua Nova do Almada 85/87. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (excepto domingos).

Ana Vidigal, Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 30/5).

António Palolo, Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb das 10.00 às 13.00 (até 3/6).

Clementina Carneiro de Moura, «Patchwork». Espaço Maria Lamas, Av. Duque de Loulé, 111-4.º.

Colin Figue, Escultura. Galeria Novo Século, rua do Século, 23 A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 6/5).

Colectiva, Pintura, escultura, fotografia, ourivesaria e desenho gráfico. ARCO, rua de Santiago, 18.

Colectiva, Serigrafia de Vieira da Silva, Maluda, Cargaleiro. Cutileiro e Tom. Graffiti. Amoreiras Shopping Center, loja 2029.

Colectiva, Pintura, Escada, Rua da Bela Vista à Graça 81. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 17.00, sáb. das 14.00 às 20.00 (até 3/6).

Estrada Marginal, Tecidos de Artistas e Designers. Museu Nacional do Traje.

Epigina Pinto, Pintura. Triângulo 48. Av. Vasco da Gama, 48-A (ao Restelo).

Exposição da Primavera, Multiface, CC Gemini, loja 65, Rua Sousa Lopes (até meados de Junho).

IV Exposição Nacional de Gravura, Galeria das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Gabriela Tomé, Vestuário como adereço, Museu Nacional do Traje. Parque do Monteiro Mor (ao Lumiar). De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Helena Lousinha, Pintura. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.30 às 20.30, sáb., das 15.00 às 20.00 (até 30/5).

Indios da Amazônia, Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Os instrumentos musicais e as viagens dos portugueses, Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

• LISBOA

Amaral da Cunha, Escultura, Galeria Quadrum, Coruchéus. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (excepto domingos).

António Palolo, Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb das 10.00 às 13.00 (até 3/6).

Clementina Carneiro de Moura, «Patchwork». Espaço Maria Lamas, Av. Duque de Loulé, 111-4.º.

Colin Figue, Escultura. Galeria Novo Século, rua do Século, 23 A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 6/5).

Colectiva, Pintura, escultura, fotografia, ourivesaria e desenho gráfico. ARCO, rua de Santiago, 18.

Colectiva, Serigrafia de Vieira da Silva, Maluda, Cargaleiro. Cutileiro e Tom. Graffiti. Amoreiras Shopping Center, loja 2029.

Colectiva, Pintura, Escada, Rua da Bela Vista à Graça 81. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 17.00, sáb. das 14.00 às 20.00 (até 3/6).

Estrada Marginal, Tecidos de Artistas e Designers. Museu Nacional do Traje.

Epigina Pinto, Pintura. Triângulo 48. Av. Vasco da Gama, 48-A (ao Restelo).

Exposição da Primavera, Multiface, CC Gemini, loja 65, Rua Sousa Lopes (até meados de Junho).

IV Exposição Nacional de Gravura, Galeria das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Gabriela Tomé, Vestuário como adereço, Museu Nacional do Traje. Parque do Monteiro Mor (ao Lumiar). De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Helena Lousinha, Pintura. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.30 às 20.30, sáb., das 15.00 às 20.00 (até 30/5).

Indios da Amazônia, Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Os instrumentos musicais e as viagens dos portugueses, Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

Jorge Marcel, Pintura. Galeria Artex, Rua Nova do Almada 85/87. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 9.00 às 13.00.

José António Cardoso, Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15.00 às 20.00 (até 15/6).

José Manuel Soares/Angela Vimonte, Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, Rua Nova da Trindade, 20-C. Diariamente das 15.00 às 23.00.

Leonel Moura, Atelier de Troufa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.º dt.º.

Manuel Nascimento Guimarães, Fotografia. Centro de Arte Moderna, Rua dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Maria Antónia Santos, Pintura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36 (até 31/5).

Maria Teresa Fiolha, Monotipias. Atelier 15, Rua Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 3/6).

Marília Viegas, No Espaço do Pintor, Rua de S. Nicolau, 119-2.º. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.00 (até 5/6).

Mário Castanhiera, Cerâmica. Museu Nacional do Azulejo, Convento da Madre de Deus. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

H. Mourato, Pintura. Galeria Paulino Ferreira. Rua Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.30 e das 14.30 às 19.00; sáb. das 9.00 às 13.00.

Museu Nacional de Arte Moderna, Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. Todos os dias (excepto 2.ª), das 10.00 às 12.00.

Nadir Afonso, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).

Olga Roriz, Fotografia. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 19, 1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.30 às 20.30, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/5).

Patricio, «Coisas mágicas, asteróides, serigrafias». Galeria Estúdio Cidade, Rua do Bocado, 59, 1.º.

Sena da Silva, Fotografia. Galeria Ether, Rua Rodrigo da Fonseca. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00. ALGÉS.

Tadeusz Myslowski, Escultura, Galeria EMI — Valentim de

Carvalho, Rua Cruz dos Poiais, 111. Diariamente (excepto 2.ª) das 15.00 às 19.00 (até 31/5).

Teresa Barbieri, Entre Telas, Rua da Imprensa Nacional. De 2.ª a 6.ª das 17.00 às 02.00, sáb. das 22.00 às 02.00 (até 13/6).

Teresa Segurado Pavão, «Objectos Têxteis» Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor (ao Lumiar).

Wolf Vostell, Litografias e serigrafias. Galeria Diferença, rua de S. Filipe Néri, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. Das 16.00 às 19.00 (até 14/6).

• PORTO

Arte Medieval, Peças de escultura, arte do metal e mobiliário, nacional e estrangeiro dos séculos XII a XV. Casa Museu Guerra Junqueiro, Rua D. Hugo, 32. De 3.ª a sáb. das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 (até 31/7).

Colectiva, Navegações. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

Colectiva, «Arquitectura Nova em Trás-os-Montes». Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, T.

Carlos Mesquita, Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

Fernando Cruz, Desenho. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777 Loja 8 (até 10/6).

Isabel de Sá, 20 desenhos a pastel. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

Mário Bismark, Pintura. Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Zulmiro de Carvalho, Escultura. Galeria Nasni, Rua Galeria de Paris, 80 e Jardins da delegação Norte da SEC (até 31/5).

• OUTRAS LOCALIDADES
Colectiva, Pintura. Loja de Arte, Largo Comandante Augusto Madureira, lote 89, loja dta., terça, sáb. e dom., das 15.00 às 20.00. ALGÉS.

Carlos Marques, Escultura; Joana Rosa, desenho; Maria José Tomás, pintura — Círculo de Artes Plásticas, Rua Castro Matoso, 18 (até 31/5). COIMBRA.

«Fabrico da Cerâmica», Museu Nacional da Ciência e Técnica, Rua da Ilha (junto à Sé Velha). COIMBRA.

Manuel Miranda, Fotografia. Associação Académica de Coimbra, 3.º piso. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 18.00 e das 21.00 às 23.00 (até 5/6). COIMBRA.

«Jovens Artistas da Estíria», Museu de Évora, Largo do Conde de Vila Flor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 31/5). ÉVORA.

Francisco José Simões, Desenho. Sala de exposições temporárias do Museu Municipal de Loures (até 8/6). LOURES.

Guilherme Correia, Pintura. Galeria Roca, Rua Prof. Dr. Virgílio de Moraes, 7. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00, das 15.00 às 19.30 e das 21.30 às 23.00 (até 30/5). MARINHA GRANDE.

Rafael de Sousa, Painéis de azulejos. Museu dr. Joaquim Manso. De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00 (até 31/5). NAZARÉ.

1.ª Exposição Venda do livro sobre a Resistência Antifascista antes e depois do 25 de Abril. PENICHE.

Paula Carmelo, Peniche. Salão da Junta de Freguesia (até 6/6). SANTIAGO.

Azulejos Artesanais, Museu de Arqueologia e Etnografia, Av. Luisa Todi, 162. SETUBAL.

Colectiva, Cetária Galeria de Arte, Pousada de S. Filipe. Diariamente das 10.00 às 22.00 (até 5/6). SETUBAL.

Ourivesaria, Colecção do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena. SINTRA.

Município do Seixal em Exposição permanente, no núcleo sede do Ecomuseu Municipal do Seixal. TORRE DA MARINHA.

Carla Marcellino, Aguarelas. Salão do Arquivo Municipal, Rua Reynaldo dos Santos, 18. VILA FRANCA DE XIRA.

Fotografia Contemporânea Mundial, Centro Cultural Regional, Rua Tenente Manuel Maria Bessa Monteiro, 3. VILA REAL.

Colectiva, Requinte Galeria de Arte, Rua 21 de Agosto, 203. Diariamente até às 22.00. VISEU.

Tempo



Fim de Semana

Sábado: Céu pouco nublado, tornando-se muito nublado no Norte a partir da tarde. Vento fraco e neblinas matinais.

Domingo: Céu pouco nublado, vento fraco de Nordeste.

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

	25 números	50 números
Continente.....	1150\$00	2250\$00
Regiões Autónomas.....	1500\$00	3000\$00
Europa.....	3650\$00	7250\$00
Angola, C. Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé.....	4000\$00	7950\$00
Outros Países.....	5100\$00	10 250\$00

aTV



Para quando o livro negro da televisão?

A publicação de mais um livro negro sobre o fascismo mereceu honras de referência no telejornal.

Mas calma!, não estejam a pensar que foi uma reportagem longa, como a importância do assunto requeria, uma reportagem a sério, que levasse as pessoas a pensar um pouco no pesadelo que foram aquelas dezenas de anos.

Nada disso. Foi uma notícia ligeira, uma «breve», uma síntese, uma coisa sem grande importância. Critérios jornalísticos. Enfim, que importância pode lá ter para o país um assunto como o salazarismo, que já passou à História, não é verdade?

É sempre com receio, com indistigável pudor que a RTP toca nestes assuntos. Terá medo de se queimar?

A propósito: para quando a publicação do livro negro (e bem negro!) da televisão durante o fascismo?....

Aquilo vai mau para a «ingrícula»

Aquilo da agricultura na Europa vai uma lástima. A concorrência é feroz. Com inúmeras vertentes difíceis de controlar, a agricultura espanhola amedronta os franceses, os carneiros ingleses querem maior quota no comércio da CEE, a Alemanha Ocidental acha que afinal o leite, a manteiga, a carne e os ovos lhe ficam mais em conta importados da RDA... A verdade é que as turras políticas nos areópagos da CEE não são mais do que as contradições que se manifestam no seio da «comunidade».

Agora, foram os agricultores franceses que, em força, se manifestaram em Bruxelas. Quem é que o telejornal foi ouvir para saber a opinião dos agricultores portugueses?

Pois nada mais, nada menos que o Casqueiro! Seria para rir, se não fosse trágico. O Casqueiro a opinar sobre a agricultura europeia.

Eu sempre disse que este homem havia de figurar na História da Anedota em Portugal...

Toma lá 38 segundos e não digas que vais daqui!

Mas não há só Casqueiros neste país. Neste país há homens sábios, ponderados, cultos, homens preocupados com o destino de Portugal e não com o destino das suas carreiras. Homens para quem o futuro da sua pátria, do seu povo, é a preocupação máxima.

Eis, no telejornal, nos aparece Carvalho da Silva, que tem muito para nos dizer a respeito dos perigos que ameaçam o povo português e também da sua determinação em conjurá-los. Ele, em representação da CGTP, com provas históricas e quotidianamente dadas na defesa dos trabalhadores portugueses, e do nosso povo em geral, terá decerto muito para nos dizer, a respeito dos perigos que nos ameaçam mas também na nossa determinação em vencê-los.

Pois bem. A reportagem do acontecimento e a declaração de Carvalho da Silva tudo isso não levou mais de... 38 segundos!!!

Palavra de honra que não é anedota. E se conto isto é para que todos tenhamos consciência dos métodos que o cavaquismo utiliza...

Gato escondido...

Já lá dizia o poeta que «isto anda tudo ligado...» Lembrei-me disto, há dias, quando o telejornal dedicou mais um espaço à «divulgação» da droga no nosso país. Nos últimos tempos tem sido uma coisa por demais, porque é a droga propriamente dita, e o desgoverno de Cavaco que é uma autêntica droga...

Quanto à droga propriamente dita, desta vez andou na baila o haxixe. A polícia apreendeu nada mais, nada menos de **quatro toneladas!** Um balúrdio!

Feitas as averiguações descobriu-se que a droga era proveniente do **Afeganistão** e era considerada, pelos criminosos, de «superior qualidade»...

Que o governo democrático daquele país não esteja envolvido no negócio, é ponto assente. São as forças obscuras, com centros internacionais sediados nos Estados Unidos, que supervisionam o negócio. As mesmas, por certo, que alimentam a guerra naquele país.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

As incógnitas eleitorais

Comentavam os comentadores bem-pensantes — isto antes da dissolução da AR e para dar a este acto alguma legitimidade política e servir os desígnios de Cavaco —, que nada iria ficar na mesma após as eleições. Comentam agora que as diferenças não irão provavelmente ser muitas. E toca a arranjar novos argumentos para fazer perdurar o cavaquismo.

As cautelas de Cavaco

• «A uma distância de quase dois meses do acto eleitoral em que se decidirá da constituição do futuro governo, o País continua suspenso dessa incógnita e a discutir, tal como no período que se seguiu à apresentação da moção de censura do PRD, se vai prosseguir a experiência iniciada por Cavaco Silva ou se, pelo contrário, haverá lugar para a tão falada alternativa de centro-esquerda. Com mais ou menos subtilidades, é esta, afinal, a opção que está em causa.

Para trás ficou já a fase sempre difícil da escolha dos candidatos, com os invariáveis problemas que suscita no interior de cada partido e na respectiva orla, onde se tentam captar personalidades independentes, com o objectivo de fazer transparecer as áreas a que se pretende alargar o eleitorado. Foi assim no PSD, que chamou a si elementos quer da esquerda liberal, quer do PS, quer até do movimento que apoiou a candidatura de Salgado Zenha à Presidência da República; foi assim no PS, que incluiu nas suas listas Maria de Lurdes Pintasilgo e alguns dos mais conhecidos dos seus apoiantes; foi igualmente assim no PC, que procurou enquadrar os dissidentes do MDP. Os social-democratas apostaram em vincar o seu posicionamento ao centro, já pela recusa de uma coligação com o CDS, já pelo reforço de uma sensibilidade destinada a provocar rimbombos no tradicional eleitorado do PS.

Os socialistas, por seu turno, assumiram o combate que lhes move o PRD e tentaram, sobretudo, consolidar a hegemonia da esquerda, sem que, aparentemente, estejam muito preocupados com o avanço do PSD pelas franjas mais moderadas do eleitorado. Os comunistas, finalmente, quiseram minimizar os possíveis efeitos da extinção da APU, reconstruindo uma coligação do mesmo género com o intuito de evitar a dispersão de votos e demonstrar que não há lugar para pequenos partidos fora da sua tutela.

Que irão os eleitores fazer com este leque partidário que, não diferindo muito do anterior, tem, no entanto, a novidade de opor um partido que responde por ano e meio de Governo a uma esquerda que se lhe opõe mas que hesitou, no momento da verdade, em constituir uma

alternativa assente em bases reconhecidamente inseguras? A dúvida, há que convir, não é meramente retórica. Passado que foi o momento das grandes certezas que pareciam invadir o partido então ainda no Governo, certezas confirmadas, aliás, por sondagens coincidentes em registar o seu crescimento sistemático, torna-se agora evidente que o futuro próximo é, por enquanto, imprevisível. Ou seja, e se pusermos de lado as convicções mais ou menos subjectivas de cada um, a incógnita persiste: conseguirá o PSD chegar a um resultado que lhe permita, mesmo com o apoio do CDS, governar por quatro anos secundado por um Parlamento onde a oposição de esquerda esteja em minoria? Nada é impossível, obviamente, mas, à cautela, o líder social-democrata insiste na tese de que deve governar o partido que obtiver mais votos, o que quer dizer que está disposto a retomar as rédeas do executivo em circunstâncias semelhantes às que se verificavam até aqui. A ser assim, todavia, a situação pós-eleitoral pode bem complicar-se, na medida em que, a avaliar pelas declarações dos seus líderes, designadamente Vítor Constâncio, tal hipótese encontraria resistências por parte de uma oposição que, se não avançou para a sucessão de Cavaco Silva antes da dissolução do Parlamento, talvez não lhe repugne fazê-lo após um veredicto eleitoral que eventualmente não alterasse muito o espectro parlamentar.

É neste contexto que deve entender-se a batalha eleitoral que está já a travar-se.»

(«Diário de Notícias», 25.Mai)

Entradas de leão...

• «(...) Cavaco desejou e pediu estas eleições intensa-

mente. Seria de esperar que procurasse obter uma situação diferente, e não apenas mais deputados a seu favor. Uma situação onde a actividade legislativa do governo não estivesse sujeita ao crivo constante das ratificações parlamentares, em que o Plano e Orçamento não corressem o risco de serem desfigurados, em que uma maioria da oposição não lhe reduzisse o governo à gestão esperada apenas em administrar bem e esperar uma boa evolução económica. Em que a esquerda lhe não impusesse diplomas que desesperam os sectores sociais que o apoiam, e o não transformasse num mero espectador que protesta impotentemente contra tais diplomas. (...)

A nova composição da Assembleia da República não terá, do meu ponto de vista, a tal «diferença qualitativa» para que o CDS apela, e isso não deixará de provocar factos vários, «divertidos» para alguns, mas claramente indesejáveis.

O Presidente da República enveredará provavelmente pelo caminho das «indigações sucessivas» para encontrar governo aprovado. O PS, embora perca as eleições, liderará provavelmente o governo. Salvo arranjos parlamentares imprevisíveis, o PC não só deterá a chave da viabilização do governo como se tornará imprescindível para a aprovação dos seus documentos fundamentais. (...)

O que verdadeiramente surpreende nisto tudo é o facto de Cavaco Silva não fornecer uma estratégia alternativa que não seja apenas a continuação da situação até agora vivida, premiada entretanto com uma vitória nas eleições, vitória «moral» porque minoritária.»

(Manuel Queiró, «Expresso», 23.Mai)

...Saídas de sendeiro?

• «A tese emergente da pré-campanha do PSD substancia uma exigência inconstitucional. Cavaco Silva deverá formar governo ainda que o seu partido não atinja a maioria absoluta, em 19 de Julho próximo.

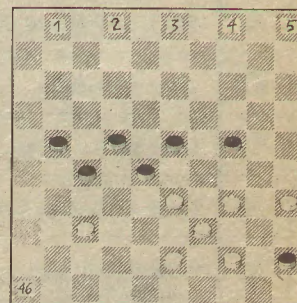
Tal tese significa, também, que Cavaco Silva se furta a uma aposta leonina, que os próprios estrategos do PSD desaconselham, considerando-a impraticável. Visa, por outro lado, condicionar a opinião pública e o eleitorado para que aceitem como vitória a eventual maioria relativa. De facto, uma derrota...»

(Manuel Tavares, «Fim-de-Semana», 23.Mai)

Damas

CIV — 28 de Maio de 1987
PROPOSIÇÃO N.º 104
Por: H. Bergamasco (França)
«La Dépêche du Midi», 1983

Pr. [7]: 21-22-23-24-27-28-45
Pr. [7]: 33-34-35-37-39-43-44



Jogam as brancas e ganham

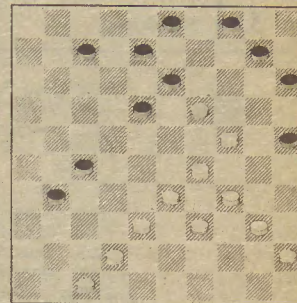
GOLPE N.º 105

Por: Raoul Belhom — França
Ocorrido numa partida disputada em

Agén aos 11-6-1978
«La Dépêche du Midi», 25-6-78

Pr. [11]: 3-4-7-8-10-13-15-18-25-27-31

Br. [11]: 19-24-29-33-34-38-39-40-42-45-47



Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÃO DO CIV

N.º 104 (HB): 35-30 (24x35) 34-30 (35x24) 44-40 (45x34) 39x19 (28x48) 19x26 (48x31) 26x37 +

Golpe N.º 105 (RD): 19-14 (10x30) 29-24 (30x19) 38-32 (27x29) 34x1 +

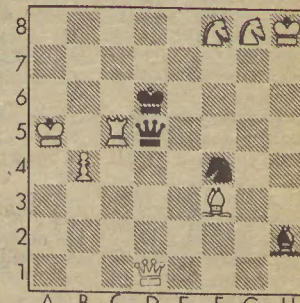
■ A. de M. M.

Xadrez

CIV — 28 de Maio de 1987
PROPOSIÇÃO N.º 104
Por: Yvez Cheylan
«The Problemist», 1976

Pr. [4]: Cf4-Bh2-Dd5-Rc6

Br. [8]: Pb4-Cs.f8, g8-Bs. f3-Tc5-Dd1-Ra5



Mate em dois lances

JOGO N.º 104

Dortmund, 1987

Br: J. Balachov — Pr: Farago

1. e4, e6; 2. d4, d5; 3. Cc3, Bb4; 4. e5, Cc7; 5. a3, Bc3+; 6. b:c3c5; 7. Dg4, 0-0; 8. Cf3, Da5; 9. Bd2, Da4; 10. Bd3c4; 11. B:h7+, R:h7; 12. Dh4+, Rg8; 13. D:e7, D:c2; 14. h4, Cc6; 15. Dg5, Dd4+; 16. Rf1, Df5; 17. Df5, e:f5; 18. h5, Ca5; 19. h6, Cb3; 20. Bg5, g:h6; 21. Th6, Rg7; 22. Th2, Ca1; 23. Bf6, +Rg6; 24. Ch4+, Rh5; 25. Cf5+ e abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 104

Chave: 1. Dd4! (ameaça Bh5)
1. ..., D:dr; 2. Tc6++
1. ..., C joga; 2. D:d5++

■ A. de M. M.

Proletários de todos os países UNAM-VOUS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Lutar por vitória

de e divulga